



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC

PONTOS SECOS RODOVIÁRIOS – RS

**Canoas, Caxias do Sul,
Jaguarão, Novo Hamburgo,
Uruguaiana e Santana do Livramento**

1º Semestre/2017

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTE SECO RODOVIÁRIO
CANOAS– RS**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JULHO DE 2017

Relatório da Execução Contratual de permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no inciso II do art. 34 da IN RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> X Sim	Data:	Local de arquivamento das atas:
------------------------------	---	-------	---------------------------------

Observações: Foram realizadas reuniões periódicas com o fim de acompanhar a execução dos serviços no Porto Seco. Não houve a lavratura de Atas.

II – Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> X	sim
------------------------------	---------------------------------------	-----

Observações:

III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;

<input checked="" type="checkbox"/> x Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

Observações:

IV – Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;

<input checked="" type="checkbox"/> x Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

Observações:

V – Demandei da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;

<input checked="" type="checkbox"/> x Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

Observações:

VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;

<input type="checkbox"/> Não, não foi necessário	<input checked="" type="checkbox"/> X	Sim
--	---------------------------------------	-----

1

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JULHO DE 2017

VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

<input checked="" type="checkbox"/> Não houve problemas desta natureza	Sim
--	-----

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

.

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Local de arquivamento da documentação: EAD3
---	--

Observações: Toda a documentação referente ao controle do presente contrato encontra-se arquivado na EAD-3 (Equipe Aduaneira TRÊS) da Inspetoria da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, localizada em sala utilizada pela Receita Federal na BAGERGS.

X – Exigi da contratada o imediato resarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, não houve falta que causasse danos	Sim
---	-----

Observações:

XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

<input checked="" type="checkbox"/> Não está no prazo	Sim	Data da informação:
---	-----	---------------------

Observações:

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período? .

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

Resultados:

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	Sim
---	-----

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**PORTO SECO DE CANOAS/RS****PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)****UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS****PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JULHO DE 2017**

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

Não

Sim

Valores atualizados podem ser consultados no sítio www.bagergs.com.br na internet.**Parecer do Fiscal do Contrato**

Nos termos do art. 21 da IN RFB nº 1.208/2011, de 04 de novembro de 2011, concluo que a permissionária Banrisul Armazéns Gerais S.A . (BAGERGS) executou a contendo os serviços prestados, com nota final de avaliação geral igual a 8,04 (Serviços classificados como BONS), em uma escala de um até dez. Houve ligeira melhora na qualidade dos serviços prestados, considerando-se que a nota final de avaliação geral no semestre anterior (Segundo Semestre/2016) foi de 8,50.

Fiscal do Contrato: SANDRO MARTINI VARGAS

Matrícula: 66.040

Portaria de Designação: Portaria IRF/POA nº 14 de 16/03/2015

Lotação: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PORTO ALEGRE/RS

Telefone : 051-3425-7032 (direto ao ramal)

Data e assinatura

02/09/17

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTE SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A . (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JANEIRO A JULHO DE 2017

Observações: Foi dado esclarecimento à Diretoria da Permissionária Bagergs sobre o devido cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais legais exigidos para o devido funcionamento do Porto Seco de Canoas/RS, segundo determina a Portaria RFB nº 3.518/2011 com as atualizações das Portarias RFB nº 113/2013 e 1001/2014.

•
•

•
•

G

2

ANEXO ÚNICO – IN RFB nº 1.208 de 04/nov/2011

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

TIPO DE PORTO SECO/DESCRIÇÃO		PORTO SECO DE ZONA SECUNDÁRIA					
LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO:	Av. Getulio Vargas, nº 8201, Canoas, RS	CONCESSÃO	X	PERMISSÃO			
MODALIDADE DE OUTORGА							
EMPRESA EXPLORADORA	BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.						
CNPJ	92.721.232/0001-57						
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Término Inicial	22.10.2004		Término Final	21.10.2029		
UNIDADE JURISDICIONANTE	IRF - PORTO ALEGRE						
SEMESTRE CIVIL	PRIMEIRO SEMESTRE/2017						
MÊS DO SEMESTRE	Janeiro	Fevereiro	Março	April	Maio	Junho	TOTAL
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO	UNIDADE						
Despachos Aduaneiros	UN	1.275	1.442	1.983	1.439	1.743	1.583
Entrada de Mercadorias Importadas	US\$	21.856.862	24.390.938	27.723.292	19.463.945	23.013.809	21.898.916
Entradas de mercadorias para exportação	US\$	19.956.887	19.234.709	22.819.759	16.831.111	21.747.476	22.391.027
Imposto de Importação (a receber)	R\$	5.860.995	5.233.818	7.838.169	4.628.636	5.303.904	4.406.989
IPI vinculado à importação	R\$	3.061.589	2.050.135	3.662.553	2.123.346	3.160.437	2.081.851
PIS/PASEP	R\$	1.222.397	1.143.038	1.652.522	951.355	1.243.189	836.766
COFINS	R\$	6.048.923	5.664.733	8.250.538	4.714.164	6.158.910	4.265.529
Utilização da capacidade de armazenagem	%	40,40%	42,30%	68,20%	56,70%	56,80%	40,20%
DADOS DO PERMISSIONARIO/CONCESS.							
Faturamento	R\$	655.354	775.825	830.064	588.031	892.940	779.494
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$	623.541	747.510	803.705	546.128	861.462	750.536
Receitas acessórias	R\$	13.440	11.360	1.270	8.910	12.085	10.280
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL							
PA's de iniciativa da SRF	UN	0	0	0	0	0	0
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0	0

Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas, Matrícula nº 66.040, Fiscal do Contrato conforme Portaria IRF/POA nº 14 de 16 de março de 2015

Obs.: O sistema DW é a fonte dos dados nos campos "Despachos Adianteiros", "Imposto de Importação", "IPI vinculado à importação", "PIS/PASEP e COFINS". A fonte dos dados dos demais campos deste relatório é o relatório mensal "Informações Operacionais" fornecido pela BAGERGS



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: **92.721.232/0001-57** Validade do Cadastro: **15/01/2018**

Razão Social / Nome: **BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A**

Natureza Jurídica: **SOCIEDADE ANÔNIMA**

Domicílio Fiscal: **85898 - Canoas RS**

Unidade Cadastradora: **170175 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - RS**

Atividade Econômica: **5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT**

Endereço: **AV GETULIO VARGAS 8201 - Canoas - RS**

Ocorrência: **Consta**

Impedimento de Litar: **Nada Consta**

Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	25/11/2017
FGTS	Validade:	09/08/2017
INSS	Validade:	25/11/2017

Trabalhista	Validade:	14/01/2018	http://www.tst.jus.br/certidao
-------------	-----------	-------------------	---

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	04/08/2017
Receita Municipal	Validade:	03/08/2017

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: **31/05/2018**

Índices Calculados: **SG = 4.56; LG = 2.94; LC = 3.73**

Patrimônio Líquido: **R\$ 38.336.000,00**

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.



PLANILHA PARA CONFERÊNCIA

PORTO SECO – BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

TARIFA S	ARMAZENAGEM – IMPORTAÇÃO	ATUAIS	REAJUSTADAS
TA/1-(%)	do valor CIF por período de 10 dias ou fração	0,08	0,08
TA/2	por m³ ou fração, período de 10 dias ou fração	2,00	4,19
TA/3	por m² ou fração, período de 10 dias ou fração	3,00	6,28
ARMAZENAGEM - EXPORTAÇÃO			
TAE1	do valor FOB por período de 30 dias ou fração	0,10	0,10
TAE2	por m³ ou fração, período de 30 dias ou fração	1,00	2,09
TAE3	por m² ou fração, período de 30 dias ou fração	1,50	3,14
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
TM/1	por m³ ou fração	1,80	3,77
TM/2	por tonelada ou fração	1,50	3,14
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
TM/3	por m³ ou fração	3,50	7,32
TM/4	por tonelada ou fração	2,00	4,18
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
TM/5	por m³ ou fração	3,50	7,32
TM/6	por tonelada ou fração	2,00	4,18
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
TM/E1	por m³ ou fração	1,80	3,77
TM/E2	por tonelada ou fração	1,50	3,14
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
TM/E3	por m³ ou fração	3,50	7,32
TM/E4	por tonelada ou fração	2,00	4,18
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. conteinerizada			
TM/E5	por m³ ou fração	3,50	7,32
TM/E6	por tonelada ou fração	2,00	4,18

OBS.:

- 1) tarifas advalore
 2. Índice de reajuste – 2,093
- IGP-DI Março 2004= 791,8022 – Março 2016= 1.657,0507

Banrisul Armazéns Gerais S/A
 João Simioni
 Diretor Presidente

Armazenagens – Entreponto Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92420-024

Fone/Fax: (0xx51) 3425-7000 - e-mail: pavergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br



BANRISUL ARMA

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.23.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BA

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2016 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. – BAGERS. Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que detém 99,50% das ações. A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral; Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED, apoiada em 10(dez) armazéns, ultrapassando 34 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Mesmo em um cenário econômico desfavorável – inflação, câmbio e juros elevados, o resultado financeiro da empresa se manteve estável em relação a 2015. A conjuntura econômica causou seus reflexos, porém a empresa conseguiu manter o seu Planejamento Estratégico para 2016. Dos projetos que estavam contemplados, citamos: aquisição de módulos complementares para o sistema integrado - Enterprise Resource Planning - ERP; internalização do ambiente de TI (infraestrutura, suporte e segurança), junto ao Banrisul (Controlador); alienação do imóvel de Uruguaiana; ampliação da capacidade de armazenamento com a construção do armazém de lona; aquisição de equipamentos para o setor de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, como também, adequações e melhorias na infraestrutura dos armazéns, resultando na renovação do Alvará junto ao Corpo de Bombeiros e da Licença de Operação junto a Prefeitura de Canoas.

Contamos com a participação de 167 colaboradores, sendo 97 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. A Bagers proporcionou aos seus empregados e colaboradores treinamentos dos mais diversos tipos, inclusive sobre segurança no trabalho. Neste ano ocorreu a implementação da ferramenta de comunicação interna chamada "Informativo" para divulgação de ações e medidas de caráter imediato e interesse de todo quadro de empregados. Buscando contribuir para a formação de jovens e seu ingresso no mercado de trabalho, a Bagers participa do programa Jovem Aprendiz, através de uma parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Realizou a reestruturação do Organograma da empresa, criando e reorganizando gerências/setores e redefinindo atribuições. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa manteve a política da Participação nos Lucros e Resultados - PLR.

Com bastante êxito implantamos o programa da destinação adequada de resíduos sólidos, como papel, papelão, madeira e plástico. Este procedimento, em conjunto com o estabelecimento de normativos, manuais e adequações das áreas sob inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conseguimos obter a Autorização de Funcionamento - AFE que nos permite armazenar mercadorias sob vigilância sanitária (alimentos, medicamentos, produtos médicos e produtos destinados a diagnósticos).

Para 2017, projeta-se a ampliação da carteira de clientes, nos segmentos da medicina, beleza, saúde e alimentos considerando, especialmente, a Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA, como também a captação de novos clientes, para os ramos de Armazém Geral e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED. Iremos realizar melhorias em infraestrutura com o objetivo de ampliar a armazenagem de novas classes de produtos entre eles: cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e saneantes.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador -Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2016.

João Simioni
Diretor Presidente

Zimino Jacerid Tartari
Diretor Superintendente

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita	15	12.140	16.650
Custo dos serviços prestados	16	(7.040)	(7.209)
Lucro bruto		5.100	9.441
Outras receitas	17	6.340	1.098
Despesas com vendas		(235)	(137)
Despesas administrativas	16	(10.124)	(9.827)
Outras despesas		(170)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras			
líquidas e impostos		911	575
Receitas financeiras	5	3.359	2.726
Despesas financeiras		(171)	(252)
Resultado financeiro		3.188	2.474
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		4.099	3.049
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(1.130)	(1.169)
Lucro líquido do exercício		2.969	1.880
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4.2414	2.6857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.969	1.880
Total do resultado abrangente do exercício	2.969	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Banrisul Armaçães Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luís, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de armazéns gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias e como porto seco, permissionária da Receita Federal, em regime de Entrepósto Aduaneiro de Importação & Exportação. Qualificada para instalar e operar em Depósito Alfandegado Público e Depósito Alfandegado Certificado através de permissão não onerosa com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2017.

Apresentação de valores do exercício de 2016

Durante o exercício de 2016, a Companhia aprimorou a apresentação, no balanço patrimonial, de determinados ativos financeiros e obrigações. Como resultado, os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 2015 foram agrupados/reclassificados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

Anteriormente apresentado	Agrupamento/reclassificação	Nova apresentação
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de clientes	2.715	(2.715)
Partes relacionadas	202	(202)
Contas a receber de clientes		

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes e outros recebíveis
Outros créditos

Total do ativo circulante

Ativo fiscal diferido
Depósitos judiciais
Outros créditos

Total do realizável a longo prazo

Investimentos

Imobilizado

Intangível

Total do ativo não circulante

Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDANÇAS NO BALANÇO PATRIMONIAL

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Aumento de capital
Lucro líquido do exercício
Destinação do lucro líquido:
Reserva legal
Reserva de retenção de lucros
Dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Aumento de capital
Lucro líquido do exercício
Destinação do lucro líquido:
Reserva legal
Reserva de retenção de lucros
Dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6)

Valor adicionado recebido em transferência (6)

Receitas financeiras

Valor adicionado total a distribuir (5+6)

Distribuição do valor adicionado

Pessoal

Remuneração direta
Benefícios
FGTS

Impostos, taxas e contribuições

Federais

Estaduais

Municipais

Remuneração de capitais de terceiros

Despesas financeiras

Aluguéis

Remuneração de capitais próprios

Dividendos

Lucros retidos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia a valor justo por meio do resultado, e contas a receber de ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos financeiros e recebíveis, valores de fornecedores tratados empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, reconhecidas pelo método da taxa de juros.

I) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo subsequente demonstrados pelo custo amortizado custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido; os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos

Provisões

ZÉNS GERAIS S.A.

2/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

LANÇOS PATRIMONIAIS

Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
4	353	299	Fornecedores e outras contas a pagar		929	487
5	26.878	22.999	Empréstimos e financiamentos	9	654	754
6	1.543	2.917	Passivo fiscal corrente		394	696
7	1.059	719	Outras obrigações	11	5.853	4.930
	29.833	26.934	Provisões		169	
13.b	685	662	Total do passivo circulante		7.999	6.867
7	1.008	984	Empréstimos e financiamentos	9	1.379	2.362
7	199	145	Provisão para contingências	10	1.396	1.501
	1.892	1.791	Total do passivo não circulante		2.775	3.863
8	18	18	Patrimônio líquido	14		
	16.995	17.558	Capital social		34.100	34.100
	372	502	Reserva de capital		231	231
	17.385	18.078	Reservas de lucros		4.005	1.742
	19.277	19.869	Total do patrimônio líquido		38.336	36.073
	49.110	46.803	Total do passivo e do patrimônio líquido		49.110	46.803

es financeiras.

TAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	31.550	231	2.858	-	34.639
	2.550	-	(2.550)	-	-
	-	-	94	1.880	1.880
	-	-	1.340	(94)	-
	-	-	-	(1.340)	-
	-	-	-	(446)	(446)
	34.100	231	1.742	-	36.073
14.a	-	-	-	2.969	2.969
14.b	-	-	148	(148)	-
14.c	-	-	2.115	(2.115)	-
14.b	-	-	-	(706)	(706)
	34.100	231	4.005	-	38.336

es financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais).

Nota	2016	2015
15	20.492	19.106
	14.818	20.367
	5.490	1.097
	184	(2.358)
	(7.436)	(6.486)
	(2.796)	(456)
	(4.640)	(6.030)
	13.056	12.620
	(1.619)	(1.561)
	11.437	11.059
	3.359	2.726
	3.359	2.726
	14.796	13.785
	14.796	13.785
	6.379	6.300
	4.363	4.794
	1.703	1.258
	313	248
	5.126	5.172
	4.572	4.564
	28	45
	526	563
	322	433
	322	252
	-	181
	2.969	1.880
	705	447
	2.264	1.433

es financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais).

Custos são diretamente lançados no resultado do período. Na fábrica Aplicação Financeira – SIAC, classificados como ativos clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. Esses custos. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a prazo amortizado.

ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado.

é o (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos pagamentos feito no período de até um ano.

requentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso

ior justo, líquido dos custos incorridos na transação e são. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos na demonstração do resultado durante o período em que os a efetiva de juros.

Documento de 25 páginas(s) autenticado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.dov.bnfeCAC/publico/verifspx pelo código de verificação EP09.0017.16458.ZKEJ. Cada página de autenticação tem 17.558 dígitos (189) neto. (413) - 16.956

DEMONSTRAÇÕES POR FLUXO DE CAIXA

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.099	3.049
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-
Ajustado por:	-	-
Depreciação	1.557	1.451
Amortização	62	110
Resultado da venda de imobilizado	(3.654)	(243)
Provisão para contingências	(105)	646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183)	2.358
Juros sobre empréstimos	171	145
	1.947	7.516
Variação nos ativos e passivos:	(2.207)	(5.869)
Aplicações financeiras	(3.879)	(2.745)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.265	(897)
Outros ativos	39	184
Fornecedores e outras contas a pagar	1.340	377
Outras Obrigações	201	5
Passivo Fiscal Corrente	(302)	94
Pagamento de provisões	169	(1.223)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.040)	(1.664)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(260)	1.647
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Compra de ativo imobilizado	(2.546)	(1.428)
Compra de ativos Intangíveis	-	(128)
Recebimento pela venda de imobilizado	3.843	-
Fluxo de Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	1.297	(1.556)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
pagamentos de empréstimos	(983)	(683)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(983)	(683)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Saldo no final do exercício	353	299
Saldo no início do exercício	299	891
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais).

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	5.262	74	(75)	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	7.795	-	(854)	1.168	8.109
Móveis e Utensílios	792	-	(3)	5	794
Máquinas e Equipamentos	1.841	130	(5)	52	2.018
Equipamentos - Empilhadeira	2.621	-	(136)	-	2.485
Veículos	2.620	-	(15)	-	2.605
Instalações	5.305	-	(8)	-	5.297
Obras em Andamento	1.173	1.029	-	(1.225)	977
Equipamentos de Informática	449	-	-	-	449
Total	27.858	1.233	(1.096)	-	27.995

Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Edificações e Benfeitorias	(4.819)	(142)	589	-	(4.372)
Móveis e Utensílios	(524)	(44)	3	-	(565)
Máquinas e Equipamentos	(974)	(136)	72	-	(1.108)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.235)	(205)	71	-	(1.369)
Veículos	(848)	(409)	11	-	(1.246)
Instalações	(1.615)	(420)	7	-	(2.028)
Equipamentos de Informática	(285)	(66)	-	-	(351)
Total	(10.300)	(1.422)	683	-	(11.039)

9. Empréstimos e financiamentos

Juros Vencimento 2016 2015

e outros recebíveis		2.917	2.917
Total do Ativo	2.917		2.917
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	550	(550)	
Partes relacionadas	4.066	(4.066)	
Retenções diversas	298	(298)	
Outros passivos	16	(16)	
Outras obrigações		4.930	4.930
Total do Passivo	4.930		4.930

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básica ou diluído da Companhia e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembargadas.

A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorre em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Fundaf

As receitas de serviços com importação e exportação de mercadorias estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente.

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores há noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso.

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, em 2015 e 2016, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 2015 e 2016 não houve nenhum caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nenhuma provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na

g) General

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem de um evento passado, é provável que recursos e confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cláusulas e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma estimativa razoável possa ser feita, disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como exposições adicionais identificadas com base em estudos e classificados como perda possível são divulgados e CPC 25.

j) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que:

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

As demonstrações financeiras tomadas em conjunto com a avaliação de ativos e passivos são:

q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações das demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada para fins de demonstração do valor adicionado.

Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia entre os diversos agentes.

r) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, embora encorajada pelo IASB, não é parte:

s) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

A versão completa do IFRS 9 foi publicada em 2016, com respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, novos critérios de classificação de ativos financeiros, perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo de avaliação da contabilidade de hedge. A Administração

• IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" determina a mensuração da receita e quando ela é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente.

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

• IFRS 17 - "Demonstrações financeiras dos arrendadores" incluídos em ou após 01º de janeiro de 2019. A Administração não existem outras normas e interpretações emitidas impacto em sua posição patrimonial, no resultado ou

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa

Bancos conta corrente

5. Aplicações financeiras

Circulante

Aplicação Siac - Disponível para venda

Manejo para negociação

- CDB

- Fundos

Os valores aplicados no SIAC - Sistema Integrado de Contabilidade e Tributária, o resgate desses valores depende de solicitação de liberação desses recursos por parte do Governo Federal.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos são registrados no resultado.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Composição das contas a receber de clientes:

Clientes - Devedores por armazenagem
Provisão para crédito de liquidação duvidosa
Créditos com Controlador

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber:

A vencer

Vencidos:

Até 30 dias

De 31 a 60 dias

De 61 a 90 dias

De 91 a 360 dias

Mais de 360 dias

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo inicial

Reversão da provisão

Constituição da provisão

Saldo final

Durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para o não recebimento de valores relativos a seu resultado.

7. Outros créditos

Este agrupamento é composto de demais títulos, valor principal da Companhia:

Circulante

Tributos a recuperar

Adiantamento a funcionários

Outros valores realizáveis

Despesas antecipadas

Não circulante

Depósitos judiciais

Cauções

Outros valores e bens BNU

8. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos econômicos de suas operações atuais.

tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa

tas

dministrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências óvel que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingênci/a. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências as disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para s como prazo de prescrição aplicável, conclusões de Inspeções fiscais e em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme

tratos de alugéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

i os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação ito, são ajustados pelo seu valor presente. i considerações os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, s e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas ião descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com rmente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. ste procedimento e nos exercícios de 2016 e 2015 não transacionou f de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

racão do Valor Adicionado

aradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC ilido pelo CPC. separada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição

SB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos ficada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e dívidimentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) iros; (ii) novo modelo de Impairment para ativos financeiros, híbrido de o modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências stração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para a é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é vivo é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o em 1º de janeiro de 2018. A administração está avaliando os impactos rcantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos ionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados s. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas m substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios ministração está avaliando os impactos de sua adoção. idas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

	2016	2015
	29	13
	324	286
	<u>353</u>	<u>299</u>
	2016	2015
	23.393	20.879
	3.485	2.120
	2.228	1.568
	1.257	552
	<u>26.078</u>	<u>22.999</u>

do Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC ção por parte da Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a disponibilidade do Estado do Rio Grande do Sul.

s recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram iferidos com outras aplicações totalizam R\$ 475 (R\$ 242 em 2015). O total (R\$ 2.726 em 2015).

veis

	2016	2015
	3.316	5.073
	(2.174)	(2.358)
	401	202
	<u>1.543</u>	<u>2.917</u>

über de clientes por vencimento são os seguintes:

	2016	2015
	705	418
	144	1.087
	20	191
	38	210
	60	529
	<u>2.349</u>	<u>2.638</u>
	3.316	5.073

uidação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas administrativas" na

	2016	2015
	2.358	422
	(679)	(422)
	495	2.358
	<u>2.174</u>	<u>2.358</u>

provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 495, em serviços de armazenagem prestados.

valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto

	2016	2015
	298	44
	51	364
	305	311
	<u>405</u>	<u>719</u>
	1.059	719
	1.008	954
	111	57
	88	88
	<u>1.207</u>	<u>1.129</u>

ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios

FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	654	754
			654	754

Não Circulante	3,00% a.a.	15/04/2020	1.379	2.362
			1.379	2.362
			2.033	3.116

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2017	654
2018	654
2019	517
2020	208
Total	2.033

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitem a sua mensuração, apesar da incerteza inherent ao seu prazo e ao desfecho da causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisiores.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

Cível	Trabalhista	Total
232	623	855
518	168	686
(40)	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	750	750
Adições	65	221
Reversões	(12)	(34)
Baixa por pagamento	(279)	(292)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	524	872
Provisões civis		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	524	1.396

Ações de caráter indenizatório referente a Indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registraram a provisão constituida, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda processos civis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 1.080 (R\$ 1.079 – 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registram a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.008 (R\$ 984 – 2015).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.332 (R\$ 4.283 – 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não inclusas em outros subgrupos.

	2016	2015
Circulante		
Débitos - controlador	4.684	3.929
Débitos - outras partes relacionadas	56	137
Dividendos e JCP a pagar	19	16
Retenções contratuais	343	298
Obrigações sociais e trabalhistas	751	550
	5.853	4.930

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2016
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	324	153	153	324
Aplicações Banrisul CDB	153			153
Aplicação SIAC		23.393	23.393	
Crédito com partes relacionadas	401	878	401	401
	878	23.393	24.271	
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	3.034	2.884	2.884	4.873
Contas a pagar	1.650	56	56	1.706
	4.684	2.884	2.884	4.740
Resultado				
Receitas	1.989	2.884	2.884	1.989
Aluguel	1.980	2.884	2.884	1.980
Financeira	9	(243)	(243)	9
Despesas	(243)	(177)	(177)	(243)
Comunicação	(66)	(111)	(111)	(66)
Outras				(620)
Vale alimentação e refeição				1.177
Recuperação de despesas				1.177

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2015
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	182	43	43	182
Aplicações SIAC	20.879			20.879
Crédito com partes relacionadas	427	20.879	20.879	21.306
	427	20.879		

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS



ao risco mencionado acima e não contratou operações sul instrumentos financeiros significativamente sujeitos a unha não elaborou e não está apresentando a análise de

2016	2015
26.878	22.599
3.316	5.073
30.194	28.072

mpresa pública, de capital aberto e de controle acionário detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte ado econômico.

tratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, a agilidade no processo de análise e tomada de decisão. apital, formada basicamente por capital próprio, ideal para e viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. onitora o retorno sobre o capital investido.

ido com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas intecordadas.

cadastro, validadas informações com a Receita Federal e lentes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, ilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados

s instrumentos financeiros, provocados por flutuações em tas de câmbio.

o mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações al prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o

78% do total do passivo de acordo com o balanço da

VALOR PRAZO	Valor	Participação
ATÉ	31.725	
1 E	17.385	
	49.110	

ISSADAS	Valor	Participação
ATÉ	25.468	51,86%
	1.410	2,87%

VALOR PRAZO	Valor	Representatividade
ATÉ	10.774	21,94%
	38.336	78,06%
	49.110	

da Companhia não conseguir honrar seus compromissos é obrigações de pagamento.

a de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos,

liquidação de uma posição de participação relativamente ransacionado ou em razão de alguma descontinuidade no

A. Institui princípios, procedimentos e padrões adequados acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, liquidez diária, inclusive, para momentos da crise.

I dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os anto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

uidex, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez imprimissadas de um dia lastreadas com títulos públicos Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do 2016).

ossibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal los pela Instituição, bem como a sanções em razão de anos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas

as para seus empregados.

para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados nsiderando a natureza de sua atividade.

os operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos

tação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, arrendamento da área de sua propriedade para terceiros

anahia como segmentos independentes, sendo os resultados a integrada.

Tartari Andre Moojen dos Santos
Contador - CRC RS 083383/O-1

DE ADMINISTRAÇÃO

anrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas finanças, documentos esses relativos ao exercício comos da opinião que as mencionadas peças merecem a

Canoas, 16 de fevereiro de 2017.

João Simioni
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2016.

Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação.

Canoas, 20 de fevereiro de 2017.

Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

Ronel Xavier Janovik
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes - O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, descritos na Nota Expositiva nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificações, com data de 24 de março de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre ele tomado em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles Internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira competitível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017.



KPMG

Auditores Independentes

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/login.aspx>

EP0910817.16458.ZKEJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0

Documento José Paulo de Almeida autenticado digitalmente. Pode ser verificado no site https://cav.receita.fazenda.gov.br/login.aspx pelo código de localização EP0910817.16458.ZKEJ. Consulte a página de documentação no final deste documento.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspetoria da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 3 - EAD3

**ATA DA REUNIÃO
DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PELO PORTO SECO DE CANOAS**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** 01 de agosto de 2017, às 10h, na sede da Banrisul Armazéns Gerais S.A., localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 8201 em Canoas/RS.
- 2. PRESENÇAS:** Compareceram os representantes da RECEITA FEDERAL: os Auditores-Fiscais Daniel Balbão, Inspetor Substituto e Sandro Martini Vargas, Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004; representando a BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.: os Srs. Zilmino Jacedir Tartari, Diretor Superintendente, Emir Francisco Benelli, Gerente Comercial, Viviam Guimarães da Costa, Assistente Administrativo, Paulo Rodrigues Jorge Junior, Assistente Administrativo, Helena Czekster Antochevis, Assistente Administrativo e Priscila Moura de Souza, Assistente Administrativo; representando os DESPACHANTES ADUANEIROS: o Sr. Milton Jaques da empresa Asia Chip, Débora Sauvas da empresa DS Logística, Nara Bernieri da empresa TradeWay, Evandro Rockett da empresa WestCargo, Sérgio Braga da empresa Solmec, Rodrigo Souza da empresa Exact Log, Adalto Micheli da empresa Artha Despachos, Magali Freiberper da empresa Sicex - Bielog Group, Daniele Kuryco da empresa Brasportsul e Liliam, despachante independente; representando o Ministério da Agricultura: o Sr. José Antônio de Azevedo Neto, Auditor-Fiscal Federal Agropecuário.
- 3. ORDEM DO DIA:** Avaliação dos serviços prestados pelo PORTO SECO DE CANOAS.

ASSUNTOS DISCUTIDOS E DELIBERADOS: 1) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO: O Sr. Sandro abriu a reunião, como fiscal do Contrato, cumprimentando a todos os presentes e passando a ler o relatório de avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS - Bagergs, realizada pela Receita Federal no mês de julho de 2017, conforme segue:

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 Nº 06/2004) e com o artigo 21 da IN

e lanternim, que possibilita uma pequena distância entre o telhado atual e o novo, o que fornecerá ventilação, luminosidade e garantirá uma condição térmica melhor no interior dos armazéns. Explicou que a colocação não interromperá a operação e que o custo será baixo, visto que não haverá a necessidade de remover o telhado anterior. O armazém 1 será o piloto, tendo início em 07 de agosto de 2017 e previsão de término de 30 dias.

3. A despachante aduaneira Marina Soares reporta problemas no Setor de Faturamento. Informa que cobranças são enviadas sem a devida identificação e com excessiva demora.

Manifestação na reunião: Com a palavra a Sra. Magali comenta que houve algumas dificuldades na transição dos procedimentos do faturamento, mas que atualmente o processo está funcionando bem. Sra. Helena questionou sobre as necessidades pontuais, Sra. Magali e Sr. Adalto apontam a falta de um histórico na geração do boleto, para relacionar boleto versus nota fiscal, facilitando assim o entendimento do cliente. Sra. Helena se comprometeu em elaborar um tutorial com passo a passo de manuseio na geração de boletos e notas fiscais no site, o qual enviará por e-mail aos despachantes para ser distribuído aos clientes. Sra. Priscila comentou acerca do remodelamento dos setores de financeiro e faturamento e que foi diminuído o quadro de estagiários e ampliado o quadro de empregados, e comentou também que, a partir de 11 de setembro todos os boletos no valor a partir de R\$2.000,00 serão registrados.

4. A Anvisa, através da Sr^a Rosemaria Timm, relata ter notado significativa melhora na infraestrutura referente à armazenagem de cargas sob vigilância sanitária.

Manifestação na reunião: Sobre esse tema Sr. Sandro elogiou a área segregada da ANVISA, comentou estar excelente.

Relacionamos abaixo os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Goteiras no armazém 02.
2. Iluminação insuficiente nos armazéns 02 e 03

Assuntos extras abordados: Houve manifestação por parte dos senhores (ras) Rodrigo, Magali, Débora, Emir, Liliam e Nara questionando os critérios e prazos relacionados as liberações das cargas, Sra. Magali questionou se há diferença de critérios para DIs separadas no aeroporto e na BAGERGS, Sr. Daniel respondeu que o critério é o mesmo. Sr. Rodrigo, Sra. Nara e Sra. Liliam comentaram a respeito do cliente não entender as exigências e questionaram acerca da possibilidade de haver um canal de comunicação com os fiscais e os importadores para esclarecimentos de dúvidas. Sr. Daniel explicou que houve algumas situações que fugiram da normalidade e informou que o quadro está sendo ampliado e que há uma colega em treinamento em Uruguaiana que virá integrar a equipe e que no prazo de 30 dias as liberações deverão estar normalizadas.



**Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 7 – EAD 7**

Lista de Presenças da Reunião do dia 01.08.2017, às 10h

Nome	Empresa	Assinatura
Lilian	Despachante	Lilian
Milton Jockeyes	ASIC - Unip	Jockeyes
Helena Antochieri	BAGORUS	Helena
José Antônio Azevedo	MAPA	
Eduardo Rockett	WEST LAW	
Dúbara Oliveira	Despachante	
Vítorim Guimarães	BAGORUS	
Nara Mazzoni	TANDE WAY	
Sergio Braga	Sistema 9100 Agroam.	
Rodrigo Soárez	EXACT LAW	
Adalito Michel	ARTHA ESPAÇHOS	
Daniel Melo	RECEITA FEDERAL	
Smáro MARTIN (ADMS)	REC. FAY	
Emir Francisco Benelli	Bagrus	
Zilmino Tartari	MAPERUS	
Paulo Jorge	MAPERUS	
Graigaine Tulikauski D.	BAGORUS	
Helene	BAGORUS	
Priscila Moura	Bagrus	
Magali Triberies	Siex - Sist. Groux	
Danielle Knigut	BRASERPIRUS	

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS
PRESTADOS PELO PORTO SECO DE CANOAS/RS – BAGERGS**

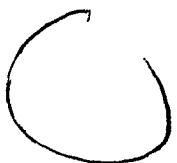
1º SEMESTRE/2017

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 Nº 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas – Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (Max Ind Metalúrgica LTDA e Tecenge Comercial e Técnica LTDA), dois representantes dos Importadores (Daiana Rodrigues e Real Novidades Distribuidora LTDA), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Bielog/Sicex e Tradeway Consultoria), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas – Chefe da EAD3 e Auditora-Fiscal Cristiane Maria Severgnini – Chefe da EAD7), um representante do Ministério da Agricultura e um representante do órgão anuente ANVISA.

Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” – indicador UM, à “Infraestrutura da EADI” – indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” – indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM.

O indicador melhor avaliado foi o indicador **UM** que obteve a nota final **8,96**. Em segundo lugar, ficou o indicador **DOIS** com a nota final **8,75** e por último o indicador **TRÊS** com a nota final **8,50**. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo **SERVIÇOS BONS** a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons).



A **NOTA FINAL geral** obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Primeiro Semestre/2017 foi de **8,74 (Serviços Bons)**, portanto uma nota final geral superior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a **8,50** (avaliação feita em janeiro/2017). Como a nota final geral cresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um acréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressalvando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados mencionados e descritos abaixo.

Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste primeiro semestre de 2017:

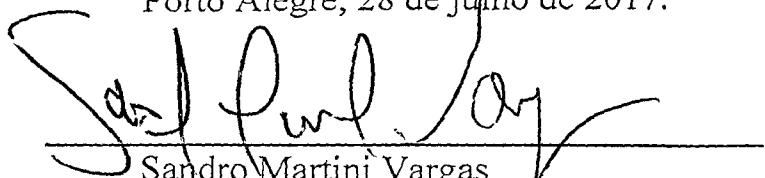
- 1) A principal reclamação refere-se à iluminação deficiente, especialmente nos Armazéns 02 e 03. Este aspecto foi apontado pelos Auditores-Fiscais da RFB Sandro Martini Vargas e pelo Auditor-Fiscal Federal Agropecuário José Antonio de Azevedo Neto.
- 2) O problema de goteiras nos armazém 02 foi reportado pela transportadora Transpallet.
- 3) A despachante aduaneira Marina Soares reporta problemas no Setor de Faturamento. Informa que cobranças são enviadas sem a devida identificação e com excessiva demora.
- 4) A Anvisa, através da Sr^a Rosemaria Timm, relata ter notado significativa melhora na infraestrutura referente à armazenagem de cargas sob vigilância sanitária.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Goteiras no armazém 02.
2. Iluminação insuficiente nos armazéns 02 e 03.

Este é o relatório.

Porto Alegre, 28 de julho de 2017.



Sandro Martini Vargas
Auditor-Fiscal da RFB Mat. Nº 66.040
Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004
Portaria IRF/POA nº 14 de
16/março/2015.

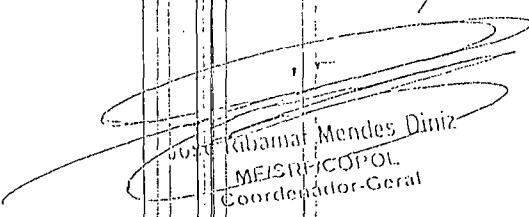
 Coordenadoria Geral de Programação e Logística - Copol
Coordenação de Recursos Materiais - Comat
Receita Federal Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº: 11080 010899/2003-01
Interessado: SRRF10
Assunto: Aprovação de Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS.

Tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003, encaminho o presente processo ao Senhor Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, submetendo à sua aprovação o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutiva expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF 27 de dezembro de 2003.


José de Vasconcelos Gonçalves
ME/SRRF/COPOL
Coordenador-Geral

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003,

APROVO o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutiva expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF 27 de dezembro de 2003.


EXPEDITO JOSE DE VASCONCELOS GONÇALVES
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal



Secretaria da Receita Federal - SRF
Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol
Coordenação de Recursos Materiais – Comat
Divisão de Contratos – Dicon



Processo nº : 11080.003683/2002-09
Interessado : SRRF 10 RF
Assunto : Aprovação do Contrato : SRRF 10 RF / BANRISUL ARMAZÉNS

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 e considerando a delegação de competência constante da Portaria SRF nº 165, de 06/02/2003, encaminhamos o presente processo ao Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, para fins de aprovação do Contrato nº 06/2004 que tem por objeto deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, celebrado em 24/09/2004, entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, constante das fls. 2026 a 2048.

Brasília/D.F., 09 de outubro de 2004.

[Signature]
José Ribamar Mendes Diniz
Coordenador-Geral de Programação e Logística

De conformidade com o disposto no inciso I do Artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,

Aprovo o Contrato nº 06/2004, celebrado em 24/09/2004 entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A – CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, cujo objeto é deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, constante das fls. 2026/2048.

Brasília/D.F., 09 de outubro de 2004.

[Signature]
Expedito José do V. Gonçalves
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTE SECO RODOVIÁRIO
CAXIAS DO SUL – RS**

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO

- EXECUÇÃO CONTRATUAL

Porto Seco de Caxias do Sul

Permissionária: Porto Seco Transportes Ltda.

Unidade da SRF Jurisdicionante: Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul

Período do Acompanhamento: Primeiro Semestre de 2017

Relatório da Execução Contratual de Permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no item II do art. 34 da IN SRF nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

I - Realizei com a permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	Sim	Data:	Local de arquivamento das atas:
Observações:			
II – Certifiquei-me de que a permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	Sim	Observações:	
III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não, a contratada cumpriu espontaneamente.	Sim	Observações:	
IV – Exigi que, por parte da permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não, a contratada cumpriu espontaneamente.	Sim	Observações:	
Os relatórios de faturamento do FUNDAF estão sendo entregues em arquivos PDF e anexados ao Dossiê Digital número 10010.028511/1216-78.			
V – Demandei da permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	Sim	X	Não há autorizações específicas
Observações:			
VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não houve questionamentos por parte da permissionária.	Sim	Observações:	
VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não houve problemas desta natureza.	Sim	Observações:	
VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	Sim	Observações:	

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO
- EXECUÇÃO CONTRATUAL

Porto Seco de Caxias do Sul

Permissionária: Porto Seco Transportes Ltda.

Unidade da SRF Jurisdicionante: Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul

Período do Acompanhamento: Primeiro Semestre de 2017

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Local de arquivamento da documentação:
---	---

Observações: Toda a documentação referente ao controle do presente contrato encontra-se arquivada nos autos do processo administrativo 11020.000874/00-64.

X – Exigi da contratada o imediato resarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no Porto Seco;

<input checked="" type="checkbox"/> Não, não houve danos	<input type="checkbox"/>	Sim
--	--------------------------	-----

Observações:

XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> X	Sim	Data da informação: 23/06/2017.
---	----------------------------	-----	--

Observações:

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

As tarifas foram reajustadas em novembro de 2016.

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/>	Sim
---	--------------------------	-----

Caso positivo anexar comprovação de sua necessidade em função do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e fundamentação legal

Parecer do Fiscal do Contrato

No período referente ao primeiro semestre de 2017, a permissionária cumpriu com todas as condições contratuais a que se subordina a prestação dos serviços de armazenagem e movimentação de cargas a exportar e a importar, no Porto Seco de Caxias do Sul.

Fiscal do Contrato: **SÉRGIO CARVALHO TRINDADE**

Matrícula: **1171812**

Portaria de Designação: **Portaria DRF/CXL 112 DE 17/04/2009.**

Lotação: **DRF/CAXIAS DO SUL**

Telefone : **(54)3535.3700**

Assinatura

Caxias do Sul, 10 de julho de 2017

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

Caxias do Sul, 17 de julho de 2017

Sérgio C. Carvalho
Sérgio Carvalho Trindade

Fiscal de Contrato – Portaria MF nº112 de 17/04/2009



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF:	08.474.257/0001-97	Validade do Cadastro: 29/01/2018
Razão Social / Nome:	PORTO SECO - TRANSPORTES LTDA	
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
Domicílio Fiscal:	85995 - Caxias do Sul RS	
Unidade Cadastradora:	510907 - GERÊNCIA EXECUTIVA CAXIAS DO SUL/RS	
Atividade Econômica:	4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	
Endereço:	ROD RS 122 16870 KM 80,8 - Caxias do Sul - RS	
Ocorrência:	Nada Consta	
Impedimento de Licitar:	Nada Consta	
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta	
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta	

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	06/12/2015	(*)
FGTS	Validade:	08/08/2017	
INSS	Validade:	06/12/2015	(*)
Trabalhista	Não Cadastrada	http://www.tst.jus.br/certidao	

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/08/2015	(*)
Receita Municipal	Validade:	17/10/2015	(*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira – Validade: **30/06/2014** (*)

Índices Calculados: **SG = 2.86; LG = 0.86; LC = 0.86**

Patrimônio Líquido: **R\$ 0,00**

Legenda: documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).



PORTO SECO
da Serra Gaúcha

TABELA de MOVIMENTAÇÃO

A) Movimentação carga e/ou descarga:

TIPO	Manual	Paletizada
Container 20' até 11 ton. de carga	R\$ 327,36	R\$ 128,56
Container 20' acima de 11 ton. de carga	R\$ 488,08	R\$ 155,04
Container 40' ST/HC	R\$ 488,08	R\$ 155,04
Truck	R\$ 327,36	R\$ 128,56
Carreta	R\$ 488,08	R\$ 155,04
Carreta p/ tonelada (cargas com excesso)	R\$ 18,81 p/tonelada, mínimo R\$ 155,04	

TIPO	PALETIZADA ou PONTE ROLANTE
Container 20' e 40' Open Top	R\$ 18,81 p/ tonelada ou fração, mínimo R\$ 155,04
Container 20' e 40' Flat Rack	R\$ 18,81 p/ tonelada ou fração, mínimo R\$ 155,04

B) Movimentação, baixa e levante de container no pátio:

TIPO	CHEIO	VAZIO
Container 20' até 11 ton. de carga	R\$ 90,51	R\$ 57,32
Container 20' acima de 11 ton. de carga	R\$ 127,11	R\$ 57,32
Container 40' ST/HC/OT sem excesso	R\$ 127,11	R\$ 66,48
Container 20' Flat Rack e 20' Open Top com excesso	R\$ 157,43	R\$ 57,32
Container 40' Flat Rack e 40' Open Top com excesso	R\$ 157,43	R\$ 66,48

RS-122 KM 80,8 Nº 16.870, ROTA DO SOL – Bairro Pôr do Sol – CEP 95.042-190
 CAXIAS DO SUL – RS FONE: +55(54) 3535-3700 Fax : +55(54) 3535-3737

E-mail: comercial@eadisimas.com.br

www.eadisimas.com.br



PORTO SECO
da Serra Gaúcha

C) Movimentação de carga/descarga fracionada

Carga container 20' / Truck	Manual	Paletizada
Até 1 m ³ ou 1 tonelada	R\$ 42,56	R\$ 16,71
De 1,01 m ³ ou 1,01 toneladas até 8 m ³ ou 3 toneladas	R\$ 81,84	R\$ 32,14
De 8,01 m ³ ou 3,01 toneladas até 16 m ³ ou 6 toneladas	R\$ 163,68	R\$ 64,28

Carga container 40' / Carreta	Manual	Paletizada
Até 1 m ³ ou 1 tonelada	R\$ 63,45	R\$ 20,15
De 1,01 m ³ ou 1,01 toneladas até 16 m ³ ou 6 toneladas	R\$ 122,02	R\$ 38,76
De 16,01 m ³ ou 6,01 toneladas até 33 m ³ ou 12 toneladas	R\$ 244,04	R\$ 77,52

D) Fornecimento de energia: R\$ 122,08 c/ISS p/ container refrigerado/dia.

Valores com ISS (4%) incluso.

Válida a partir de 07 de novembro de 2016.

Porto Seco Trasnportes Ltda. Tabela comparativa – novembro 2016

Descrição dos serviços	Tipo de operação	Valor base praticado c/ISS incluso	Praticado Unidade	Praticado Valor R\$	Valores contratuais base fevereiro 2005		
					Contratual R\$	diferença R\$	desconto
Descarga/carga Container 40' Carreta	Paletizada	R\$ 155,04	M ³ Ton.	2,31 5,96	7,78 11,40	5,47 5,44	70,30 % 47,72 %
	avulsa	R\$ 488,08	M ³ Ton.	7,28 18,77	12,22 25,07	4,94 6,30	40,42 % 25,13 %

Descrição dos serviços	Tipo de operação	Valor base praticado c/ISS incluso	Praticado Unidade	Praticado Valor R\$	Valores contratuais base fevereiro 2005		
					Contratual R\$	diferença R\$	desconto
Descarga/carga Container 20' Truck	Paletizada	R\$ 128,56	M ³ Ton.	3,90 5,37	7,78 11,40	3,88 6,03	50,12 % 52,89 %
	avulsa	R\$ 327,36	M ³ Ton.	9,92 13,04	12,22 25,07	2,30 11,43	18,82 % 45,59 %

Descrição dos serviços	Tipo de operação	Valor base praticado c/ISS incluso	Praticado Unidade	Praticado Valor R\$	Valores contratuais base fevereiro 2005		
					Contratual R\$	diferença R\$	desconto
Movimentação container 20'	Cheio	R\$ 90,51	M ³ Ton.	2,74 3,77	8,28 12,36	5,54 8,59	66,91 % 69,50 %
	Vazio	R\$ 57,32	M ³ Ton.	1,74 2,39	8,28 12,36	6,54 9,97	78,98 % 80,66 %

Descrição dos serviços	Tipo de operação	Valor base praticado c/ISS incluso	Praticado Unidade	Praticado Valor R\$	Valores contratuais base fevereiro 2005		
					Contratual R\$	diferença R\$	desconto
Movimentação container 40'	Cheio	R\$ 127,11	M ³ Ton.	3,85 5,29	8,28 12,36	4,43 7,07	53,50 % 57,2 0%
	Vazio	R\$ 66,48	M ³ Ton.	2,01 2,77	8,28 12,36	6,27 9,59	75,72 % 77,59 %

Container 20'Capacidade cúbica: 33 m³

Capacidade de peso: 24 toneladas

Container 40'Capacidade cúbica: 67 m³

Capacidade de peso: 26 toneladas

OBS: proporção sobre os valores de m³ e tonelada. (1/8, 1/4, 1/2 e 3/4)

Balanco Patrimonial encerrado em 31 Dezembro, 2016**Ativo**

Ativo Circulante	4.341.951,63
Disponibilidades	3.786.072,80
Caixa	2.425.284,36
Bancos Conta Movimento	610,64
Banco Bradesco S/A	1,00
Banco Itaú	10,00
Banco Banrisul S/A	599,64
Bancos Aplicações Financeiras	1.360.177,80
Banco Banrisul S/A	60.230,16
Banco Itaú S/A c/ aplic	494.658,81
Banco Itaú S/A Oper.compromissada	629.336,73
Banco Itaú S/A c/ CDB/RDB	86.087,19
Banco Bradesco S/A	89.864,91
Realizável	555.878,83
Clientes	437.677,65
Adiantamentos	61.526,19
Outros Créditos	8.184,00
Imposto a Recuperar	48.498,99
Empréstimos	
Ativo Não-Circulante	12.416.869,30
Realizável a Longo Prazo	816.939,17
Valores a Receber	807.482,39
Depósitos Judiciais	9.456,78
Imobilizado	11.599.930,13
Imóveis	6.882.269,06
Predios	4.396.461,72
Imóveis NR.01	2.485.807,34
Moveis	6.559.680,97
Equipamentos	196.485,40
Ferramentas e Acessórios	1.490,00
Instalações	885.040,89
Empilhadeiras	3.641.534,23
Máquinas e Equipamentos	915.741,80
Veículos	316.519,32
Instalações Telefônicas	2.457,00
Moveis e Utensílios	137.258,80
Instalações Industriais	75.041,58
Computadores e Periféricos	209.065,22
Direitos de Uso de Telefone	10.905,53
Containers	151.000,00
Sistemas de Dados Software	17.141,20

(-) Depreciações Acumuladas	(1.842.019,90)
(-) Deprec.s/Prédios	(1.050.761,00)
(-) Deprec.s/Enfileiradeiras	(485.208,50)
(-) Deprec.s/Máquinas e Equipamentos	(168.176,95)
(-) Deprec.s/Móveis e Utensílios	(66.892,52)
(-) Deprec.s/Instalações Industriais	(52.431,47)
(-) Deprec.s/Computadores e Periféricos	(13.532,56)
(-) Deprec.s/Sistemas de Dados Software	(5.016,90)
Total do Ativo	16.758.820,93

Total da Ativo

16.758.820,93

Passivo Circulante	4.135.940,29
Exigível	
Fornecedores	53.081,43
Obrigações Sociais e Trabalhistas	273.704,82
Obrigações Tributárias	382.174,34
Empréstimos Bancários	
Credores Diversos	1.159.100,00
Outros Débitos	2.267.879,70
Patrimônio Líquido	12.622.880,64
Capital	1.850.000,00
Capital Social	1.850.000,00
Reservas de Lucros/Prejuízos Acumulados	10.772.880,64
Lucros Acumulados	10.772.880,64
Total do Passivo	16.758.820,93

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2016 sendo Ativo e Passivo de igual importância de R\$ 16.758.820,93 (Dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte reais e noventa e três centavos).

Caxias do Sul, 31 Dezembro, 2016


 Porto Seco - Transportes Ltda
 Waldomiro Simioni
 Administrador CPF - 004.244.800-00


 WCA Cont Asses Ltda C.R.C. RS/3.434
 Claudia Adams CPF 766.234.750-87
 Contadora - CRC/RS 62.683


 Porto Seco - Transportes Ltda
 Reilda Simioni
 Administradora CPF - 208.035.910-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

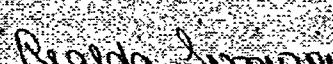
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVICOS	8.119.041,72
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.105.088,07)
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVICOS	7.013.953,65
CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS	(1.937.094,68)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	5.076.858,97
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.877.660,58)
Despesas Gerais	(2.101.992,64)
Despesas Tributárias	(41.149,60)
Resultados Financeiros Líquidos	265.481,66
RESULTADO OPERACIONAL	3.199.198,39
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	
RESULTADO ANTES DA PROV. CSLL E IRPJ	3.199.198,39
PROVISÕES IRPJ E CSLL	(906.129,21)
Provisão p/Contribuição Social	(257.882,63)
Provisão p/Imposto de Renda	(648.246,58)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	2.293.069,18

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração.

Caxias do Sul, 31 Dezenbro. 2016


Porto Seco - Transportes Ltda
Waldomiro Simioni
Administrador - CPF - 004.244.800-00


WCA Cont Asses Ltda C.R.C. RS/3.434
Claudia Adami - CPF 766.234.750-87
Contadora - CRC/RS: 62.683


Porto Seco - Transportes Ltda
Reilda Simioni
Administradora - CPF - 208.035.910-04

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01: PERÍODO DE APURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL

O presente balanço compreende o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016 e encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

A sociedade tem por objetivos: transporte rodoviário de cargas em geral, inclusive o de produtos perigosos. Prestação de serviços a terceiros, de movimentação e armazenamento em Portos Secos.

NOTA 02: FORMA DE TRIBUTAÇÃO

A forma de tributação adotada é o lucro presumido.

NOTA 03: DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas de contabilidade, tendo sido adotado como prática o regime da competência.

NOTA 04: IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, atualizado pela correção até o ano de 1995.

NOTA 05: EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos de seus encargos até o encerramento do balanço.

(e)

CM

R

O capital social é de R\$ 1.850.000,00 (Um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 1.850.000 quotas, totalmente integralizado pelos sócios.

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
Valmor Merlin	30,00	555.000	555.000,00
Simasul Transportes Ltda	70,00	1.295.000	1.295.000,00
Total do Capital	100,00	1.850.000	1.850.000,00

Caxias do Sul, 31 de Dezembro de 2016.

Waldomiro Simioni
Administrador
CPF: 004.244.800-00

Claudia Adami
Contadora CRC/RS - 62.683
CPF 766.234.750-87

**Realda Simioni
Administradora
CPI: 208.035.910-04**

RELATÓRIO SEMESTRAL DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PORTO SECO DE CAXIAS DO SUL – RS

PERMISSIONÁRIA:	PORTO SECO TRANSPORTES LTDA
CÓDIGO DO RECINTO:	0353201
UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE:	DRF DE CAXIAS DO SUL - RS
PERÍODO DE FISCALIZAÇÃO:	PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do art. 22 da IN SRF nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, a Comissão designada pela Portaria SRRF/10^aRF nº 114, de 2 de abril de 2002, submete ao Sr. Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10^a Região Fiscal o presente relatório da Comissão de Fiscalização dos Serviços da Estação Aduaneira acima identificada.

Representante do Permitente:	NILSON SOMMAVILLA PRIMO Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul
Representante da Permissionária:	WALDOMIRO SIMIONI Diretor do Porto Seco Transportes Ltda.
Representante dos usuários:	DAVID PISTORELLO Diretor da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul

Solicitações, manifestações e soluções propostas pelos membros da Comissão.

USUÁRIOS

Solicitações, manifestações apresentadas pelo Representante dos Usuários em relação aos serviços prestados pela Permissionária:
<ul style="list-style-type: none"> • Não foram tecidas considerações.
Solicitações, manifestações apresentadas pelo Representante dos Usuários em relação aos serviços prestados pela Permitente:
<ul style="list-style-type: none"> • Não foram tecidas considerações.

PERMISSIONÁRIA

Solicitações, manifestações do Representante da Permissionária em relação aos dos usuários:
<ul style="list-style-type: none"> • Alteração do fluxo documental para agilizar os serviços. • Nova portaria com estacionamento coberto, fora da área de alfandegamento. • Para o segundo semestre de 2017 será retomada a preparação do alfandegamento de armazém e pátio.
Solicitações, manifestação do Representante da Permissionária em relação aos serviços prestados pela Permitente:
<ul style="list-style-type: none"> • Não foram tecidas considerações.

RELATÓRIO SEMESTRAL DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

PORTO SECO DE CAXIAS DO SUL – RS

PERMISSIONÁRIA:

PORTO SECO TRANSPORTES LTDA

CÓDIGO DO RECINTO:

0353201

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE:

DRF DE CAXIAS DO SUL - RS

PERÍODO DE FISCALIZAÇÃO:

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

PERMITENTE

Solicitações, manifestações apresentadas pelo Representante da Permitente em relação aos serviços prestados pela Permissionária:

- Alteração do local do estacionamento destinado à Receita Federal.

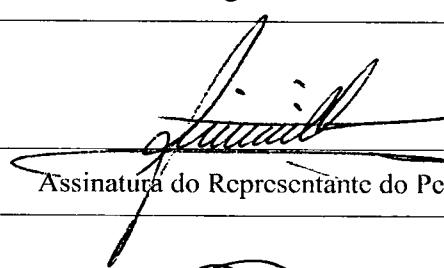
Solicitações, manifestações apresentadas pelo Representante da Permitente em relação aos Usuários:

- Não foram tecidas considerações.

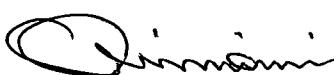
CONCLUSÕES

- A concedente continuará avaliando a situação do Porto Seco de Caxias do Sul, buscando a excelência dos serviços e tentará agilizar ao máximo o processo de ampliação da área alfandegada do Porto Seco.

Data:	11/07/2017	Local:	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul
--------------	------------	---------------	---



Nilson Sommavilla Primo
 Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
 Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul - RS



Waldomiro Simioni
 Porto Seco Transportes Ltda
 Diretor

Assinatura do Representante da Permissionária

Assinatura do Representante dos Usuários

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PORTO SECO DE CAXIAS DO SUL – RS

Fundamento legal: Anexo I do Instrumento de Aditamento nº 1 do Contrato de Permissão Para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias no Porto Seco de Caxias do Sul – RS, firmado em 8 de julho de 2002.

Relatório:

1. Com vista ao cumprimento das determinações do Aditivo Contratual referido acima, em maio de 2017, foram disponibilizados aos usuários do Porto Seco de Caxias do Sul um total de 06 (seis) formulários de consulta entre às empresas usuárias dos serviços prestados no Porto Seco de Caxias do Sul e despachantes aduaneiros.
2. Do total de questionários entregues, 06 (seis) foram restituídos a estão devidamente preenchidos e serviram de base à avaliação determinada no Anexo do Aditivo contratual antes referido.
3. Nos termos do item 5 do anexo I do aditivo contratual, atribuíram-se, respectivamente, às médias aritméticas das notas atribuídas aos indicadores de avaliação 1, 2 e 3 do questionário, pesos 4, 3 e 3.
 - 3.1. Com base nas notas de avaliação atribuídas pelos usuários e despachantes aduaneiros, obtiveram-se, respectivamente, médias aritméticas 8.8, 8.0 e 7.8 aos indicadores de avaliação 1, 2 e 3. repercutindo, assim, em face da aplicação dos pesos definidos nos termos do item 3 do presente relatório, que os serviços prestados no Porto Seco de Caxias do Sul encontram-se com *avaliação 8.3* e com efeito, considerados “*bons*”. segundo a tabela de avaliações constante no item 6 do Anexo do Aditivo Contratual supramencionado.

Caxias do Sul, 22 de junho de 2017.



Sérgio Carvalho Trindade

AFRFB Matrícula: 1171812

Fiscal de Contrato – Portaria MF nº112 de 17/04/2009
Delegacia da Receita Federal do Brasil de Caxias do Sul

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



Processo nº : 11080.012241/96-81

Interessado : Delegacia da Receita Federal em Caxias do Sul

Assunto.....: Aprovação do contrato de permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Estação Aduaneira Interior, no município de Caxias do Sul/RS (EADI-Caxias do Sul)

Em atendimento ao que determina o inciso "I" do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, e, considerando o disposto no inciso "X" do artigo 140 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MEFP nº 606, de 03/09/92, alterado pelas Portarias MF nº 678, de 22/10/92 e nº 232 de 22/10/96, encaminho o presente processo ao Sr. Secretário da Receita Federal, submetendo à sua aprovação o contrato, constante das folhas 1852 a 1864, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa Transportadora Simas Ltda., em 22 de maio de 1998, cujo objeto é a prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e às destinadas à exportação pela Estação Aduaneira Interior de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília-DF, de junho de 1998

Zenaldo Loibman
Coordenador-Geral de Progamação e Logística

Tendo em vista o disposto no inciso "X" do artigo 140 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MEFP nº 606, de 03/09/92, alterado pelas Portarias MF nº 678, de 22/10/92 e nº 232 de 22/10/96, e, em atendimento ao que determina o inciso "I" do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, aprovo o contrato, constante das folhas 1852 a 1864, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa Transportadora Simas Ltda., em 22 de maio de 1998, cujo objeto é a prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e às destinadas à exportação pela Estação Aduaneira Interior de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília-DF, 03 de junho de 1998

Everardo Maciel
Secretário da Receita Federal



Receita Federal

246
a.
2010

Processo n. 40980-013469/95-83 4020.002956/2009-71

Interessado: PORTO SECO DE CAXIAS DO SUL/PR - PORTO SECO TRANSPORTES LTDA.

Assunto: Aprovação do Quarto e do Quinto Termo Aditivo - APROVAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO.

De conformidade com o disposto no inciso "I" do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 1986, e considerando o disposto no inciso VI do artigo 261 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF no 125, de 04 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União -- D.O.U. em 06 de março de 2009.

Aprovo o quinto termo aditivo ao Contrato de Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Caxias do Sul - RS (antes denominado de Estação Aduaneira Interior), que fora firmado, originariamente, entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal - SRRF10, e a pessoa jurídica TRANSPORTADORA SIMAS LTDA., CNPJ 88.668.231/0001-19, nos idos de 22/05/1998, cujo objeto é transferir a Permissão para a empresa PORTO SECO TRANSPORTES LTDA., CNPJ 08.474.257/0001-97.

Brasília/DF, a 05 de JULHO de 2010.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTO SECO RODOVIÁRIO
JAGUARÃO – RS**

PORTO SECO em JAGUARÃO

Concessionário: Elog Terminal de Cargas Ltda, CNPJ 01.691.041/0001-34

Relatório da Execução Contratual de concessão/permisão da Estação Aduaneira acima identificada, conforme disposto no item XII do art. 21 da IN SRF nº 55, de 23 de maio de 2000, e no inciso II do art. 3º da Portaria SRF nº 746, de 24 de agosto de 2001.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	Data 13/07/2017	Local de arquivamento das atas: IRF - JAG
-------------------------------------	-----	-------------------------------------	-----	-----------------	---

Observações:

A ata da reunião está arquivada no processo do contrato de concessão.

II – Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	-----	-------------------------------------	-----

Observações:

III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	---	-------------------------------------	-----

Foi solicitado verbalmente a manutenção do piso de circulação dos veículos de carga. Consta na ata da reunião periódica. Recuperação está em execução.

IV – Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	---	-------------------------------------	-----

Observações:

V – Demandei da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não há autorizações específicas
-------------------------------------	---	-------------------------------------	-----	-------------------------------------	---------------------------------

VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não, não foi necessário	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	-------------------------	-------------------------------------	-----

Observações:

VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alcada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não houve problemas desta natureza	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	------------------------------------	-------------------------------------	-----

Observações:

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
-------------------------------------	-----	-------------------------------------	-----

Observações:

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

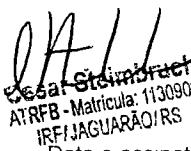
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	Local de arquivamento da documentação: IRF Jaguarão/RS – Porto Seco
-------------------------------------	-----	---

Observações:

Processo nº 11040.001342/2003-48

Ass. Steinbravi.

EP-9 - Matrícula: 11.40903

X – Exigi da contratada o imediato ressarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não, não houve danos	<input type="checkbox"/> Sim
Observações:		
XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não está no prazo	<input type="checkbox"/> Sim
Data da informação:		
Observações:		
XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período? .		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/> Sim
Resultados:		
XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/> Sim
Nova tabela de valores e autorização para a homologação do reajuste estão anexados a este relatório.		
XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/> Sim
Parecer do Fiscal do Contrato		
O Porto Seco está funcionando de acordo com o Contrato de Concessão, com os sistemas informatizados e gerenciamento de pessoal dentro das exigências contratuais.		
Observações sobre o anexo I		
Fiscal do Contrato: Cesar Steinbruch Matrícula: 1130909 Portaria de Designação: Port. DRF/PEL nº 119 de 26 de setembro de 2012. Lotação: DRF Pelotas Telefone: (53) 3261 1190		
 19/07/2017 Data e assinatura		

Anexo Único										ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO									
Tipo de Porto Seco / Descrição		() De Zona Secundária		(X) De Fronteira		() Outros				LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO		BR 116 Km 653 Jaguarão							
MODALIDADE DE OUTORGА		(X) Concessão		() Permissão						EMPRESA EXPLORADORA									
CNPJ										01.691.041/0003-04									
VIGÊNCIA DO CONTRATO		Termo Inicial		15/03/2003		Termo Final		14/03/2023											
UNIDADE JURISDICIONANTE		IRF Jaguarão / RS																	
SEMESTRE CIVIL										(X)		PRIMEIRO SEMESTRE		()		SEGUNDO SEMESTRE			
MÊS DO SEMESTRE		Primeiro		Segundo		Terceiro		Quarto		Quinto		Sexto		TOTAL					
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO										Unidade									
Despachos Aduaneiros		UN		1125		1010		1.415		1.054		1.328		1.194		7.126			
Entrada de Mercadorias Importadas (VMLE)		US\$		34.206.899		27.591.771		33.853.475		30.824.454		29.798.408		19.485.051		175.760.058			
Entrada de Mercadorias para Exportação (VMLE)		US\$		16.430.531		16.956.154		25.010.786		18.394.658		22.248.325		15.957.515		114.997.969			
Imposto de Importação		R\$		544.507		460.317		556.314		536.549		406.005		333.057		2.836.749			
IPIncluído à Importação		R\$		863.037		620.951		892.690		822.921		760.546		620.224		4.580.369			
PIS/PASEP		R\$		871.113		666.362		873.943		763.278		815.025		583.484		4.573.205			
COFINS		R\$		4.117.303		3.149.949		4.141.657		3.628.923		3.877.153		2.777.131		21.687.116			
Utilização de Capacidade de Armazenagem		%		8,00%		11,00%		13,00%		8,00%		8,00%		7,00%		7,00%		9,00%	
DADOS DA PERMISSIONÁRIA/CONCESSIONÁRIA																			
Faturamento		R\$		305.130		284.273		335.055		237.587		246.989		265.096		1.674.130			
Receitas de Movimentação e Armazenagem		R\$		38.147		57.282		88.085		55.946		41.573		41.061		322.093			
Receitas Acessórias		R\$												-					
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL																			
PA's de iniciativa da RFB		UN		0		0		0		0		0		0		0		0	
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação		UN		0		0		0		0		0		0		0		0	

Jaguarão em 10.07.2017

*J.F.U.*Cesar Steinbruch
MATRÍCULA 1130909

Despachantes BR	Entrega	Devolução	Nota 1	Nota 2	Nota 3
C & T Despachos Aduaneiros Ltda					
Comissária Pibernat Ltda					
Etimex Transportes Imp. E Exp. Ltda					
Eduardo Cabaldi	06,0	05,0	03,8		
Gilberto Silveira de Faria					
Triângulo Desp Aduaneiros Ltda					
Intersul Despachos	00,0	01,5	03,2		
L. Z. Despachos Aduaneiros Ltda					
Edelison da Silva Ramos					
Costa & Seabra Assessoria Aduaneira	10,0	08,8	09,0		
N.C.M. Assessoria Desp. Aduaneiros Ltda					
Fellype Nogueira de Oliveira					
Rota Sul Despachos Aduaneiros Ltda					
Santos Assessoria e Despachos Aduaneiros					
Serra Assessoria Aduaneira Ltda					
Sul Americana Despachos Aduaneiros Ltda					
Marco Antônio Silva – TORINO					
Wagner Aloides Nunes					
Gilnei Belém de Oliveira					
Debora Nidejelski	08,0	08,3	08,0		
Flávio Renato Ança Evaristo					
	10,0	08,8	09,6		
Despachantes UY	Entrega	Devolução	Nota 1	Nota 2	Nota 3
Nery Delgado					
Juan Carlos Suarez					
Jose C. Martinez					
Jaume Y. Sere					
Raul Vergara					
Moacir Nascente					
Herbert Walter Bemolen					
Alfredo Silva					
Luis Henrique Reyes					
Paulo Leguizamón					

Transportadoras	Entrega	Devolução	Nota 1	Nota 2	Nota 3
Amaro Transportes e Logística Ltda					
Transportes Surena SRL					
Brod Transportes Ltda					
ERMISA					
Transportes Intern. Fiorymax SRL					
Transportes JJA Srl					
Transferé Transportes Ltda.					
Gafor S/A					
Transports Daniel Babber Ltda					
Tio Joca Transportes e Com. De Cerais					
Balbiani Medeiros Joseolo					
Transportadora Liberdade Ltda (Trasli)					
Expresso Hercules Transp. e Com. Ltda.					
Hamilton Gabriel Patiño Baute ME					
Mercosul Logística e Transp. Intern. Ltda					
Somin SA					
Bonjour Clidio & Tunessi					
	10,0	08,8	09,0		
Orgãos	Entrega	Devolução	Nota 1	Nota 2	Nota 3
ADUANA Uruguaia					
MAPA					
ANVISA					
DNA – Dirección Nacional de Aduanas					
MGAP – Min. Ganadería Agric. Pesca					
MTOP – Min. Transportes (Uruguay)					
EMATERRS					
	10,0	10,0	10,0		
Despachantes	Médias Verificadas		Nota 1	Nota 2	Nota 3
Despachantes			7,0	6,2	6,8
Transportadoras			9,1	8,1	8,4
Órgãos Intervententes			8,7	8,4	8,8
Outros			10,0	9,5	10,0
Média geral			8,7	8,0	8,5

Apuração do Grau de Satisfação dos Usuários		
Questão 1 = Segurança proporcionada aos Usuários e à Carga	Peso = 3	
Questão 2 = Infra-estrutura do Porto Seco	Peso = 3	
Questão 3 = Condições da Prestação de Serviços	Peso = 4	
Questionários apresentados	23	Referência:
Nota Final Ponderada:	8,4	2º SEM/2016



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: **01.691.041/0001-34** Validez do Cadastro: **10/05/2018**

Razão Social / Nome: **MULTILOG SUL ARMAZENS GERAIS LTDA**

Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

Domicílio Fiscal: **75353 - Curitiba PR**

Unidade Cadastradora: **160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO**

Atividade Econômica: **5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT**

Endereço: **AV JUSCELINO KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA 4430 - Curitiba - PR**

Ocorrência: **Consta**

Impedimento de Litar: **Nada Consta**

Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Validade: **09/12/2017**

FGTS Validade: **13/08/2017**

INSS Validade: **09/12/2017**

Trabalhista Validade: **13/01/2018** <http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital Validade: **14/09/2017**

Receita Municipal Validade: **09/10/2017**

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: **31/05/2018**

Índices Calculados: **SG = 3.64; LG = 1.90; LC = 3.09**

Patrimônio Líquido: **R\$ 43.157.990,00**

[Assinatura]
ATRFB - Matrícula: 130069
RFI JAGUARÃO/RS

TARIFAS DE SERVIÇOS – INÍCIO VIGÊNCIA 08/03/2017

D-15-CM-001 rev 00

Decorrente do reajuste conforme previsto na **cláusula oitava do contrato de concessão nº 01/2003**, referente ao período fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, pelo índice anual IGP-DI no percentual de 6,02%, conforme homologação pela SRRF 10ª RF/RS em 02/03/2017, com aplicação nas unidades de Uruguaiana, Sant'ana do Livramento e Jaguarão a partir de 08 de março de 2017.

PONTOS SECOS RODOVIÁRIOS DE JAGUARÃO, SANT'ANA DO LIVRAMENTO E URUGUAIANA – RS

- **ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO**
 - . 0,114% sobre o valor CIF das mercadorias por período de 10 dias ou fração;
 - . R\$ 6,95 por m³ ou fração por período de 10 dias ou fração;
 - . R\$ 13,92 por m² ou fração por período de 10 dias ou fração;
- **ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO**
 - . 0,343% sobre o valor FOB das mercadorias por período de 30 dias ou fração;
 - . R\$ 20,83 por m³ ou fração por período de 30 dias ou fração;
 - . R\$ 41,69 por m² ou fração por período de 30 dias ou fração;
- **MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO**
 - . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,65 por m³ ou fração;
R\$ 4,53 por tonelada ou fração;
 - . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração;
 - . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração
- **MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO**
 - . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,61 por m³ ou fração;
R\$ 4,51 por tonelada ou fração;
 - . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;
 - . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;
- **ESTADIAS DE CAMINHÕES – IMPORTAÇÃO**
 - . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,14 por período de 6 horas ou fração;
 - . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,93 por período de 6 horas ou

Document ID: 00000000000000000000000000000000
Signature: 00000000000000000000000000000000
ATRB - Matrícula: 1130903
IPF/JAGUARÃO/RS

fração;

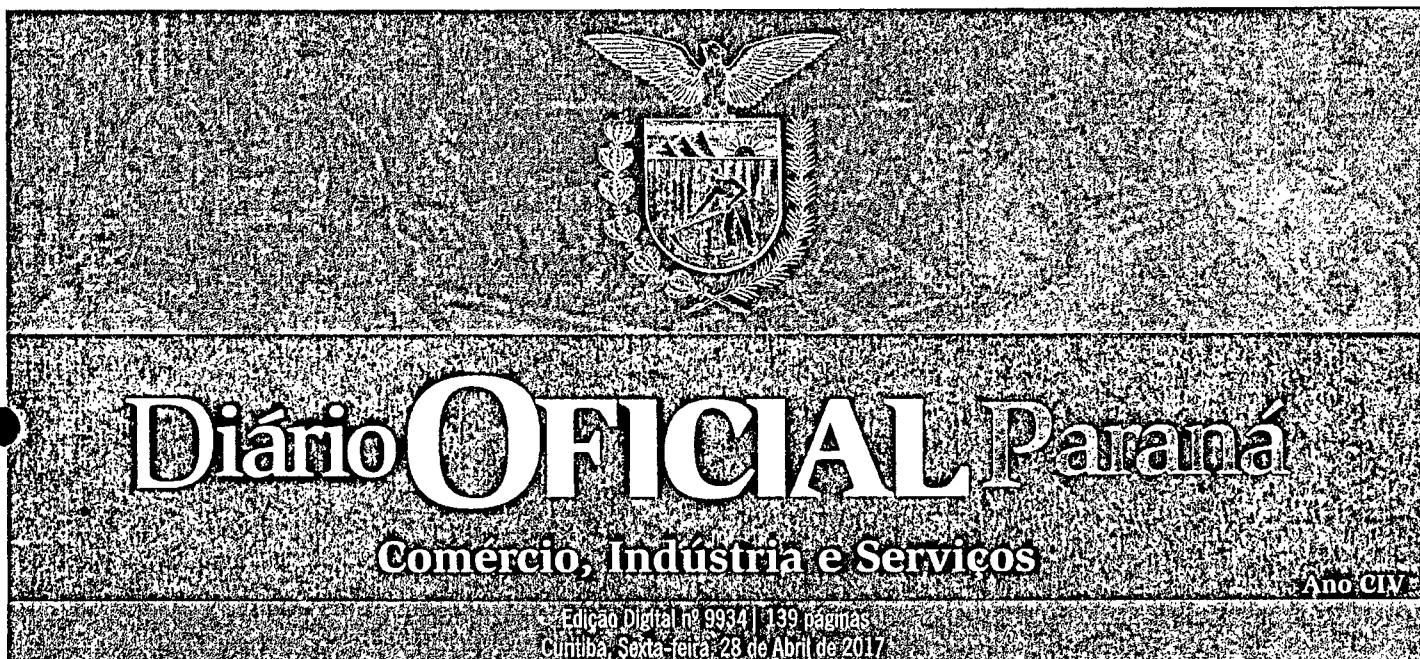
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,47 por período de 6 horas ou fração;
- **ESTADIAS DE CAMINHÕES – EXPORTAÇÃO**
 - . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,12 por período de 6 horas ou fração;
 - . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,90 por período de 6 horas ou fração;
 - . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,40 por período de 6 horas ou fração;
- **PESAGENS**
 - . Pesagem de Veículos – Importação:- R\$ 20,54
 - . Pesagem de Veículos – Exportação:- R\$ 20,47

CONDIÇÕES GERAIS:

- Faturamento dos serviços na saída dos veículos;
- Pagamento dos serviços – à vista, antes da saída dos veículos ou conforme negociação comercial;
- Faturamento de armazenagem de Entreposto Aduaneiro – após a saída das mercadorias ou, mensalmente sobre os saldos em estoque. Será utilizada a paridade cambial do dia da retirada das mercadorias;
- Tarifas de armazenagem sofrerão acréscimo de 100% após o 1º período;
- Serão considerados, para faturamento, os maiores valores auferidos nas tarifas de armazenagem e movimentações (% sobre CIF/FOB, m2, m3 e t);
- Tarifas de movimentações sofrerão acréscimo de 100% quando as operações forem realizadas fora do horário comercial do Porto Seco, que é:
 - Uruguaiana: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 21:00h e sábado das 08:00 às 14:00h.
 - Santana do Livramento: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 20:00h.
 - Jaguarão: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:45h.
- Está autorizada contratualmente, a cobrança em dobro das tarifas de armazenagem, movimentação, pesagem e estadia de mercadorias tóxicas, odorantes, inflamáveis, corrosivas e outras consideradas perigosas ou nocivas à saúde pela legislação pertinente, bem como, produtos frágeis ou de difícil manipulação.
- Os valores referentes à armazenagem, movimentação, estadias e pesagens devidas a ELOG em razão do abandono de qualquer mercadoria serão cobrados dos respectivos Importadores e/ou Exportadores no Brasil, inclusive os resarcimentos por despesas que a ELOG tiver na prestação dos serviços e as despesas para a destruição das mercadorias, quando os referidos valores ou despesas não forem cobertos pela alfândega.
- Faturamento Parcial: estando as mercadorias armazenadas na MULTILOG, por período superior a 30 dias, o faturamento dar-se-á de forma parcial computando-se cada período de 30 dias na exportação e 10 dias na importação.

- Tarifas sujeitas a reajustes anual pela variação do IGPDI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), conforme dispõe o contrato de concessão nº001/03.
- As importações de Soro de Leite/ Leite em Pó serão armazenadas no Porto Seco de Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento. Estabelecimento Relacionado reconhecido pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob registro nº RS/ER – 0193, nº RS/ER – 0270 e nº RS/ER – 0265, respectivamente.

Marcelo Belinati
12/10/2023



Sumário

Secretarias e Órgãos.....	02
Autarquias	05
Empresas Públicas	13
Sociedades de Economia Mista	13
Serviço Social Autônomo.....	18
Representação do Estado.....	
Defensoria Pública do Estado	18
Ministério Público do Estado do Paraná	
Federal	18
Conselhos.....	18
Municipalidades	18
Entidades Municipais.....	32
Particulares.....	33

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Documento de 123 páginas autenticado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAU/publico/login.aspx> pelo código de localização EP09.0817.16458.ZKEJ. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

BALANÇO DE PROJETO

Aos Administradores e Acionistas
Sancor Seguros Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sancor Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades da auditora pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria; • propriedade e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as seções de demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 05 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160-O-5 "F" PR

Emerson Laerte da Silva - Contador

CRC ISPI10389/O-3 "S" PR

34956/2017

ELOG LOGÍSTICA SUL LTDA.

CNPJ 01.691.041/0001-34 - NIRE 41.203.542.821

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	31/12/2016	31/12/2015
			Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2016			
Circulante	16.988	25.526	Circulante	5.497	Receita líquida	93.475	103.653
Caixa e equivalentes de caixa	9.238	12.142	Fornecedores	4.247	Custo dos serviços prestados	(71.809)	(68.503)
Clientes	6.424	12.069	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	Lucro Bruto	21.666	35.147
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	—	Emprestimos e financiamentos	—	Receitas (Despesas) Operacionais	—	—
Tributos a recuperar	441	531	Impostos, taxas e contribuições	791	Despesas gerais e administrativas	(9.410)	(14.725)
Despesas antecipadas	—	75	Obrigações sociais e trabalhistas	2.224	Resultado de equivalência patrimonial	—	—
Partes relacionadas	—	121	Provisão de imposto de renda e contribuição social	145	Amortização de investimentos	—	—
Outros créditos	883	588	Pártes relacionadas	151	Outras receitas, líquidas	8	—
Não Circulante	42.517	47.343	Outras contas a pagar	105	Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(9.402)	(14.725)
Realizável a longo prazo	—	—	Não Circulante	10.848	Resultado Financeiro: Receitas financeiras	12.264	20.422
Dépósitos judiciais	10.330	9.803	Emprestimos e financiamentos	—	Despesas financeiras	2.119	2.062
Outros créditos	—	963	Outras contas a pagar	—	Prejuízo Operacional antes dos Impostos	250	660
Tributos diferidos	3.790	3.388	Província pôrcentas tributárias, trabalhistas e civis	10.848	Imposto de Renda e Contribuição Social: Correntes	12.514	21.082
Investimento	—	—	Patrimônio Líquido	43.158	Diferidos	(4.263)	(7.693)
Imobilizado	24.598	28.558	Capital social	4.602	Reservas de lucros	401	1.043
Intangível	3.799	4.630	Reservas legais	31.904	Resultado	(3.863)	(6.850)
Total do Ativo	59.503	72.869	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	59.503	Lucro do Período	8.851	14.432

Ana Silvia de Almeida - Contadora - CRC ISPI159542/O-3

34843/2017

SUMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MARCIA JAGELSKI DE ARAUJO MIE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 16.621.113/0001-44 torna público que irá requerer ao TAP, a Licença para solicitar à Copel a liberação da instalação do Padrão de energia elétrica em que a empresa possa exercer a atividade de Fabricação de Esquadrias de Metal de alumínio e vidros, a ser implantada R. Ney José de O. Machado, nº 100, Bairro Vista, Londrina PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

SUMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
DU PONT DO BRASIL S.A. - UNIDADE PIONEIR SISTEMA
CNPJ 04.929.000/0001-36, torna público que recebeu do TAP, a Licença de Operação do Centro de pesquisa para desenvolvimento de variedades de soja e milho, instalada na rodovia PR 540, KM 11, Distrito de Entre Rios, São José do Norte, PR.

ENVIE SUA PUBLICAÇÃO EM FORMATO PDF

Arquivos neste formato possuem uma melhor compactação.

São preservadas todas as formatizações aplicadas ao texto.

Garantia de integridade, pois impede qualquer tipo de alteração no arquivo original.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



**Receita Federal**

Inspetoria da Receita Federal em Jaguarão

**Ata da Reunião Periódica de Avaliação dos
Serviços Prestados pela Concessionária
1º semestre de 2017**

Realizou-se no dia 13 de Julho de 2017, na Sala de Reuniões da Receita Federal do Brasil (IRF/JAG), a reunião semestral de avaliação dos serviços prestados pela concessionária Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda, que administra o Porto Seco Rodoviário de Jaguarão (PSR/JAG).

Participaram da reunião representante da RFB, da concessionária, do MAPA, dos despachantes aduaneiros e transportistas:

- André Gallas – RFB
- Cesar Steinbruch – RFB
- Sergio Rojas – Aduana Uruguai
- Roger da Costa – MULTILOG
- Rafael Ança – MULTILOG
- Flávio Ramalho – MAPA
- Clodomiro dos Santos – Despachante
- Jean Macksoud - Despachante
- Flávio Evaristo – Despachante
- Líber Amaro - Transportista

Foram também convidados, porém não compareceram à reunião: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no PSR/JAG, MTOP e MGAP do Uruguai.

Sr. André Gallas Inspetor Chefe Substituto abre a reunião dando as boas vindas aos presentes e passa palavra para Cesar.

Sr. Cesar também agradece a presença e pergunta ao Roger da Multilog quais pontos ficaram pendentes da reunião passada.

Sr. Roger agradece presença de todos e fala que dentre os assuntos da reunião passada estava Localização dos Box que voltara procedimento antigo e estava funcionando muito bem e que estava em tratativas para colocação de internet para os motoristas.

Sr. Cesar pergunta sobre manutenção nas curvas de circulação de veículos, o que foi feito.

Sr. Roger responde que já foram utilizados 220m² de bloco unistain nas manutenções de curvas e demais buracos da unidade do inicio do ano até hoje.



Receita Federal

Inspetoria da Receita Federal em Jaguarão

Sr. Cesar fala sobre sala dos despachantes está com problemas, pois possui rachaduras importantes, por isto informou que já solicitou ao Sr. Roger uma avaliação técnica do local para conhecer as reais condições do local e providenciar uma manutenção.

Sr. Roger responde que já foi contatado com um engenheiro da cidade para fazer tal levantamento.

Sr. Flavio Evaristo sugere entrar em contato com o engenheiro Vitelmo, responsável pela execução da construção da sala dos despachantes.

Sr. Cesar comenta que está atuando em outras demandas com gerente da Multilog, como readequação layout da guarita, entrada de veículos de pequeno porte a parte da entrada dos veículos de grande porte para não ter problemas de transito, manutenção portões de entrada e manutenção telefonia Receita.

Sr. Cesar fala que a internet utilizada pela Receita, tem oscilado demais e assim atrapalha o bom andamento das atividades. Comunica que a Concessionária já foi informada e está providenciando a solução. Já foi informado, que o provedor será trocado pelo que assumiu em Uruguaiana e as tratativas estão bem avançadas e segundo o Sr. Roger, está funcionando satisfatoriamente,

Sr. Roger responde que será trocado o provedor de internet e consequentemente link será melhor assim resolvendo problema de oscilação, a partir de Agosto provavelmente já estará em funcionamento.

Sr. Roger detalha alguns custos importantes de investimentos e manutenção, cita o exemplo dos custos não programados em Junho, como queima de fonte da central telefônica e queima peça nobreak, gerando estas duas manutenções um total gasto de aproximadamente R\$ 7.000,00 e a aquisição de um novo servidor para Receita Federal, no valor de R\$ 23.000,00.

Sr. Clodomiro pergunta sobre comunicação, que está precário comunicação dos Órgãos Intervenientes, não conseguem ligar para Uruguai devido linhas da Antel estarem apresentando problemas.

Sr. Roger responde que já foi solucionado os problemas das linhas do MTOP e MGAP, foi levado ramal das linhas telefônicas da Multilog para estes Órgãos, assim ficando habilitado para fazer e receber ligações com o Uruguai.

Sr. Clodomiro pergunta para Roger se será possível disponibilizar o link da Multilog para os despachantes e demais usuários.

Sr. Roger vai levar solicitação para diretoria e dará retorno na sequência que tiver resposta.

Sr. Sergio Rojas diz que na Aduana não tem problema de telefonia pois foi colocado telefone via internet da Antel.



Receita Federal

Inspetoria da Receita Federal em Jaguarão

Sr. Andre ressalta importância de todos os assuntos estarem bem claros e de fácil entendimento na ata, para posterior cobrança ser feita com embasamento as pessoas competentes.

Sr. Flavio Evaristo comenta sobre 02 problemas estruturais, manutenção Ponte Mauá e pontes do Uruguai, fala que dias 20 e 21 terá reunião encontro Binacional para tratar destes assuntos.

Sr. Clodomiro fala sobre implantação do DUE (documento único de exportação) a partir de 02/10/17 tem receio que na migração não consiga executar algumas atividades que faz no SISCOMEX atual.

Sr. Andre responde que não tem o que se preocupar, migração será feita e todas atividades feitas no SISCOMEX irão migrar para o DUE, podendo ocorrer alguns ajustes e problemas técnicos na migração, mas nada que pare o ciclo normal de atividades.

Sr. Roger complementa que foi solicitado aos Srs. Alessandro Gonçalves e Christovão Thiago, um treinamento sobre este novo sistema, que foi prontamente aceito pelos envolvidos e ainda completaram que caso haja necessidade, eles entrariam em contato com fiscal de Uruguaiana que participa desta implantação deste novo sistema.

Sr. Sergio Rojas pergunta porque foi retirado entrega das pesagens para Aduana nos casos de exportação.

Sr. Roger responde que foi uma solicitação da Receita Federal do Fiscal Christovão Thiago e alinhado com a Aduana Uruguai com Sr. Roberto Acosta, mas que por parte da Multilog não tem problema nenhum em voltar a mandar as pesagens.

Sr. Liber pergunta porque não é mais passado peso bruto para os motoristas.

Sr. Roger responde que foi solicitação e decisão da Receita Federal.

Sr. Jean pergunta quem é o supervisor e responsável hoje na Receita Federal nas dependências do porto.

Sr. Cesar responde que no momento não tem responsável e que qualquer decisão ou solicitação é enviado para o Inspetor Chefe Cleber decidir, que nenhum dos 03 fiscais se propôs a assumir o cargo de chefia.

Sr. Sergio comenta sobre infraestrutura do terminal, que sala da Aduana possui uma goteira que quando chove cai agua em cima da mesa dele, podendo causar acidente e avaria em seus equipamentos.

Sr. Roger responde que será resolvido este problema imediatamente.



Receita Federal

Inspetoria da Receita Federal em Jaguarão

Sr. Sergio fala que sala está enfrentando problemas com desratização e desinsetização, pois tem aparecidos ratos e baratas.

Sr. Roger responde que já entrou em contato com a empresa contratada para a prestação dos serviços de desinsetização de desratização, para sanar este problema o mais breve possível, pede também que assim que apareça qualquer problema que entre em contato imediatamente, para tentarmos resolver problema com mais agilidade.

Demandas e assuntos para serem analisados próxima reunião:

1. Falta Supervisão Porto Seco.
2. Volta Pesagens Aduana Uruguai.
3. Problemas Infraestrutura e Controle de Pragas.
4. Manutenção Preventiva Ponte Internacional Mauá.
5. Manutenção do calçamento interno, principalmente nas curvas.

Sr. Andre agradece presença e fala que portas da Inspetoria estão abertas para qualquer usuário que tenha dúvida, reclamação, sugestão ou critica, ressalta importância desta reunião que é o momento de tratarmos problemas de maior e menor relevância.

Sr. Cesar encerra reunião, deixando as portas da RFB no Porto Seco, também estão abertas para qualquer usuário ou Órgão que queira fazer alguma solicitação, reclamação, tirar dúvida ou sugestão.

Sem mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião.

Jaguarão, 13 de Julho de 2017.

- André Gallas – RFB
- Cesar Steinbruch – RFB
- Sergio Rojas – Aduana Uruguai
- Roger da Costa – MULTILOG
- Rafael Ança – MULTILOG
- Flávio Ramalho – MAPA
- Clodomiro dos Santos – Despachante
- Jean Macksoud – Despachante
- Flávio Evaristo – Despachante
- Líber Amaro – Transportista



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
 Inspetoria da Receita Federal em Jaguarão – IRF/JAG – Porto Seco

RELATÓRIO

Conforme previsto na Cláusula quarta, inciso XVI do contrato 01/2003 celebrado entre a União, por intermédio da SRRF na 10ª RF, e a ELOG LOGÍSTICA SUL Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.691.041/0003-04, realizamos a avaliação dos serviços prestados mediante concessão nos termos do contrato citado.

De forma a obter as opiniões dos vários intervenientes e usuários dos serviços sob análise foi encaminhado o formulário de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela ELOG no Porto Seco de Jaguarão as entidades e usuários, dos quais recebemos preenchidos 23 formulários.

Consolidamos a opinião de seis despachantes aduaneiros brasileiros, onze transportadores internacionais e cinco intervenientes, sendo que responderam, dentre os órgãos intervenientes, três da aduana uruguaia, dois do MTOP uruguai e dois do MAPA e, nestes, foi feita uma média das notas e computada na avaliação pelo respectivo órgão.

Encontra-se em anexo relatório consolidado das notas atribuídas a cada um dos quesitos formulados, por cada um dos intervenientes consultados que respondeu ao questionário, consignando-se as médias das notas verificadas e a nota final ponderada:

- a) Segurança proporcionada aos usuários e às cargas (peso 3): **8,7**
- b) Infraestrutura do Porto Seco (peso 3): **8,0**
- c) Condições de prestação dos serviços (peso 4): **8,50**
- d) Nota Média Final Ponderada: **8,40**

No espaço destinado aos comentários tivemos algumas colocações:

- 1) "Falta de funcionários em todos os setores do Porto Seco."
 "Falta de espaço físico para a verificação de mercadorias."
- 2) "Deixar caminhões de exportação trancados até que alguém mande confirmação, por e-mail, de quem paga. Não tem flexibilidade com os acertos de responsabilidade de pagamentos de estadias na "expo"."
- 3) "Entrada da balança está com uma cratera já faz mais de três meses."
 "E a retirada de amostras demora e já ficou caminhões trancados por demora."
- 4) "Maior número de funcionários na limpeza."
- 5) "Maior controle de ratos e baratas." (Já solucionado)
- 6) "Até pouco tempo contatávamos (...) por Skype para solicitar o estacionamento de caminhões na plataforma, para a inspeção de cargas. Há poucos dias, a Multilog proibiu o uso desta ferramenta (...)." (Já solucionado)
- 7) "Melhorar as condições do piso nas áreas de passeio entre os prédios."
- 8) "Gostaria de ressaltar o excelente atendimento dos funcionários, porém em diversos momentos de grande fluxo, encontramos deficiência na agilidade no momento da presença de carga e emissão das cobranças (na exportação), estas são necessárias para a excelência do atendimento da FT Comex perante seus clientes e fechamento dos processos."

REG - Matrícula 1.33602
 REG - Matrícula 1.33602

IRF em Jaguarão/RS - 10.º RF

9)"Agradecemos a atenção e a rapidez no atendimento, quando solicitado, para a resolução de problemas no parqueamento e outros na Multilog, em relação com a ANVISA."

10) "Quando é feriado municipal eles botam plantão e nós não temos feriado. Queremos uma atenção especial da R.F."

Nesta avaliação notou-se um aumento nos comentários do questionário e uma diminuição das notas atribuídas, e a nota final obtida foi de 8,40, menor que a última, concluímos que, estando entre 7 e 9, correspondente a "serviços bons" nos termos da escala prevista no item seis do anexo VI do edital de concorrência SRF/SRRF/10^a/ RF nº 03/2002, que rege a contratação, opinamos pela classificação da condição de atendimento aos usuários do Porto Seco de Jaguarão/RS por parte da Concessionária como **SATISFATÓRIA**, prestando serviços de BOA QUALIDADE.

Dei ciência ao gerente local do concessionário dos comentários registrados nos formulários, cuja análise e solução a ele cabe.

Em 13 de julho de 2017.



Cesar Steimbruch

ATRFB - Matrícula 1130909

Fiscal do Contrato

IRF - Jaguarão



Receita Federal

Superintendência Regional da Receita Federal – 10ª R.F.

54

Processo: 11080.0007243/2004-84

Interessado: Elog - Logística Sul Ltda.

Assunto: Aditamento nº 6 ao Contrato de Concessão

Em conformidade com o disposto no inciso I do art. 33 do Decreto nº 83.872, de 23 de dezembro de 1986 e considerando o disposto no inciso II do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012:

APROVO o Termo Aditivo nº 06 – fls. 560/562 – ao contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e de unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias em Portos Secos, em pontos de fronteira, com execução de obra pública, cujo objeto é a prorrogação do contrato original por mais 10 anos, com base no disposto no art. 1º, § 3º, da Lei 9.074/95, de 07 de julho de 1995, alterada pelo art. 2º da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, cujo termo final passa a ser, em relação aos Portos Secos de Japuaraú e Santana do Livramento, a data de 14 de março de 2023 e, em relação ao Porto Seco de Uruguaiana, a data de 24 de setembro de 2023.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Aduaneira desta Superintendência para publicação no Diário Oficial da União do extrato do Termo Aditivo ora aprovado.

Paulo Henrique Silveira Pez
Aditivo-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Superintendente da 10ª Região Fiscal

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTO SECO RODOVIÁRIO
NOVO HAMBURGO – RS**

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE NOVO HAMBURGO
PERMISSIONÁRIA: MULTI ARMAZÉNS LTDA.
UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: DRF/NOVO HAMBURGO/RS
PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: 1º SEMESTRE/2017

Relatório da Execução Contratual de Permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no inciso XI do art. 21 e no inciso II do art. 34 da IN RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
		Data: 14/01/2017	
Reunião tripartite RFB/ACI-NH/Multi			
<i>Observações: Foi realizada reunião, prévia à reunião tripartite RFB/ACI-NH/Multi, com interveniente (ACI-NH) em virtude de sua baixa na avaliação do Porto Seco. Ademais, outras necessidades pontuais foram motivo de reunião informal.</i>			
II – Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: --/-</i>			
III – Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: --/-</i>			
IV – Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: Fui notificado em 05/05/2015 da concessão de tutela antecipada ao permissionário "a fim de suspender a exigibilidade da contribuição ao FUNDAF, determinando que a ré se abstenha de promover qualquer medida tendente à cobrança da referida contribuição, bem como a fim de determinar à ré que se abstenha de suspender ou revogar a permissão concedida à autora para exploração do Porto Seco de Novo Hamburgo". Ação ordinária nº 5007452-18.2015.4.04.7108/RS. Até o momento não houve qualquer notificação de mudanças nesta decisão judicial.</i>			
V – Demandei da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: A contratada cumpriu espontaneamente, não havendo necessidade de demandas ou cancelamentos relativa a autorizações.</i>			
VI – Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços.			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: Não houve necessidade.</i>			
VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;			
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<i>Observações: Não houve necessidade.</i>			

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE NOVO HAMBURGO
PERMISSIONÁRIA: MULTI ARMAZÉNS LTDA
UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: DRF/NOVO HAMBURGO/RS
PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: 1º SEMESTRE/2017

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes.

Não Sim

Observações: Não houve fato que ensejasse a aplicação de penalidade.

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal.

Não Sim

Observações: Constam do Processo Administrativo 11065.003868/99-18, o qual foi digitalizado e doravante será mantido no e-processo.

X – Exigi da contratada o imediato resarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal.

Não Sim

Observações: Não houve fato que causasse danos.

XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

Não Sim Data da informação:

Observações: Não houve necessidade, visto que a permissão foi prorrogada até 06/04/2019.

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período?

Não Sim

Observações: Foi feito procedimento de fiscalização para apurar a responsabilidade da permissionária perante mercadorias entrepostadas não localizadas em recinto alfandegado. PAD 11065.722397/2016-21.

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

Não Sim

Observações: último reajuste deferido em 07/01/2016.

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

Não Sim

Observações: --/-

Parecer do Fiscal do Contrato

A permissionária, no primeiro semestre de 2017, cumpriu o contrato de prestação de serviço aos usuários e obrigações junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pesquisa de satisfação realizada com os usuários revelou grau de satisfação inferior ao do semestre anterior, com nota 9,0, a qual é considerada boa em uma escala de 1 a 10.

Fiscal do Contrato: AUDITOR-FISCAL DA RFB André Luiz Cesar Dezan

Matrícula: 1292134

Portaria de Designação: Portaria DRF/NHO 135/2015

Lotação: EAD1/DRF/NHO/RS

Telefone : (051) 3594-0700 (ramal 766)

Data e assinatura

André Luiz Cesar Dezan
 Auditor-Fiscal
 Receita Federal do Brasil
 Matr. 1292134-3

10/08/17

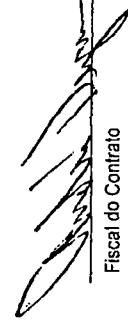
DELEGAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

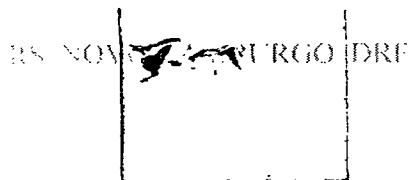
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

TIPO DE PORTO SECO/DESCRICAÇÃO	(X) DE ZONA SECUNDÁRIA		() DE FRONTEIRA		() OUTROS	
	LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO	Rua Guia Lopes, 1701 - Bairro Rondônia - NH	MODALIDADE DE OUTORGА	() Concessão	(X)	Permissão
EMPRESA EXPLORADORA	MULTIARMAZÉNS LTDA					
CNPJ	02.251.501/0001-76					
VIGÊNCIA DO CONTRATO		Termo Inicial	01/12/1999	Termo Final	06/04/2019	
UNIDADE JURISDICIONANTE	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo					
MÊS DO SEMESTRE	SEMESTRE CIVIL	()	PRIMEIRO SEMESTRE	(X)	SEGUNDO SEMESTRE	
MOVIMENTAÇÃO DO TERMINAL	Unidade	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto
Despachos Aduaneiros	UN	1.323	1.151	1.487	1.074	1.399
Entrada de Mercadorias Importadas	US\$	USD 49.311.047	USD 39.017.754	USD 47.062.136	USD 47.653.263	USD 47.705.775
Entrada de Mercadorias para Exportação	US\$	USD 7.469.282	USD 9.700.987	USD 16.022.725	USD 9.632.008	USD 12.394.178
Imposto de Importação	R\$	R\$ 15.380.142	R\$ 10.857.542	R\$ 12.719.029	R\$ 12.163.834	R\$ 12.911.961
IPI vinculado à Importação	R\$	R\$ 7.930.047	R\$ 6.003.306	R\$ 5.956.996	R\$ 6.422.557	R\$ 7.225.865
PIS/PASEP	R\$	R\$ 2.558.447	R\$ 1.853.663	R\$ 1.896.302	R\$ 2.023.426	R\$ 2.143.215
COFINS	R\$	R\$ 12.709.021	R\$ 9.178.139	R\$ 9.393.580	R\$ 10.035.635	R\$ 11.205.178
Utilização da Capacidade de Armazenagem	%	65%	50%	60%	50%	50%
DADOS DA PERMISSIONÁRIA/CONCESSIONÁRIA						
Faturamento	R\$	R\$ 1.443.585,18	R\$ 1.136.551,43	R\$ 1.145.812,81	R\$ 1.232.854,61	R\$ 1.031.143,04
Receitas de Movimentação e Armazenagem	R\$	R\$ 1.402.269,64	R\$ 1.084.255,65	R\$ 1.373.103,15	R\$ 1.060.242,75	R\$ 1.157.860,19
Receitas Acessórias	R\$	R\$ 81.315,54	R\$ 51.295,76	R\$ 83.607,16	R\$ 85.270,06	R\$ 74.994,42
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL						
PA's de iniciativa da RFB	UN			1		
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN					

Novo Hamburgo, 14 de julho de 2017.

Fiscal do Contrato


 André Luiz Cozza Dezan
 Auditor-Fiscal
 Receita Federal do Brasil
 Mat. 1292/134-3



FL 2316



Novo Hamburgo, 26 de Maio de 2017.

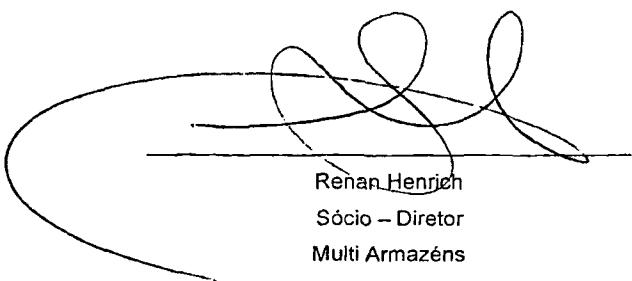
PARA: RECEITA FEDERAL – PORTO SECO NOVO HAMBURGO
A/C: Sr. LUIZ ANDRÉ CÉZAR DEZAN – FISCAL DO CONTRATO

Assunto: Publicação do balanço de 2016 na Diário Oficial do Rio Grande do Sul.

Prezado Sr. Luiz André,

Conforme consta em nosso contrato de permissão, estamos remetendo a esta unidade da Receita Federal - Porto Seco de Novo Hamburgo/RS, cópia da publicação do balanço de 2016 da Multi Armazéns Ltda no Diário Oficial do Rio Grande do Sul, realizado no dia 23 de Maio de 2017.

Certos de sua atenção, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.



Renan Henrich
Sócio – Diretor
Multi Armazéns



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramo para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada à UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CT : 02.251.501/0001-76 Validade do Cadastro: 21/08/2017

Razão Social / Nome: MULTI ARMAZENS LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Domicílio Físico: 87718 - Novo Hamburgo RS

Unidade Cadastradora: 153114 - UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Atividade Econômica: 5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT

Endereço: RUA GUIA LOPES 1701 - Novo Hamburgo - RS

Ocorrência Consta

Impedimento de Licitar: Nada Consta

Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Ocorrência Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilificação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Recita Validação: 04/07/2017 (*)

FGTS Validação: 21/07/2017

INSS Validação: 04/07/2017 (*)

Trabalhista Validação: 05/01/2018 http://www.tst.jus.br/certidao

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Recita Estadual/Distrital Validação: 10/08/2017

Recita Municipal Validação: 12/09/2017

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validação: 30/06/2017 (*)

Índices Calculados: SG = 4.42; LG = 1.51; LC = 1.48

Patrimônio Líquido: R\$ 9.016.849,38

Legenda: documento(s) assinalado(s) com ** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

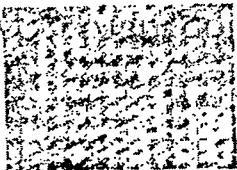
Emitido em: 10/07/2017 14:26

CPF: 392.333.240-87 Nome: SIMONE HAYDEE HARTMANN
Ass: *Hartmann*

1 de 1

RS NOV 2017 DRF

Fl. 2313



Novo Hamburgo, 17 de Junho de 2017.

MULTI ARMAZÉNS PORTO SECO
TABELA VIGENTE – 1º SEMESTRE/2017

1. Armazenagem alfandegada Multi Armazéns (Porto Seco):

REGIME: IMPORTAÇÃO

1.1 Armazenagem:

- 0,27% sobre o valor CIF das mercadorias por períodos de 10 dias ou fração;
- R\$ 11,50 por m³ ou fração por períodos de 10 dias ou fração;
- R\$ 14,50 por m² ou fração, por períodos de 10 dias ou fração;

Observações:

- a. A armazenagem será cobrada sobre o maior valor;

1.2 Movimentação (carga e descarga):

Mercadoria paletizada:

- R\$ 8,18 por m³ ou fração;
- R\$ 14,31 por tonelada ou fração;

Mercadoria não paletizada:

- R\$ 7,13 por m³ ou fração;
- R\$ 14,31 por tonelada ou fração;

Mercadoria conteinerizada:

- R\$ 6,42 por m³ ou fração;
- R\$ 18,71 por tonelada ou fração;

Observações:

- a. A movimentação será cobrada sobre o maior valor;

REGIME: EXPORTAÇÃO

1.3 Armazenagem:

- 0,15% sobre o valor FOB das mercadorias por períodos de 30 dias ou fração;
- R\$ 12,50 por m³ ou fração por períodos de 30 dias ou fração;
- R\$ 10,32 por m² ou fração, por períodos de 30 dias ou fração;

Observações:

- a. A armazenagem será cobrada sobre o maior valor;

1.4 Movimentação (carga e descarga):

Mercadoria paletizada:

- R\$ 4,15 por m³ ou fração;
- R\$ 6,21 por tonelada ou fração;

Mercadoria não paletizada:

- R\$ 4,83 por m³ ou fração;
- R\$ 10,49 por tonelada ou fração;

Mercadoria conteinerizada:

- R\$ 3,99 por m³ ou fração;
- R\$ 9,02 por tonelada ou fração;

Observações:

- a. A movimentação será cobrada sobre o maior valor;

REGIME: DAC

1.5 Armazenagem e movimentação:

- 0,42% sobre o valor das mercadorias por períodos de 30 dias ou fração;

MULTI ARMAZÉNS
RENAN HENRICH
DIRETOR

4 - Porto Alegre, terça-feira, 23 de maio de 2017

Multi Armazéns Ltda

CNPJ nº: 02.251.501/0001-76 - NIRE: 43203658367

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (valores em reais)								
ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015	
Circulante		4.914.488,68	3.878.577,17	Circulante		3.073.924,22	2.614.444,10	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.383.972,02	1.483.924,22	Empréstimos e financiamentos		13.333,44	29.246,61	
Contas a receber de clientes		2.149.696,47	1.958.094,69	Fornecedores e credores		206.738,39	264.539,33	
Adiantamentos		86.579,89	165.541,64	Obrig. trab. e encargos sociais a recolher		145.775,91	167.651,08	
Tributos e contribuições a recuperar	5	96.184,84	1.559,10	Obrigações tributárias a recolher	7	1.887.146,94	1.005.101,22	
Emprestimos		27.600,00	42.000,00	Outros débitos	8	576.484,28	793.270,07	
Outros créditos		2.800,00	29.221,42	Administradores e sócios		0,00	141.176,46	
Despesas antecipadas		187.625,44	186.375,99	Provisões		244.455,26	213.459,33	
Não Circulante		7.623.285,07	7.772.618,31	Não Circulante		6.687,14	20.000,58	
Realizável a longo prazo		112.109,13	106.507,35	Empréstimos e financiamentos		6.687,14	20.000,58	
Imobilizado	6	7.424.720,01	7.554.113,03	Patrimônio Líquido	9	8.457.143,37	9.016.848,80	
Intangível		86.456,93	111.995,93	Capital social		1.440.000,00	1.440.000,00	
TOTAL DO ATIVO		12.537.744,73	11.651.293,48	Reservas de lucros		8.017.143,37	7.576.848,80	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO								
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 dezembro de 2016 e 2015 - (valores em reais)								
Saldo em 31 de dezembro de 2014								
		1.440.000,00	6.299.080,04	Capital social		0,00	7.750.373,94	
Lucro líquido do exercício de 2015		0,00	0,00	Reserva de lucros		0,00	0,00	
Distribuição de lucros		0,00	(141.176,46)	Lucros Acumulados		1.418.945,22	1.418.945,22	
Destinação do lucro		0,00	1.418.945,22			0,00	(141.176,46)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.440.000,00	7.576.848,80			0,00	8.016.848,80	
Lucro líquido do exercício de 2016		0,00	0,00			443.000,82	443.000,82	
Ajustes de exercícios anteriores		0,00	(2.708,25)			0,00	(2.708,25)	
Destinação do lucro		0,00	443.000,82			0,00	0,00	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.440.000,00	8.017.143,37			0,00	8.457.143,37	
Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (valores em reais)								
2016								
Receita Operacional Bruta		14.777.658,35	16.178.581,95	Fluxos de caixa das atividades operacionais		441.000,82	1.418.945,22	
Deduções da receita operacional bruta		(2.780.181,17)	(2.994.504,93)	Lucro líquido do exercício		1.128.892,55	1.072.054,71	
Receita Operacional Líquida		11.997.477,18	13.184.377,01	Ajustes para reconciliar o lucro líquido		130.045,98	1.055.205,14	
Custo dos serviços prestados		(6.759.501,94)	(6.481.149,45)	(+) Depreciação e amortização		0,00	1.333,34	
Lucro Bruto		5.237.975,24	6.703.227,56	(+) Resultado na venda do ativo imobilizado		959,83	12.513,23	
(-) Despesas comerciais		(294.883,74)	(526.113,63)	(-) Ajuste de exercícios anteriores		(2.706,25)	0,00	
(-) Despesas administrativas		(4.367.460,33)	(3.964.953,28)	Lucro líquido ajustado		1.871.900,38	2.490.999,83	
(-) Despesas tributárias		(105.304,12)	(166.090,67)	Variação dos ativos		(161.335,47)	(243.499,52)	
(+) Outras receitas		9.163,71	71.324,42	Variação de contas a receber de clientes		(181.641,67)	(730.284,91)	
(-) Outras despesas		0,00	(1.333,47)	Variação de adiantamentos		78.961,75	80.981,95	
Lucro Antes do Resultado Financeiro		478.510,76	2.117.060,95	Variação de tributos e contrib. a recuperar		(94.625,74)	460.826,45	
Resultado Financeiro		154.695,82	32.770,24	Variação de empréstimos		14.400,00	(42.000,00)	
(-) Despesas financeiras		(33.798,43)	(47.974,13)	Variação de outros créditos		26.421,42	(29.221,42)	
(+) Receitas financeiras		188.494,32	80.744,37	Variação de despesas antecipadas		750,55	(2.917,80)	
Lucro Antes dos Impostos		824.206,65	2.149.831,09	Variação de realizável a longo prazo		(5.601,78)	14.116,21	
Provisão para contribuição social		(63.041,07)	(202.358,65)	Variação dos passivos		666.605,12	844.616,38	
Provisão para imposto de renda		(128.164,76)	(528.527,22)	Variação de fornecedores e credores		(57.800,94)	159.221,31	
Lucro Líquido do Exercício		443.000,82	1.418.945,22	Variação de obrigações tributárias a recolher		(21.875,17)	28.342,31	
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015								
1. Contexto operacional: A Multi Armazéns Ltda é uma sociedade limitada constituída em 20 de novembro de 1997 com como objetivo o transporte rodoviário, a guarda, o manuseio, a movimentação e a armazenagem de mercadorias, bem como a prestação de serviços complementares e correlatos a essas atividades. Pode também explorar e administrar recintos alfandegados, observados os requisitos da lei.								
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e especificamente a resolução nº 1255 - PME emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. 3. Imposto de renda e contribuição social: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor em 31 de dezembro de 2016. A empresa é tributada pelo lucro real estimativa mensal. 4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados substancialmente por depósitos bancários com e sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de Renda Fixa.								
5. Tributos e contribuições a recuperar: Apresenta a seguinte composição:		2016	2015					
IRPJ a recuperar		80.105,25	0,00	ICMS a pagar		176,79	1.434,29	
CSLL a recuperar		13.023,18	0,00	Cofins a pagar		70.657,97	82.241,74	
Tributos contr. a comp.		3.056,43	1.559,10	PIS a pagar		15.302,03	17.833,02	
Total		96.184,84	1.559,10	ISSQN a pagar		35.210,20	40.292,26	
6. Imobilizado: Os detalhes do imobilizado encontram-se demonstrados a seguir:		2016	2015	FUNDAF a pagar		1.738.238,58	786.531,53	
Máquinas e equipamentos	10%	2.806.526,23	4.496.830,64	IRPJ a pagar		0,00	27.095,15	
Ferramentas	10%	0,00	3.520,00	CSLL a pagar		0,00	15.836,20	
Móveis e utensílios	10%	1.390.944,63	1.293.782,10	Impostos retidos a recolher		27.521,39	33.837,03	
Veículos	20%	687.617,50	616.108,84	Total		1.887.146,94	1.005.101,22	
Computadores e periféricos	20%	1.228.202,27	1.150.923,27	7. Outros débitos: O grupo de outros débitos é composto pelas seguintes contas e saídos:				
Bens em imóveis de terceiros	4%	4.590.333,96	4.267.118,00	Adiantamentos de clientes		19.011,78	14.446,34	
Terrenos		295.000,00	295.000,00	Aluguelis a pagar		200.000,00	200.000,00	
Telefones	10%	0,00	36.712,76	Cheques a compensar		472,50	3.364,00	
Instalações	10%	1.182.783,77	1.170.777,79	Farmácia a pagar		0,00	136,09	
Máquinas e equip. leasing	10%	0,00	122.024,52	Cartão de crédito a pagar		0,00	12.749,52	
Obras de arte		75.000,00	66.000,00	Outras contas a pagar		0,00	1.634,12	
Imobilizado em andamento		972.320,98	936.683,82	Indenizações trabalhistas a pagar		357.000,00	561.000,00	
(-) Depreciação Acumulada		(5.794.009,33)	(6.901.468,71)	Total		576.464,28	793.270,07	
Total		7.424.720,01	7.854.113,03	9. Patrimônio Líquido: 9.a) Capital social - O capital social é da R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais), representado por 1.440.000 cotas de R\$ 1,00 cada. 9.b) Reserva de lucros - O saldo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 8.017.143,37 (em 31/12/2015 R\$ 7.576.848,80), refere-se ao lucro líquido da Empresa, sem destinação específica e que no futuro poderá ser capitalizado ou então distribuído aos sócios.				
Novo Hamburgo-RS, 31 de dezembro de 2016.								
Renan Henrich				Lauermann Schneider Serviços Contábeis Ltda.				
CPF: 823.818.280-87				CRC/RS 3902 CNPJ: 03.708.362/0001-20				
Administrador				Responsável técnico: Marco Aurélio Leindecker				
				Contador CRC/RS: 54853 CPF: 495.328.120-91				

1763414

Banco de Lage Landen Brasil S.A. - Companhia Fechada - CNPJ 05.040.451/0001-82 - NIRE 43.3.0004187.5 - Ata Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de Abril de 2017. 1. Data, Hora e Local: 26 de abril de 2017, às 10h, na sede da Companhia, na Rua Soledade, nº 550, 8º Andar, Bairro Petrópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90470-340. 2. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas e Diretores da Companhia. 3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ricardo Pegorini e secretariados pelo Sr. Alberto Flores Rosa. 4. Arúndicos: Dispensada a publicação dos anúncios referidos no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.), em face da presença da totalidade dos acionistas e da publicação dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A. em 29 de março de 2017, conforme autoriza o §4º deste mesmo artigo. 5. Convocação e Publicações: Dispensada a publicação de Edital de Convocação conforme o disposto no artigo 7º da Lei das S.A., em nomeação de estatuto social, conforme consta no endereço <https://www.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>. 6. Código de Localização EP14.0717.116289.1Y. 7. Consulte a legenda de autenticação no final deste documento.

Documento de 7 páginas. 8. Documento de 125 página(s) autenticado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP09.0817.16458.ZKEJ. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ANDRE LUIZ CEZAR DEZAN em 14/07/2017 11:18:00.

Documento autenticado digitalmente por ANDRE LUIZ CEZAR DEZAN em 14/07/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por ANDRE LUIZ CEZAR DEZAN em 14/07/2017.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0717.11589.4YT0

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO PORTO SECO DE NOVO HAMBURGO/RS

1º Semestre de 2017

Em atendimento a cláusula décima terceira, alterada pela cláusula terceira do Aditivo nº 02 do Contrato de Permissão do Porto Seco de Novo Hamburgo, emitiu-se este relatório baseado na avaliação dos usuários daquele recinto, através dos formulários previstos no Anexo I do citado aditivo. Os formulários foram distribuídos às entidades representativas dos importadores/exportadores (ACI), dos despachantes aduaneiros (Sdaergs) e dos transportadores (Setcergs), além dos três órgãos federais que atuam de forma permanente no Porto Seco: RFB, Anvisa e Uvagro/Mapa. O objetivo é que as avaliações sejam de caráter mais institucional e, assim, que os pontos levantados representem de forma mais efetiva e abrangente os reais problemas existentes.

O resultado da avaliação, de acordo com o previsto no item 5 do Anexo I do Aditivo nº 02 antes citado, consta do quadro abaixo:

Indicador	EAD	Anvisa	Mapa	ACI	Sdaergs	Setcergs	Média Ant.	Peso
soma 1 (Segurança)	9,0	10,0	10,0	9,0			9,5	4
soma 2 (Infraestrutura)	9,0	10,0	9,5	7,0			8,9	3
soma 3 (Prestação Serviço)	8,5	9,0	9,5	7,0			8,5	3
MÉDIA PONDERADA FINAL							9,0	

Os pesos dos indicadores foram os mesmos usados na avaliação anterior, quando a nota final da permissionária foi 9,3, sendo a atual 9,0, 0,3 pontos abaixo da anterior. A nota referente à “Segurança” diminui em 0,2 pontos, a “Prestação Serviço” diminui em 0,1 pontos e a avaliação da “Infra-estrutura” diminui em 0,6 pontos. Ressalta-se que a avaliação, no confronto com a do 1º semestre de 2017, da RFB e do MAPA mantiveram-se estáveis, já da Anvisa melhorou e da ACI/NH teve decréscimo. O Setcergs e o Sdaergs não apresentaram suas avaliações. Ademais, de acordo com o item 6 do Anexo I do Aditivo nº 02, a **qualidade dos serviços é considerada boa**.

Aberta a oportunidade em campo próprio da avaliação, somente a Anvisa teceu comentário. Em que pese a melhora em sua avaliação, entendeu que persiste a necessidade de melhoria na identificação das mercadorias sujeitas a sua anuência, principalmente para um direcionamento célere para o recinto adequado. Reuniu-se com o fiel depositário o qual asseverou estar mantendo o compromisso em reunião realizada com RFB e Anvisa em 24/12/2016 (ata consta das folhas 2280/2281 do processo administrativo 11065.003868/99-18), ou seja, manteve-se o funcionamento da “quarentena” até que se apure se tratar de carga sujeita a Anvisa e intensificou a comunicação aos importadores/despachantes da necessidade de informar, previamente a chegada da carga ao Porto Seco, que a mercadoria é sujeita a verificação pela Anvisa.

Importante relatar, também, que, embora a ACI/NH não tenha feito comentário no campo próprio da avaliação, diante da baixa em sua avaliação dos serviços prestados pela

RS NOVO HAMBURGO DRF

Fl. 2296

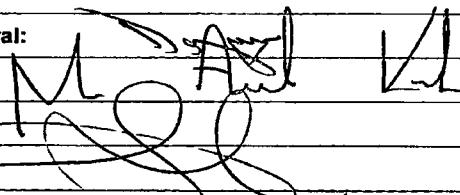
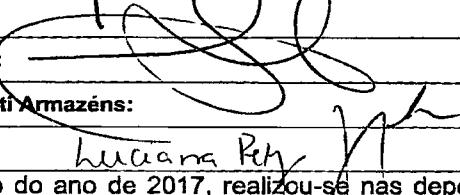
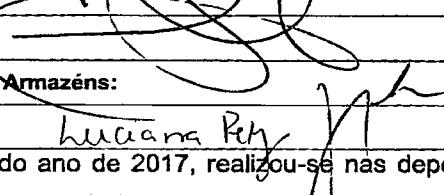
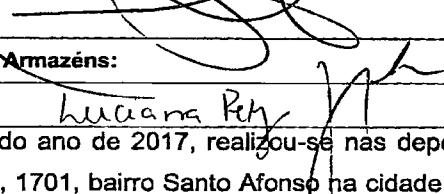
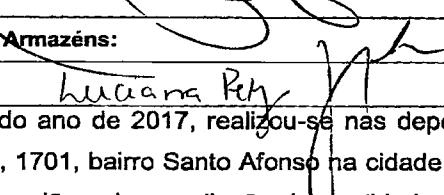
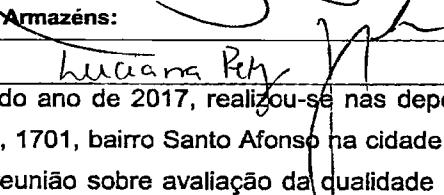
permissionária, entendeu-se por bem realizar reunião com ACI/NH e Multi Armazéns para fins de se ter um diagnóstico mais preciso do ocorrido. Esta foi realizada em 30/05/2017 e o relato repassado pela ACI/NH e Multi Armazens de que a baixa avaliação decorreu de processos ocorridos no curso do despacho aduaneiro ao encargo da fiscalização aduaneira. Na oportunidade registrou-se que buscaria contato com os representados da ACI/NH envolvidos nestas avaliações para apurar o ocorrido e esclarecer a estes que a avaliação era pertinente aos serviços da permissionárias, inclusive orientando quais os canais adequados para apresentar reclamações atinentes a RFB. Ainda nesta reunião a permissionária reclamou da abrangência da avaliação dos serviços feita pela RFB. Pontou que clientes com expressiva movimentação no Porto Seco em Novo Hamburgo não eram ouvidos. Na medida em que se trata do meu último ano como fiscal do contrato, fixei o compromisso de debater com o novel fiscal a renovação no modelo de distribuição dos formulários de avaliação.

Ademais, da reunião entre ACI/NH, RFB e permissionário, para fins de levantamento e ajustes de providências a serem tomadas foi lavrada ata, a qual segue em anexo ao presente relatório.


André Luiz Cezar Dezan
Auditor-Fiscal
Receita Federal do Brasil
Matr. 1292134-3

16/06/17

	ATA DE REUNIÃO	REV: 00 006
---	-----------------------	----------------

Assunto: Qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco	
Ministrante: André Luiz Cezar Dezan - RFB	Público-Alvo: Setor administrativo
Data: 30/05/2017	Local: Sala de Reuniões - Direção
Participantes	
André Luiz Cezar Dezan – Receita Federal: 	
Marco Aurélio Kirsch – ACI: 	
Taís Biehl – ACI: 	
Renan Henrich – Multi Armazéns: 	
Jéferson de O. De Quadros – Multi Armazéns: 	
Luciana Petry – Multi Armazéns: 	

Aos 30 dias do mês de maio do ano de 2017, realizou-se nas dependências da empresa Multi Armazéns, sítio rua Guia Lopes, 1701, bairro Santo Afonso na cidade de Novo Hamburgo- RS, na sala de reuniões da Direção, reunião sobre avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco.

Nessa reunião foi falado como a avaliação está sendo aplicada e de que maneira está sendo efetiva. Foi falado que na última avaliação realizada, apenas 6 empresas deram retorno, sendo que nenhum importador/exportador retornou o formulário, apenas despachantes.

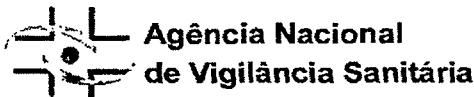
Os argumentos mais utilizados eram direcionados a ações pertinentes à Receita Federal, sendo que a Multi Armazéns não tem gerenciamento sobre esses serviços. O Sr. André Dezan falou em revisão da amostragem avaliativa, com a inclusão de mais intervenientes. Também disse em conversar com os despachantes para explicar sobre os procedimentos e contatos com RFB. Ele sugere para ACI que ao aplicar a pesquisa seja feita a comparação com avaliação anterior. Ficou de se reunir para sugerir ao novo fiscal do contrato revisar os critérios de distribuição do formulário de avaliação dos serviços prestados pela Permissionária.

O Sr. Renan Henrich falou que a amostragem utilizada não representa a demanda do que hoje a Multi Armazéns atende. O Sr. Renan juntamente com a Sra. Taís irá definir para a próxima pesquisa, os 15 principais Despachantes, importadores e exportadores. No preenchimento da pesquisa, considerar se as reclamações são recorrentes ou se é algo pontual, detalhando cada situação apontada. A pesquisa de Satisfação de Clientes continuará a ser realizada pela Multi Armazéns, contatando avaliações negativas.

Além da avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco, se mencionou a OEA. A Multi Armazéns está em vias de entregar a documentação.

RS NOVO HAMBURGO DRF

Fl. 2298



Of. 05/2017/PVPAF - Porto Alegre/CVPAF/RS/ANVISA

Porto Alegre, 05 de maio de 2017.

Ao Senhor Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
André Luiz Cezar Dezan
Rua Tamandaré n.º 221
93.410-150 - Novo Hamburgo - RS

Assunto: Avaliação semestral do Porto Seco/Novo Hamburgo (Ofício nº 12/2017/DRF/NHO/SAANA)

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício em epígrafe, de 17 de abril de 2017, encaminhamos anexo o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados preenchido.

Atenciosamente,

A handwritten signature in cursive script, appearing to read "Bolson".

Marta Maria Bolson

Chefe de Posto de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados de Porto Alegre/CVPAF-RS/ANVISA

Posto de Vigilância Sanitária de Porto Alegre-PVPAF Porto Alegre/CVPAF-RS
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa
Av. Severo Dullius n.º 90010
Cep.: 90200 -310 Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3371-4849 e-mail: pa.portoalegre.rs@anvisa.gov.br

Documento de www.anvisa.gov.br digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx?verificacao=1&localizacao=EP09.0817.16458.ZKEJ. Consulte a página de autenticação no final deste documento

ATA DA REUNIÃO (35^a)

Aos catorze dias do mês de junho do ano de 2017, nas dependências da Delegacia da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo realizou-se a trigésima quinta reunião tripartite: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), permissionária e usuários, referente à avaliação das condições de funcionamento do Porto Seco em Novo Hamburgo, de acordo com o previsto na legislação de permissões. Presentes estavam a Sra. Lilian Luiza Trapp, Delegada da RFB em Novo Hamburgo, Auditora-Fiscal da RFB, o Sr. Márcio Nestor de Lima, Delegado-Adjunto da RFB em Novo Hamburgo, Auditor-Fiscal da RFB, o Sr. André Luiz Cesar Dezan, Fiscal do contrato, Auditor-Fiscal da RFB, e o Sr. Cesar Cledi Bueno Oliveira, Chefe-Substituto da Seção de Administração Aduaneira em Novo Hamburgo (Saana/NH), Auditor-Fiscal da RFB, representando a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o Sr. Renan Henrich (CPF: 823.818.280-87), Sócio Administrador da permissionária Multi Armazéns e o Sr. Jéferson de Oliveira de Quadros (CPF 820.243.080-15), Fiel Depositário da Multi Armazéns, como representante da permissionária, o Sr. Marco Aurélio Kirsch (CPF – 437.810.390-72), representantes dos usuários.

A Delegada da RFB em Novo Hamburgo, Sra. Lilian Luiza Trapp, saudou os participantes e passou a palavra ao Fiscal do contrato, Sr. André Luiz Cesar Dezan, o qual iniciou ressaltando que durante o período, ora avaliado, não houve reclamação quanto à execução do contrato dirigida ao fiscal do contrato.

O fiscal do contrato apresentou dados relacionados às declarações de importação e exportação registradas em 2017, cotejando com 2016, ambas apontaram crescimento.

Após, o Fiscal do contrato passou a expor o resultado da avaliação da qualidade dos serviços, feita com base em formulário respondido pelos usuários do Porto Seco em Novo Hamburgo. Explicou que o formulário de avaliação é enviado à Delegacia da RFB em Novo Hamburgo, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ao Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do RS (SDAERGS), ao Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no RS (SETCERGS), ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom (ACI/NH), e o SETCERGS e a SDAERGS não responderam.

A nota atribuída foi de 9,0, a qual representa um decréscimo de 0,3 pontos percentuais em relação à nota auferida na última avaliação que somava 9,3, esta, pelos parâmetros estabelecidos contratualmente, é considerada “boa”. A nota referente à “Segurança” diminui em 0,2 pontos, a “Prestação Serviço” diminui em 0,1 pontos e a avaliação da “Infra-estrutura” diminui em 0,6 pontos. Ressalta-se que a avaliação, no confronto com a do 1º semestre de 2017, da RFB e do MAPA mantiveram-se estáveis, já da Anvisa melhorou e da ACI/NH teve decréscimo.

O Fiscal do contrato apontou observação feita pela Anvisa no formulário de avaliação de que persiste a necessidade de melhoria na identificação das mercadorias sujeitas a sua anuência, principalmente para um direcionamento célere ao recinto adequado. Em relação a esta observação o Fiscal do contrato reuniu-se com o Fiel depositário o qual asseverou estar mantendo o compromissado em reunião realizada com RFB e Anvisa em

24/12/2016 (ata consta das folhas 2280/2281 do processo administrativo 11065.003868/99-18). Ou seja, manteve o funcionamento da “quarentena” até apuração do destino da carga (se esta é sujeita ao controle da Anvisa) e intensificou a comunicação aos importadores/despachantes da necessidade de informar, previamente a chegada da carga ao Porto Seco, que a mercadoria é sujeita a verificação pela Anvisa.

Relatou o Fiscal do contrato que, embora a ACI/NH não tenha feito comentário no campo próprio da avaliação, diante da baixa em sua avaliação dos serviços prestados pela permissionária, entendeu por bem realizar reunião prévia com ACI/NH e Multi Armazéns para fins de se ter um diagnóstico mais preciso do ocorrido. Esta foi realizada em 30/05/2017 e o relato repassado pela ACI/NH e Multi Armazens foi de que a baixa na avaliação decorreu de processos ocorridos no curso do despacho aduaneiro ao encargo da fiscalização aduaneira da RFB. Na oportunidade o Fiscal do contrato registrou que buscaria contato com os representados da ACI/NH envolvidos nestas avaliações para apurar o ocorrido e esclarecer a estes que a avaliação era pertinente aos serviços da permissionária, inclusive orientando quais os canais adequados para apresentar reclamações atinentes a RFB. Ainda nesta reunião a permissionária reclamou da abrangência da avaliação dos serviços feitas pela RFB. Pontou que clientes com expressiva movimentação no Porto Seco em Novo Hamburgo não eram ouvidos. O Fiscal do contrato, na medida em que se trata do último ano do seu mandato, firmou o compromisso de debater com o novo fiscal a renovação no modelo de distribuição dos formulários de avaliação.

Passada a palavra aos representantes da permissionária, o Sr. Renan Henrich comentou sobre a importância de se levar o questionário de avaliação para alguns dos importadores e exportadores com movimentação expressiva no Porto Seco em Novo Hamburgo, os quais, em virtude dos critérios atuais de distribuição dos formulários, não participam da avaliação. Teceu comentários sobre estar em processo de credenciamento no programa brasileiro de operador econômico autorizado (OEA), externando dúvidas quanto ao controle de acesso de intervenientes ao recinto alfandegado, principalmente dos servidores da RFB. Comprometeu-se a apresentar seu projeto de controle de acesso ao recinto alfandegado previamente à Seção Aduaneira da RFB em Novo Hamburgo para discussão e análise. Finalizou sua fala questionando sobre a possibilidade de se repassar a responsabilidade de lacre e deslacre de veículos da RFB para o Fiel depositário, argumentou ter conhecimento de que em algumas unidades da RFB (Anápolis/GO e Uberaba/MG) já procedem assim.

O Sr. Cesar Cledi Bueno Oliveira, Chefe-Substituto da Seção de Administração Aduaneira em Novo Hamburgo (Saana/NH) esclareceu que a previsão de lacre e deslacre de veículos, tanto na importação como exportação, está prevista em instruções normativas da RFB e mudanças destes procedimentos devem se dar por meio de alteração legislativa. O Fiscal do contrato comprometeu-se em receber as sugestões da permissionária na sistemática de lacre e deslacre de veículos em encaminhá-las pela via institucional interna da RFB para análise.

Passada a palavra ao representante dos usuários, o Sr. Marco Aurélio Kirsch declarou que a infraestrutura da permissionária pode colaborar no esforço de trazer indústrias para o município, funcionando como importante agente no desenvolvimento de um novo segmento de negócios na região.

Sem nada mais a ser dito, a reunião foi encerrada pela Delegada da RFB em Novo Hamburgo, Sra. Lilian Luiza Trapp. Sendo elaborado o presente relatório, lido, acordado e assinado pelos participantes, recebendo cada órgão representante a sua respectiva cópia.

André Luiz Cesar Dezan, Auditor-Fiscal da RFB (Fiscal do contrato)

Cesar Cledi Bueno Oliveira, Auditor-Fiscal da RFB (Chefe-Substituto da Seção de Administração Aduaneira em Novo Hamburgo - Saana/NH)

Lilian Luiza Trapp, Auditora-Fiscal da RFB (Delegada da RFB em Novo Hamburgo)

Márcio Nestor de Lima, Auditor-Fiscal da RFB (Delegado-Adjunto da RFB em Novo Hamburgo)

Renan Henrich (Sócio Administrador da permissionária Multi Armazéns)

Jéferson de Oliveira de Quadros (Fiel depositário da Multi Armazéns)

Marco Aurélio Kirsch (Representante dos usuários)

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PONTOS SECO RODOVIÁRIO
URUGUAIANA – RS**



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana

SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO - SEDAD

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(Conforme art. 34, inciso II, da IN RFB 1.208, de 4 de novembro de 2011)

1 - Irregularidades constatadas no período, bem como as correspondentes medidas preventivas ou punitivas adotadas

Não foi constatada nenhuma irregularidade no 1º semestre de 2017.

2 - Resultados de auditorias e outros procedimentos de fiscalização realizados

- Verificação periódica das mercadorias abandonadas e apreendidas

Periodicamente é realizado pelo Fiscal de Contrato procedimento de verificação *in loco* das mercadorias abandonadas que estão armazenadas em depósito da concessionária e que são objeto de cobrança.

O procedimento consiste em realizar um batimento entre as informações constantes da Planilha de Controle do Armazém, a partir da qual as cobranças de armazenagem são feitas, e as mercadorias que de fato estão na área reservada do depósito para os abandonados. Avalia-se a presença de fato da mercadoria e sua metragem cúbica para fins de cobrança. Não foram constatadas irregularidades.

- Proposição de aplicação da sanção administrativa de suspensão

Em função das irregularidades envolvendo o procedimento de presença de carga de mercadorias destinadas à exportação, identificadas no final de 2014, objeto da fiscalização TDPF 1010900/00413/2014, vinculada ao processo administrativo 11075.721882/2014-05, foi proposta a aplicação da sanção de suspensão das atividades da concessionária. Esta apresentou sua defesa tempestivamente. O auto de infração e a defesa respectiva foram remetidos para análise e decisão por parte do Titular da DRF/URA.

O Titular da DRF/URA julgou procedente o auto de infração e manteve a aplicação da penalidade de suspensão da Concessionária pelo prazo de 07 (sete) dias.

Manifestando sua discordância, a Concessionária impetrou, tempestivamente no dia 18/04/2016, recurso administrativo para a Superintendência Regional da Receita Federal da 10º Região Fiscal.

O Superintendente Regional da 10º Região Fiscal, em decisão proferida em 07/03/2017, deferiu parcialmente o recurso do interessado, decidindo manter a sanção administrativa de suspensão, mas reduzindo-a para 3 (três) dias úteis e consecutivos.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana

SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO - SEDAD

Dando ampla publicidade a todos os intervenientes, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana publicou o Ato Declaratório Executivo nº 04 de 07 de abril de 2017, estabelecendo para os dias 16, 17 e 18/05/17 os dias da suspensão.

Porém, em decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região, em sede do Agravo de Instrumento nº 502168-50.2017.4.04.0000, a aplicação da sanção foi suspensa com base no *periculum in mora*. A essa decisão, foi dada ampla publicidade pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana através do Comunicado GAB/DRF/URA nº 008/2017 de 15/05/2017.

3 - Informações sobre a observância, pela concessionária, das disposições legais, regulamentares, editalícias e contratuais referentes à prestação dos serviços delegados

Em regra, a concessionária age conforme a legislação e os dispositivos contratuais referentes à prestação dos serviços delegados.

A concessionária se empenha em prestar um serviço de qualidade e, quando apontados pontos a serem melhorados ou corrigidos, mostra-se disposta e ágil em buscar uma solução.

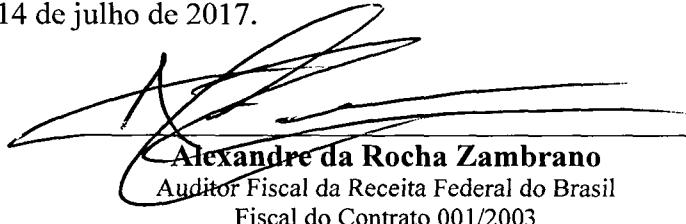
4 - Reajustes e revisões tarifárias ocorridos no período, acompanhados da devida fundamentação legal e, no caso de revisões, comprovação de sua necessidade em função do equilíbrio econômico-financeiro do contrato

No primeiro semestre de 2017 houve reajuste das tarifas, devidamente homologado pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 10ª Região Fiscal, por meio da Divisão de Administração Aduaneira (Diana) e Divisão de Programação e Logística (Dipol), em 02/03/2017. A tabela com as novas tarifas segue em anexo.

5 - Outras ocorrências relevantes que possam afetar a avaliação do desempenho da concessionária na prestação dos serviços delegados

Desde que a concessão passou a ser administrada pela Multilog, os principais funcionários foram substituídos por outros menos experientes. Percebeu-se a perda de informação com essas transições na gestão e na supervisão local da empresa. Apesar de não ter resultado em nenhuma irregularidade constatada, alguns procedimentos perderam em qualidade, o que foi apontado por este fiscal ao Diretor Institucional do grupo em visita feita a este Porto Seco em 05/07/17, após a reunião do Relac.

Uruguaiana/RS, 14 de julho de 2017.



Alexandre da Rocha Zambrano
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Fiscal do Contrato 001/2003

MULTILOG SUL – PORTO SECO RODOVIÁRIO DE URUGUAIANA/RS

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO		SEMESTRE CIVIL		[X] PRIMEIRO SEMESTRE - 2017		[] SEGUNDO SEMESTRE - 2017		TOTAL	
	UNIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN		
Despachos Aduaneiros	UN	10.743	9.621	12.136	10.830	13.153	12.630	69.113	
Entrada de Mercadorias importadas	US\$	196.478,057	189.390,451	262.146,791	251.088,251	288.854,745	288.912,483	1.476.870,778	
Entradas de mercadorias para exportação	US\$	397.898,057	378.811,435	503.062,869	443.984,830	517.526,501	490.519,314	2.731.803,006	
Imposto de importação*	R\$	596.587	466.842	554.411	654.500	721.344	1.172.094	4.165.778	
IPI vinculado de importação*	R\$	38.011,604	34.963,518	60.828,370	58.236,229	71.783,771	66.383,319	330.206,811	
PIS/PASEP*	R\$	10.655,450,05	9.817,249,99	15.542,079,51	14.877,340,64	17.918,251,77	17.752,979,92	86.563,352	
COFINS*	R\$	51.134,318,31	47.116,567,58	74.710,949,93	71.395,502,54	86.184,946,91	85.342,336,65	415.884,622	
Utilização da capacidade de armazenagem	%	43%	47%	34%	39%	37%	39%	40%	
DADOS DA CONCESSIONÁRIA									
Faturamento	R\$	R\$2.036.376,21	R\$2.005.242,68	R\$2.390.374,92	R\$2.396.951,96	R\$2.405.000,65	R\$2.403.781,64	R\$13.637.728,06	
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$	R\$528.548,11	R\$523.771,23	R\$615.074,54	R\$659.589,94	R\$483.599,32	R\$538.703,94	R\$3.389.287,08	
Receitas acessórias	R\$								
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL									
PA's da iniciativa da RFB	UN	0	0	0	0	0	0	0	
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0	0	0	

* Fonte: Sistema DW Aduaneiro, dados extraídos em 14 de julho de 2017.

Uruguaiana, 14 de julho de 2017.


 Alexandre da Rechá Zambrano
 Auditor-Emissor da Receita Federal do Brasil
 Fiscal do Contrato Nº 001/2003



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF:	01.691.041/0005-68	Validade do Cadastro: 17/07/2017
Razão Social / Nome:	MULTILOG SUL ARMAZENS GERAIS LTDA	
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
Domicílio Fiscal:	89516 - Uruguaiana RS	
Unidade Cadastradora:	510923 - GERÊNCIA EXECUTIVA URUGUAIANA/RS	
Atividade Econômica:	5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT	
Endereço:	BR -290 S/N KM - 718 - Uruguaiana - RS	
Ocorrência:	Nada Consta	
Impedimento de Litar:	Nada Consta	
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta	
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta	

Níveis validados:

- I - Credenciamento
- II - Habilitação Jurídica
- III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	09/12/2017
FGTS	Validade:	25/07/2017
INSS	Validade:	09/12/2017
Trabalhista	Validade:	25/12/2017

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/08/2017
Receita Municipal	Validade:	02/07/2017

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 30/06/2017

Índices Calculados: SG = 2.68; LG = 0.94; LC = 1.45

Patrimônio Líquido: R\$ 0,00



TARIFAS

DESCRICAÇÃO	ATUAL 2016	REAJUSTE (6,02%) JAN/2017
ARMAZENAGEM IMPORTAÇÃO		
% Valor CIF por período de 10 dias ou fração (1)	0,114	0,114
Por m³ ou fração, periodo de 10 dias ou fração	R\$ 6,55	R\$ 6,94
Por m² ou fração, periodo de 10 dias ou fração	R\$ 13,13	R\$ 13,92
ARMAZENAGEM EXPORTAÇÃO		
% Valor FOB por período de 30 dias ou fração (1)	0,343	0,343
Por m³ ou fração, periodo de 30 dias ou fração	R\$ 19,65	R\$ 20,83
Por m² ou fração, periodo de 30 dias ou fração	R\$ 39,32	R\$ 41,69
MOVIMENTAÇÃO IMPORTAÇÃO - Merc. Paletizada		
Por m³ ou fração	R\$ 12,88	R\$ 13,66
Por tonelada ou fração	R\$ 4,28	R\$ 4,54
MOVIMENTAÇÃO IMPORTAÇÃO - Merc. Não Paletizada		
Por m³ ou fração	R\$ 19,33	R\$ 20,49
Por tonelada ou fração	R\$ 6,43	R\$ 6,82
MOVIMENTAÇÃO IMPORTAÇÃO - Merc. Conteinerizada		
Por m³ ou fração	R\$ 19,33	R\$ 20,49
Por tonelada ou fração	R\$ 6,43	R\$ 6,82
MOVIMENTAÇÃO EXPORTAÇÃO - Merc. Paletizada		
Por m³ ou fração	R\$ 12,84	R\$ 13,61
Por tonelada ou fração	R\$ 4,25	R\$ 4,51
MOVIMENTAÇÃO EXPORTAÇÃO - Merc. Não Paletizada		
Por m³ ou fração	R\$ 19,27	R\$ 20,43
Por tonelada ou fração	R\$ 6,40	R\$ 6,79
MOVIMENTAÇÃO EXPORTAÇÃO - Merc. Conteinerizada		
Por m³ ou fração	R\$ 19,27	R\$ 20,43
Por tonelada ou fração	R\$ 6,40	R\$ 6,79
ESTADIAS IMPORTAÇÃO - Período de 6h ou fração		
Por veículo até 10 t de capacidade	R\$ 5,79	R\$ 6,14
Por veículo entre 10 t e 15 t de capacidade	R\$ 10,31	R\$ 10,93
Por veículo acima de 25 t de capacidade	R\$ 22,13	R\$ 23,46
ESTADIAS EXPORTAÇÃO - Período de 6h ou fração		
Por veículo até 10 t de capacidade	R\$ 5,77	R\$ 6,12
Por veículo entre 10 t e 15 t de capacidade	R\$ 10,28	R\$ 10,90
Por veículo acima de 25 t de capacidade	R\$ 22,07	R\$ 23,40
PESAGEM IMPORTAÇÃO	R\$ 19,37	R\$ 20,54
PESAGEM EXPORTAÇÃO	R\$ 19,31	R\$ 20,47

TARIFAS DE SERVIÇOS – INÍCIO VIGÊNCIA 08/03/2017

D-1S-CM-001 rev.00

Decorrente do reajuste conforme previsto na cláusula oitava do **contrato de concessão nº 01/2003**, referente ao período fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, pelo índice anual IGP-DI no percentual de 6,02%, conforme homologação pela SRRF 10ª RF/RS em 02/03/2017, com aplicação nas unidades de Uruguaiana, Sant'ana do Livramento e Jaguarão a partir de 08 de março de 2017.

PONTOS SECOS RODOVIÁRIOS DE JAGUARÃO, SANT'ANA DO LIVRAMENTO E URUGUAIANA – RS

1. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO

- . 0,114% sobre o valor CIF das mercadorias por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 6,95 por m³ ou fração por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 13,92 por m² ou fração por período de 10 dias ou fração;

2. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . 0,343% sobre o valor FOB das mercadorias por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 20,83 por m³ ou fração por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 41,69 por m² ou fração por período de 30 dias ou fração;

3. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,65 por m³ ou fração;
R\$ 4,53 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração

4. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,61 por m³ ou fração;
R\$ 4,51 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;

5. ESTADIAS DE CAMINHÕES – IMPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,14 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,93 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,47 por período de 6 horas ou fração;

**CÓPIA
CONTROLADA**

TARIFAS DE SERVIÇOS – INÍCIO VIGÊNCIA 08/03/2017

Decorrente do reajuste conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão nº 01/2003, referente ao período fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, pelo índice anual IGP-DI no percentual de 6,02%, conforme homologação pela SRRF 10ª RF/RS em 02/03/2017, com aplicação nas unidades de Uruguaiana, Sant'ana do Livramento e Jaguarão a partir de 08 de março de 2017.

PONTOS SECOS RODOVIÁRIOS DE JAGUARÃO, SANT'ANA DO LIVRAMENTO E URUGUAIANA – RS**1. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO**

- . 0,114% sobre o valor CIF das mercadorias por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 6,95 por m³ ou fração por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 13,92 por m² ou fração por período de 10 dias ou fração;

2. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . 0,343% sobre o valor FOB das mercadorias por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 20,83 por m³ ou fração por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 41,69 por m² ou fração por período de 30 dias ou fração;

3. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,65 por m³ ou fração;
R\$ 4,53 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração

4. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,61 por m³ ou fração;
R\$ 4,51 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;

5. ESTADIAS DE CAMINHÕES – IMPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,14 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,93 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,47 por período de 6 horas ou fração;

6. ESTADIAS DE CAMINHÕES – EXPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,12 por período de 6 horas ou fração;



6. ESTADIAS DE CAMINHÕES – EXPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,12 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,90 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,40 por período de 6 horas ou fração;

7. PESAGENS

- . Pesagem de Veículos – Importação:- R\$ 20,54
- . Pesagem de Veículos – Exportação:- R\$ 20,47

CONDICÕES GERAIS:

- a) Faturamento dos serviços na saída dos veículos;
- b) Pagamento dos serviços – à vista, antes da saída dos veículos ou conforme negociação comercial;
- c) Faturamento de armazenagem de Entreposto Aduaneiro – após a saída das mercadorias ou, mensalmente sobre os saldos em estoque. Será utilizada a paridade cambial do dia da retirada das mercadorias;
- d) Tarifas de armazenagem sofrerão acréscimo de 100% após o 1º período;
- e) Serão considerados, para faturamento, os maiores valores auferidos nas tarifas de armazenagem e movimentações (% sobre CIF/FOB, m2, m3 e t);
- f) Tarifas de movimentações sofrerão acréscimo de 100% quando as operações forem realizadas fora do horário comercial do Porto Seco, que é:
 - Uruguaiana: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 21:00h e sábado das 08:00 às 14:00h.
 - Santana do Livramento: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 20:00h.
 - Jaguarão: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:45h.
- g) Está autorizada contratualmente, a cobrança em dobro das tarifas de armazenagem, movimentação, pesagem e estadia de mercadorias tóxicas, odorantes, inflamáveis, corrosivas e outras consideradas perigosas ou nocivas à saúde pela legislação pertinente, bem como, produtos frágeis ou de difícil manipulação.
- h) Os valores referentes à armazenagem, movimentação, estadias e pesagens devidas a ELOG em razão do abandono de qualquer mercadoria serão cobrados dos respectivos Importadores e/ou Exportadores no Brasil, inclusive os resarcimentos por despesas que a ELOG tiver na prestação dos serviços e as despesas para a destruição das mercadorias, quando os referidos valores ou despesas não forem cobertos pela alfândega.
- i) Faturamento Parcial: estando as mercadorias armazenadas na MULTILOG, por período superior a 30 dias, o faturamento dar-se-á de forma parcial computando-se cada período de 30 dias na exportação e 10 dias na importação.
- j) Tarifas sujeitas a reajustes anual pela variação do IGPDI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), conforme dispõe o contrato de concessão nº001/03.
- k) As importações de Soro de Leite/ Leite em Pó serão armazenadas no Porto Seco de Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento. Estabelecimento Relacionado reconhecido pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob registro nº RS/ER – 0193, nº RS/ER – 0270 e nº RS/ER – 0265, respectivamente.

≡

. Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,90 por período de 6 horas ou fração;

. Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,40 por período de 6 horas ou fração;

7. PESAGENS

. Pesagem de Veículos – Importação:- R\$ 20,54

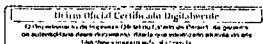
. Pesagem de Veículos – Exportação:- R\$ 20,47



Sumário

Secretarias e Órgãos.....	02
Autarquias	05
Empresas Públicas	13
Sociedades de Economia Mista	13
Serviço Social Autônomo.....	18
Representação do Estado.....	
Defensoria Pública do Estado	18
Ministério Público do Estado do Paraná	
Federal	18
Conselhos.....	18
Municipalidades	18
Entidades Municipais.....	32
Particulares.....	33

www.imprensaoficial.pr.gov.br



© BANCA
REGGIO

Aos Administradores e Actionista

Sancor Seguros Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sancor Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais referidas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Bases para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras assunções - Valores correspondentes ao exercício anterior: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

que é a determinação como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa razoável para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos critério profissional no longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria,propriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, manipulação, entre outros.

em representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, planejamos procedimentos de auditórios apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a incompatibilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou indicar modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter com continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e os eventos as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Martes, 05 de abril de 2017

TricewaterhouseCoopers

PriceWaterhouseCoopers Auditores Independientes

CRC 2SP000160/0-5 "F" PR

erson Laerte da Silva - Contador

CRC ISP171089/O-3 "S" PR

34956/2017

EL LOGÍSTICO SUL ULTRA

ELUG LOGISTICA SUL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)						
Balanço Patrimonial				Demonstração do Resultado		
Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2016	31/12/2015	
Circulante	10.986	25.522	Capital social	5.497	17.595	
Caixa e equivalentes da caixa	9.230	12.142	Fornecedores	2.081	4.747	Renda líquida
Clientes	6.424	12.069	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	5.978	Custos das novas prestações
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	—	Empreendimentos ou financiamentos	—	—	Lucro Bruto
Tributos a recuperar	441	531	Impostos, taxas e contribuições	701	1.688	Receitas (Despesas) Operacionais
Despesas antecipadas	—	75	Provisão do imposto de renda e contribuição social	2.224	2.564	Despesas por gastos administrativos
Partes relacionadas	—	121	Partes relacionadas	145	583	Resultado do equivalência patrimonial
Outros créditos	803	508	Outras contas a pagar	151	1.612	Ajustamento de investimentos
Não Circulante	42.517	47.343	Não Circulante	10.848	9.608	Outras receitas, linhagens
Reservado a longo prazo	—	—	Empreendimentos ou financiamentos	—	—	—
Depósitos judiciais	10.330	9.803	Débitos bancários	—	—	Prec�o Operacional antes do Resultado Financeiro
Outros créditos	—	963	Outras contas a pagar	—	41	Resultado Financeiro: Receitas financeiras
Tributos diferidos	3.790	3.360	Provisão para tributárias, trabalhistas e civis	10.848	9.565	Despesas financeiras
Investimento	—	—	Patrimônio Líquido	43.158	45.878	Prec�o Operacional antes dos Impostos
Imobilizado	24.598	28.558	Capital social	4.602	4.602	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes
Inimóvel	3.791	4.630	Reservas legais	—	—	Difiditória
Total do Ativo	59.503	72.869	Resultado acumulado	31.904	41.076	Resultado
			Reserva legal	6.652	—	Lucro do Período
			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	59.503	72.869	

34843/2017

SUMÁRIO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MARCIA JAGELSKI DR. ARAUJO MIE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 16.621.113/0001-44, teme público que irá requerer na FAP, a Licença para solicitar a Copel a liberação da instalação do Parque de energia elétrica empossada e exercer a atividade de Fabricação de Espadriolas de Madeira de alumínio e videntes a ser implantado na Rua José de O. Machado, 1, Ind. Buceta Vista, Londrina PR. Não foi determinado estudo de impacto.

SUMÁRIA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
DO PONT DO BRASIL S.A. - DIA ISAO PIONEIR SPAIN
nº 261.929/0005-66, torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação
do Centro de pesquisa para desenvolvimento de variedades de soja
"Ponta do Brasil", instalada na rodovia PR 540, KM 11, Distrito de Entre Rios,
Município de Paraná-PR.

ENVIAR ESTA VIDA SÓ CASAS EM FORMATO DE FOTO

Arquivos neste formato possuem
informações adicionais:

Garantia de Integridade, pois impede

1990-1991
1991-1992
1992-1993
1993-1994
1994-1995
1995-1996
1996-1997
1997-1998
1998-1999
1999-2000
2000-2001
2001-2002
2002-2003
2003-2004
2004-2005
2005-2006
2006-2007
2007-2008
2008-2009
2009-2010
2010-2011
2011-2012
2012-2013
2013-2014
2014-2015
2015-2016
2016-2017
2017-2018
2018-2019
2019-2020
2020-2021
2021-2022
2022-2023
2023-2024





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Reunião do RELAC

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017 -

Responsável Alexandre da Rocha Zambrano – SEDAD/DRF/URA

1

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Apresentação

- O RELAC está previsto na IN RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011;
- Trata-se de um relatório em que constam, dentre outras matérias:
 - A avaliação da comissão mista (composta de representantes da concedente, da concessionária e dos usuários) sobre a qualidade da prestação de serviço da concessionária e, se for o caso,
 - As medidas propostas para adequação ao pleno atendimentos das necessidades dos usuários.
- É uma atribuição do Fiscal de Contrato;
- Por ano são realizadas duas reuniões e posteriormente produzidos relatórios semestrais.

2

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
 Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Dinâmica da reunião

A reunião será dividida em 3 momentos:

- 1º - Apresentação do resultado da pesquisa;
- 2º - Discussão acerca dos resultados e comentários colhidos na pesquisa;
- 3º - Espaço para debates acerca de assuntos não abordados na pesquisa.

3

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
 Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Metodologia

- ➔ Formulário de pesquisa conforme modelo do Edital de Licitação (Concorrência SRF/SRRF/10ª RF – Nº 03/2002)
- ➔ Período de aplicação da pesquisa: **29/05/17 a 02/06/17**
- ➔ Público-alvo:
 - Motoristas, ajudantes de transporte e ajudantes de despachante: questionários aplicados no PSR pelos estagiários da RFB;
 - RFB, AFIP, Anvisa, Mapa, Senasa, Emater, ANTT: questionários impressos, entregues pessoalmente e posteriormente devolvidos preenchidos;
 - Despachantes e transportadores: questionários enviados por e-mail para cerca de 500 destinatários.

4

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Metodologia

- ➔ Os questionários preenchidos foram depositados em uma **urna lacrada**, disponibilizada no balcão da recepção da RFB no PSR;
- ➔ A tabulação dos dados foi feita por estagiários da RFB e conferida pelo Fiscal de Contrato.

Importante: apenas servidores da RFB têm acesso aos formulários preenchidos.

5

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Resultado

- ➔ Foram recebidos **96 questionários** preenchidos;
- ➔ As questões são agrupadas em 3 indicadores, aos quais foram atribuídos, pelo Fiscal de Contrato, os seguintes **pesos**:

INDICADOR	PESO
1 - Segurança proporcionada aos usuários e à carga	3
2 - Infra-estrutura	3
3 - Condições da prestação dos serviços	4

6

JULHO DE 2017



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Resultado

- As médias das notas, agrupadas por indicadores, foram:

INDICADOR	NOTA MÉDIA	NOTA ANTERIOR
1 - Segurança proporcionada aos usuários e à carga	8,53	8,67
2 - Infraestrutura	8,07	8,50
3 - Condições da prestação dos serviços	8,37	8,79

→ Atribuindo-se os pesos às médias encontradas, chegou-se à nota final: **8,33** (anterior = 8,67)

→ De acordo com o Anexo VI, do Edital de Licitação, tal nota atesta qualidade **BOA** dos serviços prestados pela concessionária.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Resultado

- Comparação com RELAC de 2015 e 2016:

2015	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3	NOTA FINAL
1º Semestre	8,77	8,25	8,35	8,45
2º Semestre	8,33	8,28	8,35	8,33
2016	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3	NOTA FINAL
1º Semestre	8,34	7,83	8,35	8,13
2º Semestre	8,67	8,50	8,79	8,67
2017	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3	NOTA FINAL
1º Semestre	8,53	8,07	8,37	8,33



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados ao faturamento

Setor faturamento, após as 18 h apenas um funcionário para exercer várias funções.

Demora no envio do faturamento das despesas portuárias multilog>comissária.

* Ressalta-se que não foram corrigidos eventuais erros no texto, que foi transcrito na forma como consta nos formulários entregues à RFB.

9

JULHO DE 2017



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a atendimento

Necessidade de mais colaboradores nos horários de pico, para atendimento no setor Aduaneiro.

Atendimento telefônico no intervalo do almoço poderia ser melhorado.

10

JULHO DE 2017



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual | 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a quantidade de pessoal

Conferência Física demora para abrir e fechar os veículos, falta de funcionários.

Setor Aduaneiro demora na liberação de impo e expo, em certos horários, falta de funcionários.

Mais efetivos para agilizar as liberações.

Sem efetivos no último horário, Multilog falta gente.

Falta de efetivo no horário de maior movimento, depois das 18h causando demora nas liberações de canais verdes de exportação.

Pelo movimento que temos de transportes, deveria ter mais funcionários principalmente no faturamento e liberações tanto expo quanto impo.

Falta de funcionários na liberação de importação.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual | 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a quantidade de pessoal

No fechamento, na parte das liberações tanto na parte de exportação quanto na de importação, tem que ter mais colaboradores para diminuir o tempo das liberações, porque está demorando mais de uma hora para ser liberado um processo.

2-C) Quantidade reduzida de pessoal, principalmente no setor Aduaneiro, os quais nos gera atrasos nas liberações e no repasse de informações.

Falta de funcionários em tudo.

Pouca gente no faturamento quando aumenta a demanda.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a infraestrutura

Criar um espaço para os funcionários da Multilog que almoçam por aqui, a fim que eles possam descansar um pouco antes do retorno ao trabalho.

Infraestrutura da rede da Receita Federal operando está sobrecarregada.

Tapar o valo nos fundos da concessionária porque algumas vezes tranca a saída dos caminhões. O valo se encontra nos fundos, em frente ao estoque de gás.

Referente ao item 2.B- A rede (link de internet) apresentou desempenho insatisfatório nos últimos meses com lentidão recorrente.

Poderia ser melhor iluminado o setor externo da Multilog.

Segurança externa (estacionamento).



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a infraestrutura

Melhores condições para a espera dos motoristas. Por exemplo: Uma sala de espera, pois nos dias frios, ficam todos passando frio.

Na sala de transporte poderia haver uma sala ou até mesmo bancos para os motoristas aguardarem.

Melhorar a segurança ao redor do porto seco.

Mais segurança.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a sistemas de informação

Informações confusas do armazém para conferências em canal vermelho.

Web-Tracking tem grande demora na atualização das informações.

Atualização demorada do site Web-Tracking.

Demora na prestação de informações do andamento e procedimentos canal vermelho x física.

Sistema E-Tracking fora do ar.

Sistema E-Tracking cotidianamente fora do ar.

Não existem mais terminais de consulta no porto. Eles são importantes para agilizar as liberações.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a conferência física e manuseio de cargas

Pela demanda de movimentação de cargas deveria ter um equipamento para descarregar as cargas slip.

3-C) Este problema nos gera retrabalho e atrasos na apresentação de processos com anuênciam no MAPA e quando necessário de vistorias por parte da ANVISA.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

➔ Relacionados a procedimentos

Cuidado com as presenças de carga solicitadas pelo Aduaneiro da Multilog à balança e demais casos extraordinários relacionados à presença de carga;

Senhas de ingresso demoram a sair, causando ingresso de veículo após 18:30h e noite.

Atrasos e até esquecimentos de emissão da nota de estadias e despesas.

Após ingresso a presença de carga está demorada.

Justificativa para avaliação do item “Serviços conexos”: Precisa melhorar o tempo de cálculo dos valores e emissão de notas fiscais para cobrança do serviço nas contas a prazo, que hoje está entre 02 a 03 dias, em média, após a saída do veículo. Quando a carga foi armazenada, sente-se ainda um aumento deste prazo.



Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

➔ Relacionados a diversos

Aduaneiro está regredindo, pois anteriormente não havia tanta demora.

Abrir os dois portões no último horário, pois quando ocorre a liberação dos caminhões gera uma fila enorme.

Devemos sempre melhorar.

Há demora nos setores de liberação de Importação e Exportação no setor Aduaneiro.

Saídas muito demoradas depois das 18h.

Pouco espaço no pátio de cargas perigosas.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Relacionados a diversos

Seria necessário mais uma maquina de água quente na área das químicas.

Como outros serviços, entendemos que a parte de cadastro de usuário para ter acesso ao porto é um pouco demorada, pois temos um funcionário com mais de sete meses de carteira assinada e até o momento não possui crachá de ingresso no porto.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Avaliação dos Usuários – Comentários

→ Pontos positivos e elogios

Parabéns a concessionária pelo excelente trabalho de criar a antessala para atendimento.

Temos um fluxo de Importação razoável... e sempre fomos bem atendidos da melhor forma possível.
Parabéns.



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Espaço para Debates

SABENDO QUE PODEMOS SEMPRE MELHORAR...

21

JULHO DE 2017



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Superintendência da Receita Federal - 10ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 1º Semestre de 2017

Reunião do RELAC

Relatório Consolidado de Acompanhamento da Execução Contratual - 2º Semestre de 2016 -

Responsável Alexandre da Rocha Zambrano – SEDAD/DRF/URA

22

JULHO DE 2017



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

ATA DA REUNIÃO PERIÓDICA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONCESSIONÁRIA 1º SEMESTRE DE 2017.

Realizou-se no dia 05 de julho de 2017, na sala de reuniões da Multilog, no Porto Seco Rodoviário (PSR/URA), a reunião semestral de avaliação dos serviços prestados pela concessionária que administra o PSR/URA.

Foram convidados representantes dos órgãos públicos, brasileiros e argentinos que atuam junto ao PSR/URA, bem como representantes da concessionária, dos despachantes aduaneiros, dos motoristas, dos transportadores, dos ajudantes de despachante aduaneiro e dos auxiliares de transporte. Compareceram os representantes abaixo listados:

- Alexandre Zambrano	RFB
- Alexandre Righes	RFB
- Josue Peniche	ANTT
- Diego Moreira	Mapa
- Eclesio Da Silva	Multilog
- Darlan Souza	Multilog
- Cristian Matheus Sasso	Multilog
- Paulo L Borges da Rosa	Multilog
- Perluiz Arias	Multilog
- Breno Luz	SDAERGS
- Gladys Vinci	ABTI
- Alexandre Leão Alves	Representante dos ajudantes de despachante e
Transporte	
- Pedro Santa Maria	Representante dos ajudantes de despachante

A reunião foi iniciada e conduzida pelo Auditor Fiscal da Receita Federal, Sr. Alexandre da Rocha Zambrano, Chefe do Serviço Aduaneiro (SEDAD) e Fiscal do Contrato de Concessão nº 001/2003.

Inicialmente, foram expostas as pautas e a dinâmica da realização da reunião. Dando sequência, o Fiscal do contrato Sr. Alexandre Zambrano apresentou os resultados da pesquisa de avaliação, informando a nota geral alcançada de 8,33, considerada uma boa nota.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Comparando com a nota da última avaliação semestral, houve uma redução, porém, cabe ressaltar que a quantidade de usuários que colaboraram com a pesquisa aumentou significativamente.

O Fiscal do contrato reitera que a concessionária continue buscando melhorias em seus serviços. Destaca também, que o número de avaliações respondidas foi de 96 formulários.

Continuando com a apresentação, foram lidos e debatidos os comentários dos usuários agrupados por assuntos conforme tópicos abaixo.

• FATURAMENTO

O Sr. Alexandre Zambrano, faz menção a um comentário mencionado no formulário de avaliação, questionando ter apenas um colaborador após as 18 horas no setor de faturamento, e que este, exerce várias funções ao mesmo tempo.

Tomando a palavra, o gerente da concessionária, Sr. Darlan Souza informa que até às 18h, a equipe está completa, sendo composta por dois turnos (abertura e fechamento), sendo assim, o maior número de colaboradores fica concentrado no período das 15h às 18h, de modo que há os colaboradores que fazem os processos à vista e à prazo.

O Sr. Paulo Borges informou que foi realizado uma análise para identificação dos gargalos apontados no setor de faturamento, após as análises foram realizadas algumas ações de melhorias, a mais impactante foi a alterações no fluxo de processos de armazém, dois colaboradores do setor operacional foram treinados para absorver a demanda, com esta ação foi possível deixar o colaborador do caixa disponível somente para processos à vista e liberação dos documentos à prazo.

O Sr. Alexandre Alves comenta que no horário das 18h às 19h acontece um entrave, onde há um único colaborador do faturamento que se divide entre as cobranças e os atendimentos ao telefone.

Sra. Gladys Vinci comenta que, talvez, fosse interessante mudar o horário de um dos colaboradores do faturamento para saída às 19h, atendendo desta forma a necessidade;

Sr. Eclésio salienta ser válido um estudo para verificação deste comentário;

Sr. Darlan destaca que o tempo deste atendimento não é moroso, pois a média de notas fiscais emitidas à vista após as 18 horas é de apenas 11, e que havendo maior demanda, um colaborador de outro setor é deslocado para dar suporte quando necessário.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Sr. Alexandre Zambrano comenta sobre sua visão em relação ao tema debatido, que há uma clara limitação de pessoal no horário de maior fluxo que é até às 19h, sendo que talvez seja necessária uma adequação de horário sem a contratação de mais colaboradores ou despesas com horas extras.

Sr. Alexandre Zambrano destaca outro comentário relacionado no formulário de avaliação que cita a demora do envio das despesas portuárias da Multilog às comissárias.

Sr. Darlan Souza informa que existem problemas técnicos com o site da prefeitura para emissão de notas fiscais de serviços (NFS-e) que por inúmeras vezes o site encontra-se indisponível, causando transtorno para todos os envolvidos.

• ATENDIMENTO

Sr. Alexandre Zambrano destaca comentário relacionado no formulário de avaliação que cita sobre a necessidade de mais colaboradores nos horários de pico para atendimento no setor Aduaneiro.

Sr. Perluiz Arias comenta que as equipes dos setores aduaneiro e expedição já estão distribuídas para atender demandas de liberações e o fluxo de entrada e saída de veículos.

Sr. Darlan Souza comenta a grande procura de informações por parte dos representantes junto ao setor aduaneiro, informações as quais, certamente seus respectivos escritórios detêm. Ocorre que, consequentemente, ao atender este representante no balcão a tarefa que o colaborador está realizando no momento, acaba sendo interrompida impactando no tempo do setor.

Sr. Perluiz Arias comenta que estas consultas por parte dos representantes acontecem no período das 17h em diante, e que os colaboradores do setor aduaneiro são orientados a dar prioridade a liberação, e somente consultar quando a demanda permitir, para não haver prejuízo no fluxo da operação;

Sra. Gladys explana sobre a necessidade da disponibilidade destas informações, e que podemos chegar a uma solução sem gastos através do diálogo entre as partes envolvidas, assim melhorando os tempos aduaneiros.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Sr. Alexandre Zambrano comenta que o assunto seja debatido entre as partes interessadas, e que tem certeza em soluções inteligentes, citando como exemplo o caso de sucesso no setor de conferência física.

Houve comentários sobre o atendimento telefônico no intervalo do almoço que poderia ser melhorado.

Sr. Alexandre Zambrano comenta que talvez seja uma falta de treinamento para os colaboradores que fazem tal atendimento neste horário.

• QUADRO DE COLABORADORES

Houve comentários sobre a conferência física, relacionados à demora em abrir e fechar os veículos, mencionando também, a falta de funcionários;

Sr. Darlan Souza comenta que o quantitativo de pessoal nas áreas de conferência física é adequado conforme tipo de operação, e que havendo necessidade, as equipes são reforçadas com terceiros;

Sr. Alexandre Zambrano comenta que o movimento no PSR é sazonal, e que a demanda nos serviços tende a variar, salienta que estamos em um período de baixa, sendo um ótimo cenário para buscar novas soluções logísticas.

Sr. Darlan informa que estão realizando uma cronoanálise no setor operacional, para mapeamento dos tempos de descarga e carga por tipo e acondicionamento.

Sr. Perluiz salienta que estão sendo realizadas as medições dos tempos operacionais, desde o momento da entrega do RVF ao setor de conferência até o fechamento do veículo, essas informações estão sendo apresentadas nas reuniões mensais com os usuários.

Sr. Perluiz informa que as equipes estão divididas em três escalas, sendo a primeira equipe com escala das 8h às 18h, a segunda das 10h às 20h e a terceira das 11h às 21h. Perluiz comenta também a falta de previsibilidade de ingresso de alguns veículos em regime de exportação após concedida a autorização de ingresso.

Sr. Zambrano informa que a Receita Federal irá normatizar o procedimento de autorizações de ingresso no PSR URA, essa ação tem o intuito de gerenciar de forma adequada a fila de veículos evitando congestionamentos na BR 290.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Sra. Gladys comenta a importância da transparência do controle de autorizações de ingresso.

Sr. Perluiz informa que a concessionária realiza a divulgação aos usuários através de um relatório impresso e via e-mail, esse controle é realizado através da sequencia cronológica gerada através do sistema SARA.

Sr. Darlan informa que o novo sistema de rastreamento via web será implantado nos próximos meses, possibilitando maiores informações aos usuários.

• INFRAESTRUTURA

O Sr. Alexandre Zambrano comenta que foram sanadas as deficiências relacionadas ao link de internet da RFB.

Houve também, comentários em relação ao link de internet fornecido aos despachantes que teria apresentado desempenho insatisfatório nos últimos meses.

Sr. Darlan Souza comenta que foi realizado um BID para os serviços de internet e houve um aumento significativo na velocidade do link da RFB, comenta também, que o link dos despachantes pode oscilar devido ao mau uso, já que ainda existem usuários que não utilizam o sinal de forma correta, porém esse link também terá um aumento em sua velocidade.

Houve também comentários em relação à iluminação e a segurança externa, ou seja, fora dos portões do PSR.

Sr. Darlan Souza comenta que a responsabilidade em relação à iluminação e segurança externa é do poder público, no entanto, a concessionária em conjunto com as entidades ligadas ao comércio exterior trabalha de forma incessante em busca das melhorias necessárias.

Houve comentários sobre melhores instalações para os motoristas que aguardam a liberação em frente à sala dos despachantes.

Sr. Darlan Souza informa que nos próximos meses, estará na unidade o engenheiro da empresa e este realizará um estudo de viabilidade para adequação do espaço.

Outro comentário menciona dificuldades nas informações das conferências em armazém;



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Sr. Perluiz Arias informa que não há restrições para acompanhamento das conferências físicas dentro do armazém por seus representantes legais, desde que as normas aduaneiras da RFB e de segurança da concessionária sejam cumpridas;

Referente ao item sistemas de informação, foi apontado na pesquisa como reclamação do sistema e-tracking, no entanto, este já está sendo desabilitado e uma nova ferramenta será disponibilizada aos usuários (sistema BIM).

Sra. Gladys Vinci comenta a importância da possibilidade da baixa de exportação, acredita que traria ganhos significativos na agilidade das operações e na redução de custos logísticos.

Sr. Alexandre Zambrano comenta que havendo a necessidade da baixa de exportação, esta deve ser solicitada em conjunto pelas partes envolvidas submetendo-as para avaliação.

• CONFERÊNCIA FÍSICA E MANUSEIO DE CARGAS

Comentário relacionado à possibilidade da aquisição de equipamento para movimentação de cargas “slip sheet”;

Sr. Darlan Souza informa que está em estudo a aquisição do equipamento no segundo semestre.

Sr. Alexandre Zambrano comenta da importância em manter o inventário do pátio atualizado.

• PROCEDIMENTOS

Sr. Alexandre Zambrano destaca o cuidado com as presenças de carga solicitadas pelo setor aduaneiro em casos atípicos, devendo sempre ter a autorização de um Auditor Fiscal.

Sr. Perluiz comenta que houve uma situação o Auditor Fiscal autorizou uma presença de carga, porém o veículo não se encontrava no interior do recinto.

Houve um comentário em relação à demora na presença de carga.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

Sr. Perluiz comenta que houve um caso isolado em que a via de MIC da presença de carga não foi destacada da pasta, sendo a mesma encaminhada para a Gendarmeria, resultando no atraso do registro.

Houve um comentário sobre o tempo para envio das notas fiscais.

Sr. Paulo Borges informa que esses atrasos ocorrem em razão da instabilidade do site da prefeitura, que frequentemente enfrenta problemas com o servidor.

• DIVERSOS

Houve um comentário também sobre a necessidade da abertura dos dois *gates* de saída no horário de maior fluxo de liberações.

Sr. Perluiz comenta que nos períodos de maior movimento os dois *gates* de entradas e saídas permanecem operando concomitantemente, resultando na agilidade do fluxo de veículos.

Houve um comentário sobre a quantidade de vagas no pátio de cargas perigosas.

Sr. Perluiz informa que nos dias de maior fluxo ocorre lotação do espaço destinado às cargas perigosas, esse é o local adequado para o estacionamento de veículos com esse tipo de mercadorias, essa área está preparada com canaletas e bacia de contenção para casos de vazamentos.

Sr. Perluiz comenta também sobre a possibilidade de ingresso dos veículos carregados com mercadorias perigosas somente com a nota fiscal, o que contribui para o aumento do fluxo.

• PONTOS POSITIVOS E ELOGIOS

O Sr. Alexandre Zambrano parabeniza a Multilog pela construção da sala de atendimento da Receita Federal, a qual passou a ser utilizada pelos Auditores para atendimento mais críticos.



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana
Serviço de Despacho Aduaneiro

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sr. Eclésio reitera que se reunirá com a equipe de T.I, visando dar maior agilidade aos processos de desenvolvimento tecnológicos.

Sr. Alexandre Zambrano salienta que sempre podemos melhorar, e que se atualmente há um fluxo operacional ágil, deve-se dar continuidade neste processo de melhoria contínua.

Sem mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião.

Uruguaiana, 05 de julho de 2017.

Alexandre da Rocha Zambrano
Auditor-Fiscal 105093

05-07-2017

~~Receita Federal do Brasil
DRF Uruguaiana~~

Alexandre da Rocha Zambrano
Auditor Fiscal da RFB – Matrícula nº
Fiscal de Contrato de Concessão Nº 001/2003

DATA: 05/07/2017

HORARIO: 09:30hs

LISTA DE PRESENÇA



Receita Federal

Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana

Relatório do Método de Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados no Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana (Multilog S.A. - 1º Semestre de 2017)

A distribuição dos formulários de avaliação aos usuários do PSR se deu da seguinte maneira:

- Para despachantes aduaneiros e transportadores: enviado por email, para uma lista de mais de 500 destinatários cadastrados na Receita Federal;
 - Para RFB, AFIP e órgãos anuentes: formulários entregues em papel;
 - Para motoristas, ajudantes de transporte e ajudantes de despachante: 15 formulários para cada categoria, aplicados diretamente pelos estagiários da RFB;

Depois de preenchidos, os formulários foram depositados em urna lacrada, disponível no balcão da recepção da RFB no Porto Seco Rodoviário, totalizando 96 questionários devolvidos.

Os dados foram tabulados pela RFB em planilha eletrônica. De acordo com as notas registradas nos formulários de avaliação dos usuários dos serviços prestados pelo Porto Seco Rodoviário/Uruguaiana-RS e com os pesos atribuídos pelo fiscal do contrato aos indicadores abaixo relacionados, se chegou a uma nota final de **8,33¹**. Aferindo qualidade boa dos serviços prestados, de acordo com o preceituado no anexo VI do edital de concorrência SRF/SRRF/10^a RF nº 03/2002 em seu item 6, inciso III.

Indicadores:	Peso:
P.1 -- Segurança proporcionada aos usuários e à carga	3
P.2 – Infra-estrutura	3
P.3 – Condições da prestação dos serviços	<u>4</u>
	<u>10</u>

Notas de Avaliação:

N.1 – Média das notas do indicador P.1 = 8,53
N.2 – Média das notas do indicador P.2 = 8,07
N.3 – Média das notas do indicador P.3 = 8,37

$$\text{Nota Final} = (\underline{N.1 \times P.1}) + (\underline{N.2 \times P.2}) + (\underline{N.3 \times P.3}) = (8,34 \times 3) + (7,83 \times 3) + (8,21 \times 4) = 8,33$$

QUALIDADE DOS SERVIÇOS = BOA

Uruguaiana, 08 de junho de 2017.

Alexandre Zorzó Righes
Alexandre Zorzó Righes
Fiscal Substituto do Contrato 001/2003
Porto Seco Rodoviário – Uruguaiana/RS

¹ Os quesitos não avaliados (que não receberam notas) pelos participantes foram desconsiderados para o cálculo das médias.



Receita Federal

**Delegacia da Receita Federal em Uruguaiana
Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana**

Metodologia de tabulação (Elog Logística Sul Ltda - 1º Semestre de 2017)

No modelo de formulário adotado, a escala de avaliação que mede o grau de satisfação do usuário vai de 0 (zero) a 10 (dez), sendo pior e melhor, respectivamente. Portanto, para a tabulação dos dados, levando em consideração o Anexo VI do Edital de Concorrência SRF/SRRF/10ª RF Nº 03/2002, adotou-se as seguintes correlações:

Para as questões 1.A e 1.B (nota máxima 5 pontos)

Escala do formulário:	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nota equivalente:	0	0,5	1	1,5	2	2,5	3	3,5	4	4,5	5

Para as questões 2.A e 2.B (nota máxima 3 pontos)

Escala do formulário:	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nota equivalente:	0	0,5	1		1,5		2		2,5		3

Para as questões 2.C, 2.D, 3.A, 3.B, 3.C, 3.D e 3.E (nota máxima 2 pontos)

Escala do formulário:	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nota equivalente:	0		0,5		1			1,5		2	

Os quesitos não avaliados (que não receberam notas) pelos participantes foram desconsiderados para o cálculo das médias, não sendo, portanto, atribuída qualquer nota equivalente.

Uruguaiana, 08 de junho de 2017.

Alexandre Zorzo Righes

*Fiscal Substituto do Contrato 001/2003
Porto Seco Rodoviário – Uruguaiana/RS*



Receita Federal

Superintendência Regional da Receita Federal – 10ª R.F.



Processo: 11080.0007243/2004-84

Interessado: Elog – Logística Sul Ltda.

Assunto: Aditamento nº 6 ao Contrato de Concessão

Em conformidade com o disposto no inciso I do art. 33 do Decreto nº 83.872, de 23 de dezembro de 1986 e considerando o disposto no inciso II do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012:

APROVO o Termo Aditivo nº 06 – fls. 560/562 – ao contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e de unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias em Portos Secos, em pontos de fronteira, com execução de obra pública, cujo objeto é a prorrogação do contrato original por mais 10 anos, com base no disposto no art. 1º, § 3º, da Lei 9.074/95, de 07 de julho de 1995, alterada pelo art. 26 da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, cujo termo final passa a ser, em relação aos Portos Secos de Jaguarão e Santana do Livramento, a data de 14 de março de 2023 e, em relação ao Porto Seco de Uruguaiana, a data de 24 de setembro de 2023.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Aduaneira desta Superintendência para publicação no Diário Oficial da União do extrato do Termo Aditivo ora aprovado.

Paulo Roberto Silveira Paz
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Superintendente da 10ª Região Fiscal

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTE SECO RODOVIÁRIO
SANTANA DO LIVRAMENTO – RS**

Receita Federal do Brasil

Inspeção da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento

Seção de Administração Aduaneira - SAANA

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - RELAC

Relatório da Execução Contratual de concessão da Estação Aduaneira, conforme disposto no item II do art. 34 da IN SRF nº 1.208, de 4 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Sim	Data: 07/07/2017	Local de arquivamento das atas: SAANA/IRF/SLV

II - Certifiquei-me de que a concessionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;

<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Sim
Observações: DARFs em anexo		

III - Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;

<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente.	<input type="checkbox"/> Sim
Observações: Nos problemas de limpeza e manutenção das instalações, a Fiscalização do Contrato solicitou providências.		

IV - Exigi que, por parte da concessionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;

<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente.	<input type="checkbox"/> Sim
Observações:		

V - Demandei da concessionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;

<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim
Observações:		

VI - Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;

<input type="checkbox"/> Não, não foi necessário.	<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Sim
Observações: As solicitações da Concessionária e os pareceres da Comissão foram juntados ao processo.		

VII - Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Não houve problemas desta natureza	<input type="checkbox"/> Sim
Observações:		

VIII - Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes

<input checked="" type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
Observações:		

Receita Federal do Brasil**Inspeção da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento****Seção de Administração Aduaneira - SAANA****RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - RELAC**

Observações:

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/>	Sim	Local de arquivamento da documentação: SAANA/IRF/SLV
-------------------------------------	-----	--

Observações:

Processo nº 11007.000213/2003-49

X – Exigi da contratada o imediato resarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;

<input checked="" type="checkbox"/>	Não, não houve danos.	Sim
-------------------------------------	-----------------------	-----

Observações:

XI – Informei à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

<input checked="" type="checkbox"/>	Não está no prazo	Sim – Data da Informação:
-------------------------------------	-------------------	---------------------------

Observações:

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período? .

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Sim
-------------------------------------	-----	-----

Observações:

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Sim
-------------------------------------	-----	-----

Reajuste tarifário homologado pelo Chefe da SRRF10/Dipol em 02 de março de 2017. Cópia em anexo.

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

<input checked="" type="checkbox"/>	Não	Sim
-------------------------------------	-----	-----

Caso positivo anexar comprovação de sua necessidade em função do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e fundamentação legal.

Parecer do Fiscal do Contrato

Tendo em vista análise diária da execução dos serviços realizados neste Recinto Alfandegado concluímos que a Concessionária consegue, nas atuais condições, cumprir com as determinações contratuais.

Santana do Livramento, 12 de julho de 2017

J. F.
José Artur Lesina Montanari
ATRFB 14760

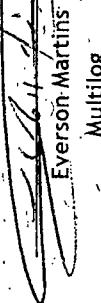
MULTILOG

Documento de 125 página(s) autenticado digitalmente pelo código de localização 'EP09 17.06.1645 ZKJ'. Para ver consente a página

ESTAÇÃO ADUANEIRA INTERIOR - FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
1º SEMESTRE 2017

LOCALIZAÇÃO DO TERMINAL		BR 158, Km 559, Industrial, Santana do Livramento - RS		<input type="checkbox"/> CONCESSÃO		<input type="checkbox"/> PERMISSÃO		
MODALIDADE DE OUTORGA		MULTILOG SUL LTDA						
C.N.P.J.		01.691.041/0004-87						
VIGÊNCIA DO CONTRATO		Termo Inicial <input type="text" value="15/03/2003"/>		Termo Final <input type="text" value="15/03/2023"/>				
UNIDADE JURISDICIONANTE		IRF - SANTANA DO LIVRAMENTO						
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIÓ	JUNHO	TOTAL
MOVIMENTAÇÃO DO TERMINAL								
Despachos Aduaneiros	493	474	645	383	633	510	3.138	
Entrada de Mercadorias Importadas (US\$)	8.996.090	12.365.771	26.524.009	21.240.492	24.703.504	27.925.783	121.755.650	
Entrada de Mercadorias para Exportação (US\$)	17.706.385	16.559.776	19.895.022	15.362.678	24.116.673	19.201.874	112.832.908	
Impostos de Importação							0	
IPI Vinculado à Importação							0	
Utilização da Capacidade de Pátio	42%	59%	38%	22%	32%	29%	37%	
Utilização da Capacidade de Armazenagem	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	
DADOS DO CONCESSIONÁRIO								
Faturamento	RS191.643,81	RS130.384,63	RS224.322,16	RS111.711,63	RS171.845,08	RS180.179,49	RS1.010.086,8	
Receitas de Movimentação e Armazenagem	RS20.668,30	RS16.837,56	RS21.812,82	RS18.115,04	RS20.465,30	RS35.355,13	RS133.254,15	
Receitas Acessórios								
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL								
PA's de Iniciativa da SRF								
PA's Correntes de Denúncia ou Reclamação								

Santana do Livramento, 04 de julho de 2017.



Everson Martins

MultiLog

Receita Federal do Brasil
Inspectoria da Receita Federal do Brasil em Santana do Livramento
Seção de Administração Aduaneira - SAANA
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - RELAC

ANEXO ÚNICO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO						
Tipo de Terminal/descrição		() DE ZONA SECUNDÁRIA		(X) DE FRONTEIRA		
LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO	BR 158, Km 559, Estrada de Acesso ao Porto Seco	(X)		Concessão	()	Permissão
MODALIDADE DE OUTORGА						
EMPRESA EXPLORADORA	MULTILOG SUL LTDA.					
CNPJ	01.691.104/0004-87					
VIGÊNCIA DO CONTRATO		Termo Inicial	12/03/2003		Termo Final	14/03/2023
UNIDADE JURISDICIONANTE	INSPECTORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO					
MÊS DO SEMESTRE		SEMESTRE CIVIL		PRIMEIRO SEMESTRE		SEGUNDO SEMESTRE
MOVIMENTAÇÃO DO TERMINAL		Primeiro	(X) Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto
Despachos Aduaneiros	Unidade	456	432	595	438	599
Entrada de Mercadorias Importadas	US\$	4.506.707,00	6.247.211,00	10.290.868,00	7.415.336,00	9.686.332,00
Entrada de Mercadorias para Exportação	US\$	14.147.785,00	13.312.757,00	17.239.934,00	12.935.575,00	20.459.579,00
Imposto de Importação	R\$	414.362,00	436.104,00	533.473,00	901.724,00	1.577.362,00
PI vinculado à Importação	R\$	210.940,00	105.540,00	243.966,00	51.177,00	163.030,00
PIS/PASEP	R\$	125.926,91	141.561,80	178.512,12	65.177,82	96.101,07
COFINS	R\$	619.569,41	724.694,85	967.942,32	462.237,77	670.760,16
Utilização de Capacidade de Armazenagem	%	0	0	0	0	1
DADOS DO PERMISSIONARIO						1
Faturamento	R\$	191.643,81	130.384,63	224.322,16	111.711,63	171.845,08
Receitas de Movimentação e Armazenagem	R\$	20.668,30	16.837,56	21.812,82	18.115,04	20.465,30
Receitas Acessórias	R\$					
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL						
FA's de iniciativa da SRF	UN	0	0	0	0	0
FA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0

Santana do Livramento, 12 de julho de 2017

 José Afonso Lesina Montanari
 ATRFB 14760


 Valter Eli Reduce Loreto
 ATRFB 8014760



**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação**

**Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF:	01.691.041/0001-34	Validade do Cadastro: 10/05/2018
Razão Social / Nome:	MULTILOG SUL ARMAZENS GERAIS LTDA	
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	
Domicílio Fiscal:	75353 - Curitiba PR	
Unidade Cadastradora:	160211 - 20 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO	
Atividade Econômica:	5211-7/01 - ARMAZÉNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT	
Endereço:	AV JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA 4430 - Curitiba - PR	
Ocorrência:	Consta	
Impedimento de Litar:	Nada Consta	
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta	(Dados obtidos do Histórico)
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta	

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	09/12/2017
FGTS	Validade:	13/08/2017
INSS	Validade:	09/12/2017
Trabalhista	Validade:	21/01/2018

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/09/2017
Receita Municipal	Validade:	09/10/2017

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: **31/05/2018**

Índices Calculados: **SG = 3.64; LG = 1.90; LC = 3.09**

Patrimônio Líquido: **R\$ 43.157.990,00**

TARIFAS DE SERVIÇOS – INÍCIO VIGÊNCIA 08/03/2017

D-1S-CM-001 rev.00

Decorrente do reajuste conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão nº 01/2003, referente ao período fevereiro de 2017 a janeiro de 2018, pelo índice anual IGP-DI no percentual de 6,02%, conforme homologação pela SRRF 10ª RF/RS em 02/03/2017, com aplicação nas unidades de Uruguaiana, Sant'ana do Livramento e Jaguarão a partir de 08 de março de 2017.

PONTOS SECOS RODOVIÁRIOS DE JAGUARÃO, SANT'ANA DO LIVRAMENTO E URUGUAIANA – RS**1. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO**

- . 0,114% sobre o valor CIF das mercadorias por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 6,95 por m³ ou fração por período de 10 dias ou fração;
- . R\$ 13,92 por m² ou fração por período de 10 dias ou fração;

2. ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . 0,343% sobre o valor FOB das mercadorias por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 20,83 por m³ ou fração por período de 30 dias ou fração;
- . R\$ 41,69 por m² ou fração por período de 30 dias ou fração;

3. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – IMPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,65 por m³ ou fração;
R\$ 4,53 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,49 por m³ ou fração;
R\$ 6,81 por tonelada ou fração

4. MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS – EXPORTAÇÃO

- . Mercadorias Paletizadas: R\$ 13,61 por m³ ou fração;
R\$ 4,51 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias não Paletizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;
- . Mercadorias Conteinerizadas: R\$ 20,43 por m³ ou fração;
R\$ 6,79 por tonelada ou fração;

5. ESTADIAS DE CAMINHÕES – IMPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,14 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,93 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,47 por período de 6 horas ou fração;

6. ESTADIAS DE CAMINHÕES – EXPORTAÇÃO

- . Veículos com até 10 t de capacidade – R\$ 6,12 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. entre 10 t e 25 t – R\$ 10,90 por período de 6 horas ou fração;
- . Veículos com capac. maior que 25 t – R\$ 23,40 por período de 6 horas ou fração;

7. PESAGENS

- . Pesagem de Veículos – Importação:- R\$ 20,54

- . Pesagem de Veículos – Exportação:- R\$ 20,47

CONDIÇÕES GERAIS:

- a) Faturamento dos serviços na saída dos veículos;
- b) Pagamento dos serviços – à vista, antes da saída dos veículos ou conforme negociação comercial;
- c) Faturamento de armazenagem de Entreponto Aduaneiro – após a saída das mercadorias ou, mensalmente sobre os saldos em estoque. Será utilizada a paridade cambial do dia da retirada das mercadorias;
- d) Tarifas de armazenagem sofrerão acréscimo de 100% após o 1º período;
- e) Serão considerados, para faturamento, os maiores valores auferidos nas tarifas de armazenagem e movimentações (% sobre CIF/FOB, m2, m3 e t);
- f) Tarifas de movimentações sofrerão acréscimo de 100% quando as operações forem realizadas fora do horário comercial do Porto Seco, que é:
 - Uruguaiana: de segunda à sexta-feira das 08:00 as 21:00h e sábado das 08:00 às 14:00h.
 - Santana do Livramento: de segunda à sexta-feira das 08:00 as 20:00h.
 - Jaguarão: de segunda à sexta-feira das 08:00 às 18:45h.
- g) Está autorizada contratualmente, a cobrança em dobro das tarifas de armazenagem, movimentação, pesagem e estadia de mercadorias tóxicas, odorantes, inflamáveis, corrosivas e outras consideradas perigosas ou nocivas à saúde pela legislação pertinente, bem como, produtos frágeis ou de difícil manipulação.
- h) Os valores referentes à armazenagem, movimentação, estadias e pesagens devidas a ELOG em razão do abandono de qualquer mercadoria serão cobrados dos respectivos Importadores e/ou Exportadores no Brasil, inclusive os resarcimentos por despesas que a ELOG tiver na prestação dos serviços e as despesas para a destruição das mercadorias, quando os referidos valores ou despesas não forem cobertos pela alfândega.
- i) Faturamento Parcial: estando as mercadorias armazenadas na MULTILOG, por período superior a 30 dias, o faturamento dar-se-á de forma parcial computando-se cada período de 30 dias na exportação e 10 dias na importação.
- j) Tarifas sujeitas a reajustes anual pela variação do IGPDI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), conforme dispõe o contrato de concessão nº001/03.
- k) As importações de Soro de Leite/ Leite em Pó serão armazenadas no Porto Seco de Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento. Estabelecimento Relacionado reconhecido pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob registro nº RS/ER – 0193, nº RS/ER – 0270 e nº RS/ER – 0265, respectivamente.



Diário OFICIAL Paraná

Comércio, Indústria e Serviços

Ano CIV

Edição Digital nº 9934 | 139 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 28 de Abril de 2017

Sumário

Secretarias e Órgãos.....	02
Autarquias	05
Empresas Públicas	13
Sociedades de Economia Mista	13
Serviço Social Autônomo.....	18
Representação do Estado:.....	
Defensoria Pública do Estado	18
Ministério Público do Estado do Paraná	
Federal	18
Conselhos.....	18
Municipalidades	18
Entidades Municipais.....	32
Particulares.....	33

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sancor Seguros Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sancor Seguros Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Basa para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as devidas responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos.

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectaria as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos otimismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. • Objetivamos encaminhamento dos controles internos relevantes para a auditoria para que planejarmos procedimentos de auditórios apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficiência dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicarmos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificarmos durante nossos trabalhos.

Mariápolis, 05 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-S "F" PR

Emerson Laerte da Silva - Conte

CRC 1SP171089/O-3 "S" PR

34956/2017

ELOG LOGÍSTICA SUL LTDA.

CNPJ 01.691.041/0001-34 - NIRE 11 203 542.82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

Ana Sílvia de Almeida - Contadora - CRC ISP 159542/0-3

34843/2017

SUMÁRIO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
MARCIA JAGELSKI D'ARAUJO ME, pessoa jurídica inscrita nº 16.621.113/0001-44 trouxe público que irá requerer no IAP, a Licença para solicitar a Copel a liberação da instalação do Padrão de energia elétrica, empresa possua exercer a atividade de Fabricação de Esquadrias de Materiais de alumínio e vidros, a ser implantada R. Ney José de O. Machado, nº 10, Ind. Buena Vista, Londrina PR. Nfo foi determinado estudo de impacto ambiental.

SUMÁRIO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
DU PONT DO BRASIL S.A. - DIVISÃO PIioneer SEMENTES
04-429/0086-64, território público que recebe do IAP, a Licença de Operação
do Centro de Ensaquia para desenvolvimento de variedades de soja
e milho, Instalado na rodovia PR 540, KM 11, Distrito de Linha Rio
Brilho, fazenda PR 540, KM 11, Distrito de Linha Rio Brilho.

Selva do Lontra, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel da Ibiá, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Maria do Oeste, Santa Senhora da Conceição, Santa Terezinha do Oeste, Santa Teresinha de Ipanema, São José do Itá, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio de Minas, Santo Antônio do Pôrto, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Rio Grande, São Caetano do Cordeiro do Ival, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Rio do Peixe, São João do Triunfo, São Jorge do Ival, São Patrício, São Jorge D'este, São José da Boa Vista, São José das Palmeiras, São José das Missões, São Manoel do Paraná, São Pedro do Sul, São Miguel das Missões, São Pedro das Missões, São Pedro do Ival.

ENVIE SUA PUBLICAÇÃO EM FORMATO PDF

**Arquivos neste formato possuem
uma melhor compactação.**

**São preservadas todas as
formatações aplicadas ao texto.**

**Garantia de integridade, pois impede
qualquer tipo de alteração no arquivo original.**

www.imprensaoficial.pr.gov.br



RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA 10^a REGIÃO FISCAL
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO PORTO SECO RODOVIÁRIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO

ATA N° 01/2017

1. ABERTURA

Aos sete dias do mês de julho de 2017, na sala de reuniões do Porto Seco Rodoviário de Sant'Ana do Livramento, às quatorze horas e trinta minutos, teve início a reunião semestral de que trata o §1º do artigo 22, da Instrução Normativa RFB nº 1.208/2011, com a participação do Inspetor-Chefe da Receita Federal, AFRFB Adilson Valente, do Inspetor-Chefe Substituto da Receita Federal, AFRFB Fabiano Heiji Paranaiba Goto, do Chefe da Saana, AFRB David Cureau Cervo, ATRFB Valter Eli Peduce Loredo e do ATRFB José Artur Lesina Montanari, como representantes da Receita Federal do Brasil, do Senhor Everson Fabiani de Souza Martins e Roberto dos Santos Gomes, como representantes da Concessionária Multilog Sul Ltda e da representante da Associação Santanense de Despachantes Aduaneiros e Transportadores Internacionais – ASDATI, Mercedes Ronchi Schuler.

2. RECEITA FEDERAL

2.1. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

O ATRFB José Artur Lesina Montanari apresentou as observações feitas na avaliação do primeiro semestre de 2017, feitas pelos usuários acerca da qualidade dos serviços prestados no PSR, que apresentou nota média de **8,79**, um pouco maior que a nota obtida na avaliação anterior, que fora de **8,69**. Não foram consignadas, nas entrevistas, irregularidades, mas foram sugeridas alterações, que foram transmitidas à gerência da Concessionária.

2.2. PENDÊNCIAS E SUGESTÕES

Foram analisadas as seguintes pendências contratuais de reuniões anteriores e sugestões/reclamações apresentadas neste segundo semestre:

- a) Não havia pendências a serem tratadas.

b) Nas avaliações de qualidade encontramos sugestões/reclamações que foram analisadas como segue:

 - I. Foi reiterada a necessidade de ampliação da área coberta, sobre essa necessidade os participantes da reunião entendem que atualmente não haveria necessidade de ampliação da área coberta em função do volume de operações realizadas, ressaltando ainda, que houve a diminuição de despachos objeto de canal vermelho e o acréscimo de utilização do Caminhão Scanner pela RFB, a maior parte das cargas objeto de canal vermelho estão sendo escaneadas;
 - II. Os usuários Luciane Alencastro e Danilo Souza de Alencastro, Despachantes Aduaneiros, em suas avaliações, especificamente quanto ao item referente às condições das instalações físicas do Porto Seco, comentaram sobre a falta de cobertura e as precárias condições do estacionamento destinados aos despachantes e visitantes, bem como, reclamaram da dificuldade em fazer e receber ligações. O Sr. Everson informou

que vai providenciar as melhorias para o estacionamento e resolver o problema das ligações, reprogramando a central telefônica.

3. ASDATI

A Senhora Mercedes Schuler, como representante da ASDATI, não apresentou reclamações e nem sugestões adicionais para o primeiro semestre.

4. MULTILOG

O Sr. Everson informou que ainda está se adequando ao modo de funcionamento deste Porto Seco, pois assumiu a gerência faz pouco tempo, tendo se colocado à disposição dos presentes para o que for necessário.

5. CONCLUSÃO

Após serem debatidos os assuntos acima, foi colocada a palavra à disposição dos participantes da reunião, não tendo sido apontados outros assuntos para discussão. Nada mais havendo a ser tratado, às 15 horas e 35 minutos foi encerrada a presente reunião da Comissão de Fiscalização dos Serviços do PSR/SLV.

Em 07 de julho de 2017


Adilson Valente

Inspetor-Chefe da IRFB/SLV



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 10º RF
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTANA DO LIVRAMENTO**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO PORTO SECO RODOVIÁRIO

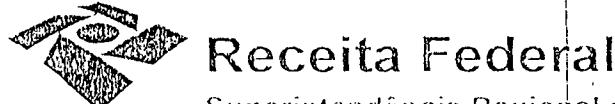
Apresentamos, abaixo, o demonstrativo da média das notas atribuídas pelos usuários do Porto Seco aos indicadores da qualidade dos serviços prestados pela Multilog Sul Ltda.

INDICADORES	Servidores RF	Despachantes	Transportadores	Servidor Órgão Interveniente	Média
1) Segurança proporcionada aos usuários e às cargas – N1	7,5	8,88	10	9,25	8,91
2) Infra-estrutura do Porto Seco – N2	7,45	7,66	9,62	9,58	8,58
3) Condições da prestação de serviços - N3	8	8,4	9,84	9,2	8,86
NF	7,69	8,32	9,82	9,33	8,79

Com base nos dados acima, extraídos dos Formulários de Avaliação preenchidos por **21** usuários do Porto Seco, chegamos a uma Nota Final de **8,79** para a qualidade dos serviços prestados no Porto Seco Rodoviário/Santana do Livramento.

Os Formulários da 1ª Avaliação de 2017 encontram-se em anexo.

COMISSÃO			
NOME	CARGO	MATRICULA	ASSINATURA
José Artur Lesina Montanari	ATRFB	14760	
David Cureau Cervo	AFRFB	1492843	
Valter Eli Peduce Loredo	ATRFB	1213675	



Receita Federal

Superintendência Regional da Receita Federal – 10ª R.F.

Processo: 11080.0007243/2004-84

Interessado: Elog - Logística Sul Ltda.

Assunto: Aditamento nº 6 ao Contrato de Concessão

Em conformidade com o disposto no inciso I do art. 33 do Decreto nº 83.872, de 23 de dezembro de 1986 e considerando o disposto no inciso II do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012:

APROVO o Termo Aditivo nº 06 -- fls. 560/562 – ao contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de estadia e pesagem de veículos e de unidades de carga, de movimentação e armazenagem de mercadorias em Portos Secos, em pontos de fronteira, com execução de obra pública, cujo objeto é a prorrogação do contrato original por mais 10 anos, com base no disposto no art. 1º, § 3º, da Lei 9.074/95, de 07 de julho de 1995, alterada pelo art. 26 da Lei 10.684/2003, de 30 de maio de 2003, cujo termo final passa a ser, em relação aos Portos Secos de Jaguarão e Santana do Livramento, a data de 14 de março de 2023 e, em relação ao Porto Seco de Uruguaiana, a data de 24 de setembro de 2023.

Encaminhe-se à Divisão de Administração Aduaneira desta Superintendência para publicação no Diário Oficial da União do extrato do Termo Aditivo ora aprovado.

Paulo Antônio Silveira da Paz
Aditivo Físico da Receita Federal do Brasil
Superintendente da 10ª Região Fiscal



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por OSCAR BORBA VIANNA em 08/08/2017 09:28:00.

Documento autenticado digitalmente por OSCAR BORBA VIANNA em 08/08/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por JEANNE WANDERLEY ANDRADE em 09/08/2017.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP09.0817.16458.ZKEJ

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
394145A52DBE8E6B17558ABE5285EA3178A2C9DDBEDCA5E7BE53BAF8E75BCD9A**